

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

ISABELA OLIVEIRA SANTOS

**A LIDA E AS COMPLEXIDADES DO COTIDIANO DAS MULHERES
ASSENTADAS EM SELVÍRIA-MS: trabalho, cuidado e desigualdades de gênero**



Ilha Solteira
2026

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

ISABELA OLIVEIRA SANTOS

**A LIDA E AS COMPLEXIDADES DO COTIDIANO DAS MULHERES
ASSENTADAS EM SELVÍRIA-MS: trabalho, cuidado e desigualdades de gênero**

Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – Unesp como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agronomia: Ecofisiologia, Técnicas Especiais e Manejo Cultural em Sistemas de Produção.

Flaviana Cavalcanti da Silva
Orientadora

FICHA CATALOGRÁFICA

Desenvolvida pela Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação

S2371 Santos, Isabela Oliveira.
A lida e as complexidades do cotidiano das mulheres assentadas em Selvíria-MS: trabalho, cuidado e desigualdades de gênero / Isabela Oliveira Santos. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2026
138 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Especialidade: Sistemas de Produção, 2026

Orientadora: Flaviana Cavalcanti da Silva
Inclui bibliografia

1. Mulheres rurais. 2. Assentamentos rurais. 3. Desigualdade de gênero. 4. Estratégias de resistência.

Elaborada por Raiane da Silva Santos - CRB-8/9999

Impacto potencial desta pesquisa

A análise que sustenta esta pesquisa está centrada no trabalho e na vida de agricultoras pertencentes em projetos de reforma agrária, no município de Selvíria-MS. Ao lançar luz sobre os enfrentamentos cotidianos dessas mulheres, este estudo contribui para a superação da invisibilidade do trabalho (re)produtivo dos sujeitos femininos, no campo, e aponta estratégias potenciais (especialmente, em termos de políticas públicas), que estimulem o protagonismo feminino e favoreçam o justo reconhecimento das mulheres agricultoras, como sujeito central da sustentabilidade no espaço rural brasileiro.

Potential impact of this research

The analysis underlying this research focuses on the work and lives of female farmers within land reform projects in the municipality of Selvíria-MS. By shedding light on the daily challenges faced by these women, this study contributes to overcoming the invisibility of female (re)productive labor in the countryside. Furthermore, it points to potential strategies (especially regarding public policies) that encourage female protagonism and promote the fair recognition of women farmers as central figures for sustainability in the Brazilian rural space.

Impacto potencial de esta investigación

El análisis que sustenta esta investigación se centra en el trabajo y la vida de las agricultoras pertenecientes a proyectos de reforma agraria en el municipio de Selvíria-MS. Al dar visibilidad a los enfrentamientos cotidianos de estas mujeres, este estudio contribuye a superar la invisibilidad del trabajo (re)productivo de los sujetos femeninos en el campo. Además, señala estrategias potenciales (especialmente en términos de políticas públicas) que estimulen el protagonismo femenino y favorezcan el justo reconocimiento de las mujeres agricultoras como sujetos centrales de la sostenibilidad en el espacio rural brasileño.


CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A LIDA E AS COMPLEXIDADES DO COTIDIANO DAS MULHERES ASSENTADAS EM SELVÍRIA (MS): trabalho, cuidado e desigualdade de gênero


AUTORA: ISABELA OLIVEIRA SANTOS

ORIENTADORA: FLAVIANA CAVALCANTI DA SILVA


Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Agronomia, área: Sistemas de Produção pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIANA CAVALCANTI DA SILVA**
Data: 06/03/2026 14:51:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. FLAVIANA CAVALCANTI DA SILVA (Participação Virtual)
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia / UNESP / Câmpus de Ilha Solteira - FEIS

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO LAZARO SANT ANA**
Data: 09/03/2026 17:19:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA (Participação Virtual)
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia / UNESP / Câmpus de Ilha Solteira - FEIS

Documento assinado digitalmente
 **VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO**
Data: 10/03/2026 10:45:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO (Participação Virtual)
Conselho Integrado de Planejamento e Gestão / UNICAMP/Faculdade de Engenharia Agrícola

Ilha Solteira, 04 de março de 2026.

A todas as mulheres que lutaram antes de mim e às agricultoras de Selvíria, dedico cada linha deste esforço. Chego até aqui porque elas resistiram primeiro. Reafirmo o compromisso de seguir este legado, transformando a vida daquelas que ainda virão, principalmente as mulheres do campo. Por nós e pelas que virão: seguimos juntas na luta!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço às mulheres dos Assentamentos rurais de Selvíria que deram vida a esta pesquisa. Elas não são apenas dados, são vozes que abriram as portas de suas casas e compartilharam trajetórias, receitas, desabafos e críticas. Pesquisar as mulheres do território que faz parte da minha história sempre foi um sonho. Essa jornada começou na graduação, fortaleceu-se no estágio (época que eu já fazia mestrado) e consolidou-se em minha atuação como extensionista, o que me aproximou ainda mais do território Sul Matogrossense. Agradeço, de coração aberto, a cada agricultora que cruzou meu caminho. Vocês me tornaram uma pessoa melhor.

Gostaria de agradecer ao meu companheiro de vida, que segurou as pontas em tantos momentos para que eu pudesse focar neste mestrado. Estar com você desde o início da minha jornada acadêmica é uma sorte imensa. À minha mãe, que me criou com tanta garra e dedicação: obrigada por acreditar no meu potencial mais do que eu mesma. Busco ser, a cada dia, um reflexo da mulher extraordinária que você é. Agradeço também aos meus familiares, cujo apoio financeiro e emocional foi decisivo quando os recursos eram escassos. Celebro esta conquista como nossa!

Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora, que foi mentora e uma grande amiga ao longo desta jornada. Sua trajetória é fonte de profunda admiração para mim. Ser sua primeira orientanda de mestrado é um privilégio que carregarei com carinho e gratidão no coração. Estendo este agradecimento aos colegas do grupo de pesquisa, que estiveram comigo desde a coleta de dados até a conclusão. Em especial, cito Natália, Débora, Jhony, Luís Pedro e Beatriz, além de tantos outros que compõem essa rede tão especial chamada Guatambu. Agradeço, também, ao Professor Lázaro, por seus anos de valiosa contribuição aos meus trabalhos.

Agradeço aos meus amigos de vida, que acompanham minhas conquistas e oferecem o suporte emocional em cada etapa. Um agradecimento especial à Lily, presente valioso que a faculdade me deu e que segue como minha grande parceira. Gostaria de expressar minha profunda gratidão às mulheres dos assentamentos de Santa Rita do Pardo e de Mutum, as vivências que tive como extensionista naquele território foi fundamental para esta pesquisa ganhar vida. Finalizo agradecendo aos membros da banca, escolhidos cuidadosamente pelo imenso significado que cada um possui em minha vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem a terra, sem agricultura”.

Ana Primavesi

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar o cotidiano e o trabalho desenvolvido pelas mulheres nos projetos de assentamentos rurais, localizados no município de Selvíria (MS), centrando-se nas atividades, complexidades e enfrentamentos que permeiam a rotina desses sujeitos. Metodologicamente, o estudo ancorou-se numa abordagem qualitativa, cujas estratégias de investigação incluem a revisão de literatura, o emprego de questionários, a realização de visitas *in loco* e a organização de grupos focais. Os sujeitos principais desse estudo referem-se a agricultoras dos assentamentos rurais São Joaquim, Alecrim e Canoas (Selvíria-MS). A presente pesquisa favoreceu a compreensão de que a vida das mulheres nos assentamentos de Selvíria transcende a produção agrícola, combinada com o trabalho no âmbito doméstico; ela constitui o alicerce que sustenta a vida nesses espaços, por meio de uma complexa gama de trabalhos de cunho produtivo e reprodutivo. Alguns aspectos percebidos na pesquisa de campo reforçam a questão da invisibilidade do trabalho feminino, como produto das estruturas patriarcais enraizadas, que seguem delineando distintas formas de violência. Embora as agricultoras desempenhem um papel central na manutenção da vida e da produção, o seu trabalho é frequentemente categorizado como "ajuda" e as suas capacidades são subjugadas (especialmente no contexto produtivo). A pesquisa revela a existência de jornadas múltiplas que sobrecarregam as assentadas e limitam processos de emancipação e de empoderamento feminino, nos espaços estudados. Apesar disso, foram identificadas estratégias de resistência associadas, sobretudo, à pluriatividade, à participação em espaços de decisão e poder e ao engajamento em práticas agroecológicas. Conclui-se que a promoção da ação coletiva e o acesso a um modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sensível às desigualdades de gênero e norteado pela perspectiva agroecológica, podem se constituir em estratégias potenciais para a superação de assimetrias de poder e para o fomento ao empoderamento feminino, nos assentamentos analisados.

Palavras-chave: mulheres rurais; assentamentos rurais; desigualdade de gênero; estratégias de resistência.

ABSTRACT

This research aims to analyze the daily lives and the work performed by women in rural settlement projects located in the municipality of Selvíria (MS), focusing on the activities, complexities, and challenges that permeate their routines. Methodologically, the study is grounded in a qualitative approach, utilizing research strategies such as literature review, questionnaires, on-site visits, and focus groups. The primary subjects of this study are female farmers from the São Joaquim, Alecrim, and Canoas rural settlements (Selvíria-MS). The research facilitated the understanding that the labor of women in the Selvíria settlements transcends agricultural production combined with domestic work; it constitutes the very foundation that sustains life in these spaces through a complex range of productive and reproductive labor. Certain aspects observed during the fieldwork reinforce the issue of the invisibility of female labor as a product of rooted patriarchal structures, which continue to outline distinct forms of violence. Although female farmers play a central role in maintaining life and production, their work is frequently categorized as "help," and their capabilities are subjugated (especially within the productive context). The study reveals the existence of multiple work shifts that overburden settled women and limit processes of female emancipation and empowerment in the studied areas. Nevertheless, resistance strategies were identified, associated primarily with pluriactivity, participation in decision-making and power spaces, and engagement in agroecological practices. It is concluded that the promotion of collective action and access to a Technical Assistance and Rural Extension (ATER) model—sensitive to gender inequalities and guided by an agroecological perspective—can constitute potential strategies for overcoming power asymmetries and fostering female empowerment in the analyzed settlements.

Keywords: rural women; rural settlements; gender inequality; resistance strategies.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar la vida cotidiana y el trabajo desarrollado por las mujeres en los proyectos de asentamientos rurales, ubicados en el municipio de Selvíria (MS), centrándose en las actividades, complejidades y enfrentamientos que permean la rutina de estos sujetos. Metodológicamente, el estudio se basó en un enfoque cualitativo, cuyas estrategias de investigación incluyen la revisión de literatura, el empleo de cuestionarios, la realización de visitas in loco y la organización de grupos focales. Los sujetos principales de este estudio son las agricultoras de los asentamientos rurales São Joaquim, Alecrim y Canoas (Selvíria-MS). La presente investigación permitió comprender que la labor de las mujeres en los asentamientos de Selvíria trasciende la producción agrícola combinada con el trabajo doméstico; constituye el cimiento que sustenta la vida en estos espacios, a través de una compleja gama de trabajos de carácter productivo y reproductivo. Algunos aspectos observados en el trabajo de campo refuerzan la cuestión de la invisibilidad del trabajo femenino como producto de estructuras patriarcales arraigadas, que siguen delineando distintas formas de violencia. Aunque las agricultoras desempeñan un papel central en el mantenimiento de la vida y de la producción, su trabajo es frecuentemente categorizado como "ayuda" y sus capacidades son subyugadas (especialmente en el contexto productivo). La investigación revela la existencia de jornadas múltiples que sobrecargan a las asentadas y limitan los procesos de emancipación y empoderamiento femenino en los espacios estudiados. A pesar de ello, se identificaron estrategias de resistencia asociadas, sobre todo, a la pluriactividad, a la participación en espacios de decisión y poder, y al compromiso con prácticas agroecológicas. Se concluye que la promoción de la acción colectiva y el acceso a un modelo de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER), sensible a las desigualdades de género y orientado por la perspectiva agroecológica, pueden constituirse en estrategias potenciales para la superación de las asimetrías de poder y para el fomento del empoderamiento femenino en los asentamientos analizados.

Palabras clave: mujeres rurales; asentamientos rurales; desigualdad de género; estrategias de resistencia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Número de estabelecimentos agropecuários por tipo de direção e tipologia	39
Tabela 2	- Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares)	41
Tabela 3	- Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor com relação às terras, segundo gênero e tipologia	42
Tabela 4	- Número de estabelecimentos agropecuários por classe de idade, gênero e tipologia	43
Tabela 5	- Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade, gênero e tipologia	45
Tabela 6	- Produção e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários por tipologia	47
Tabela 7	- Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária e número de cabeças por tipologia	50
Tabela 8	- Número de estabelecimentos que produziram leite de vaca, quantidade de vacas ordenhadas, volume produzido (mil litros) e percentual da Agricultura Familiar	51
Tabela 9	- Número de estabelecimentos agropecuários por origem da orientação técnica recebida, gênero e tipologia	52
Tabela 10	- Número de estabelecimentos agropecuários com tratores e quantidade total de tratores existentes, com recorte por gênero e tipologia	53
Tabela 11	- Caracterização das participantes - Assentamento São Joaquim	60
Tabela 12	- Caracterização das participantes - Assentamento Alecrim	61
Tabela 13	- Caracterização das participantes - Assentamento Canoas	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC: Agricultura Convencional

AF: Agricultura Familiar

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

CAF: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCU: Contrato de Concessão de Uso

DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MS: Mato Grosso do Sul

PA: Projeto de Assentamento

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPM: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RGI: Região Geográfica Imediata

SPM: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	17
2.1	A agricultura familiar e sua transformação.....	17
2.2	Trabalho e assimetrias de gênero.....	20
2.3	Políticas públicas e as mulheres rurais.....	27
2.4	A luta das mulheres pela reforma agrária.....	30
3	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA-MS	36
3.1	O município de Selvíria-MS e os assentamentos alvo do estudo.....	36
3.2	Características gerais da atividade agropecuária desenvolvida em Selvíria-MS.....	37
4	METODOLOGIA	56
4.1	Estratégias metodológicas e as etapas da pesquisa	56
4.2	Sistematização e análise dos dados	58
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	60
5.1	Os sujeitos da pesquisa: características gerais e participação social	60
5.2	Elementos da luta pela terra e sua conquista: enfrentamentos, protagonismo feminino e significados	63
5.3	O trabalho (re)produtivo e o protagonismo feminino no campo	80
5.4	As atividades relacionadas à questão da pluriatividade	94
5.5	O vínculo afetivo com a terra e a racionalidade do cuidado	98
5.6	Agroecologia e produção de alimentos saudáveis como resistência	103
5.7	Desafios produtivos, desigualdades de gênero e percepções.....	109
5.8	A importância das ações de assistência técnica e extensão rural	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	125
	APÊNDICE A – Questionário	134
	APÊNDICE B – Roteiro (grupos focais)	138

1 INTRODUÇÃO

Estudos desenvolvidos em distintas localidades, incluindo países da América do Sul, Europa, África e América do Norte, evidenciam a importância do papel desempenhado pelas mulheres no contexto da agricultura. Tais estudos reforçam a pertinência de abordagens críticas acerca das especificidades, que caracterizam o trabalho dos sujeitos femininos no campo, em face das relações de poder entre os gêneros (Alaoui *et al.*, 2012; Guetat-Bernard, 2015; Estébanez *et al.* 2016; Erazo *et al* 2020; Lagrave, 2021; Azima; Mundler, 2022; Mayoulou; Idelhadj, 2022; Serpossian *et al*, 2022; Herrera *et al.*, 2024).

As mulheres agricultoras, segundo Mesquita (2013), possuem um papel fundamental na dinâmica da família, como sujeitos ativos no ambiente produtivo, bem como, na esfera das atividades de reprodução, uma vez que são elas as responsáveis por preservar e transmitir valores, os quais são vistos como estratégias de manutenção da qualidade de vida das famílias agricultoras e das gerações futuras. Apesar da diversa gama de atividades realizada e protagonizada pelas mulheres, ainda se observa a tendência de creditar a elas apenas o trabalho reprodutivo, atribuindo aos homens o trabalho de cunho produtivo (Siliprandi; Cintrão, 2011; Hirata; Kergoat, 2020; Schneider *et al.*, 2020; Lagrave, 2021; Herrera *et al.*, 2024).

Essa divisão do trabalho repercute na 'invisibilidade' do papel desenvolvido pelas mulheres do campo, já que as atividades ligadas à esfera doméstica e ao cuidado não geram renda (diretamente) e, no campo das ações relacionadas à produção, o seu trabalho é interpretado como mera ajuda (Guetat-Bernard, 2015; Serpossian *et al*, 2022). A divisão do trabalho, característica das relações entre homens e mulheres, é um produto social que contribui para legitimar a desigualdade de gênero nas relações de poder (Mesquita, 2013).

Na unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos. Mesmo trabalhando em praticamente todas as tarefas da propriedade, na maioria das vezes, as mulheres não participam da decisão sobre os recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres (Siliprandi; Cintrão, 2011).

Por conta das desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres uma posição subordinada na estrutura familiar, evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra, elas têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural, comparativamente aos homens; esses aspectos, em parte, justificam uma situação de êxodo rural mais marcante no contexto do público feminino (Brumer, 2004).

Na análise proposta por Saffioti (2004), sobressaem aspectos que fundamentam a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres:

[...] no campo do gênero os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero. Se a autonomia é privilégio de apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade [...] (Saffioti, 2004, p. 50).

Essa hierarquia de autonomia descrita por Saffioti não se sustenta apenas pela força física, mas por uma estrutura de crenças que Bourdieu (2012) denomina como ordem simbólica que tende a confirmar e perpetuar a dominação masculina, sustentando-se justamente sobre ela. A força dessa dominação relaciona-se com o fato de que essa dispensa justificativa, sendo tomada como algo evidente, natural e indiscutível. Desse modo, a divisão entre os sexos se apresenta como parte constitutiva da estrutura social, sendo aceita como se fosse um dado biológico.

No entanto, essa aparente “naturalidade” é, na verdade, o produto de uma construção social que atribui fundamentos biológicos a relações sociais, legitimando, assim, formas de dominação sob o disfarce de uma ordem natural (Bourdieu, 2012). Esse processo, descrito pelo autor, é nitidamente observável no cotidiano das mulheres do campo, cujas falas e comportamentos muitas vezes refletem uma violência simbólica tão arraigada que se torna imperceptível. Imersas em um contexto em que a desigualdade é naturalizada, muitas dessas mulheres não reconhecem a opressão da qual são vítimas, internalizando os papéis de subordinação como se fossem parte inevitável de sua condição social.

Mesmo diante desse cenário marcado por desigualdades, salienta-se que são observados processos de resistência e de construção de alternativas populares, protagonizadas pelas mulheres do campo. Nesse contexto, a agroecologia emerge

como um campo de saber e prática fundamental, pois permite a ressignificação do trabalho feminino e a conquista de autonomia produtiva que contribuem para ampliar as vias de enfrentamento à subordinação de gênero (Siliprandi; Cintrão; 2011; Serpossian *et al.*, 2022; Azima; Mundler, 2022; Herrera *et al.*, 2024). Enfatiza-se a importância de se ampliar a visibilidade dessas iniciativas, as quais podem, inclusive, inspirar estratégias relacionadas às políticas de desenvolvimento rural, que visem à melhoria das condições de vida das mulheres do campo, com base no fomento ao empoderamento feminino.

Alinhado às acepções de Herrera *et al.* (2024), este trabalho baseia-se na perspectiva de gênero para propor uma reflexão crítica sobre os aspectos que envolvem o trabalho da mulher no espaço rural, extrapolando a dimensão produtiva associada à mera produção de mercadorias.

Esta pesquisa objetiva analisar o cotidiano e o trabalho desenvolvido pelas mulheres, nos projetos de assentamentos rurais Alecrim, Canoas e São Joaquim (todos localizados em Selvíria/MS), com vistas ao (re)conhecimento das atividades, complexidades e enfrentamentos que compõem a rotina desses sujeitos, pretendendo-se a problematização da divisão sexual do trabalho e a análise das repercussões das desigualdades de gênero, na vida das agricultoras em tais espaços.

Pretende-se, ainda, avaliar a percepção dessas mulheres acerca das assimetrias de poder e da invisibilidade do trabalho feminino, ao mesmo tempo em que se busca investigar as estratégias de resistência adotadas frente às assimetrias de gênero. Por fim, o estudo propõe-se a analisar o papel das políticas públicas, particularmente da Assistência Técnica e Extensão Rural, como mecanismo para o fomento ao empoderamento feminino e à superação das desigualdades de gênero nos espaços de reforma agrária do município de Selvíria-MS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1 A agricultura familiar e sua transformação

Lamarche (1997) chama atenção para o caráter disputado e plural do conceito de agricultura familiar. Em termos gerais, as leituras mais recorrentes reconhecem que, nesse modo de produção, a terra não é apenas um ativo econômico: ela se vincula diretamente ao trabalho e à própria organização da vida familiar. Trata-se, portanto, de um arranjo social específico, no qual família e produção se articulam de maneiras variadas, conforme a capacidade de controlar e desenvolver meios de produção em contextos históricos e territoriais distintos. Por isso, definições muito generalistas tendem a perder poder explicativo, já que a agricultura familiar assume configurações particulares em cada realidade.

A distinção entre a empresa capitalista e a produção familiar está no fato de que, enquanto a primeira se baseia na exploração do trabalho assalariado com o objetivo de maximizar lucros, a produção familiar visa atender às necessidades e garantir a reprodução da unidade familiar. Nesse sentido, a produção familiar opera com uma racionalidade própria, na qual decisões sobre intensidade do trabalho e volume de produção se relacionam à reprodução da unidade e não à maximização do ganho capitalista (Chayanov, 1974).

Para Ploeg (2014), a agricultura familiar é um fenômeno que as pessoas têm cada vez mais dificuldade de compreender. Essa constatação deriva de várias razões, podendo destacar o fato de que esse segmento se contrapõe à concepção burocrática, aos protocolos formalizados e à lógica industrial que dominam cada vez mais as sociedades modernas. Concomitantemente, agricultura familiar também é difícil de ser compreendida por ser um fenômeno complexo e multidimensional.

O agricultor familiar possui uma relação estreita e particular com a terra, que é seu local de trabalho e moradia. Por esse motivo, também, os agricultores têm buscado novas formas de produzir (ou resgatado práticas e insumos) de baixo impacto socioambiental, a partir da valorização do trabalho humano com contribuições importantes para o bem-estar das populações do campo e das cidades (Wanderley, 2009).

O estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas e transmitidas às gerações seguintes de maneira sutil, porém determinada. Com

frequência, configura um elo em redes de relacionamento mais amplas nas quais circulam novas ideias, práticas, sementes, etc. Assim, o estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura, podendo assim ser considerado um patrimônio cultural (Ploeg, 2014).

A agricultura camponesa tradicional é uma das expressões da agricultura familiar que, segundo Felício (2006), remonta às origens do campesinato, fundindo a propriedade dos meios de produção ao trabalho familiar (Lima, 2019). Essa estrutura consolida um modo de vida específico onde a centralidade do poder familiar reflete-se na gestão da unidade e no direito à terra. Sob essa ótica, Lima (2019) reitera que tal relação é marcada por uma gestão de propriedade estritamente compartilhada, na qual a força de trabalho familiar atua como o eixo ordenador da produção.

O processo de modernização da agricultura comprometeu as pequenas propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada promoveu uma desigual distribuição de capital e da propriedade no meio rural. Como aponta Mesquita (2012), esse fenômeno empurrou o agricultor familiar para as margens do suporte estatal, em que a ausência de políticas específicas e a escassez de recursos provocaram não apenas a sua descapitalização econômica, mas uma profunda e sistemática exclusão social. Nesse sentido, o contexto da modernização tecnológica agravou as condições de sobrevivência dos agricultores familiares, devido à crescente monetarização das relações, como mercado de insumos oligopolizado, elevado custo de produção e redução dos ganhos dos produtores (Mendes, 2005).

Para Mesquita (2012), o contexto imposto pela modernização da agricultura acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, materializados na forma do êxodo rural. Além disso, o uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo dificultou o engajamento dos agricultores familiares nessa dinâmica, ou seja, essa modernização não abrangeu de forma homogênea as unidades de produção, excluindo a maioria daquelas pertencentes ao segmento da agricultura familiar (Mendes, 2005).

Ao discutir a conceituação da agricultura familiar, Wanderley (2003) estabelece pilares que humanizam esse ator social, retirando-o da condição de objeto passivo da história:

A afirmação de que o conceito de agricultura familiar é pertinente para a compreensão do ator social ao qual estamos nos referindo [...] o agricultor familiar não é um personagem passivo, sem resistência, diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a

ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna (Wanderley, 2003, p. 16).

Dessa forma, a autora defende que essa identidade é assimilada pelos sujeitos por carregar valores positivos, definindo um papel estratégico no desenvolvimento rural que não ignora a grande diversidade de situações concretas que a categoria abrange.

Essa perspectiva de resistência e identidade discutida por Wanderley (2003) encontra ressonância institucional na Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006), que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar. Ao definir legalmente esse ator social, a lei reconhece a gestão familiar e o trabalho comunitário como pilares da produção nacional. Contudo, ao institucionalizar a família como um sujeito único e homogêneo, a legislação acaba por aprofundar a invisibilidade das mulheres, cujas contribuições para a renda e a sustentabilidade do lote permanecem, muitas vezes, subordinadas à gestão masculina e fora do alcance pleno das políticas de autonomia.

Desde os primórdios da agricultura, as mulheres desempenharam um papel ativo e essencial. Este papel revelou-se fundamental para o desenvolvimento da produção de alimentos ao longo da história. No entanto, o preconceito ainda se mantém bastante arraigado. Embora seja possível observar avanços, o contexto atual está longe de ser o ideal, em consequência das desigualdades vivenciadas dentro da própria unidade familiar, da falta de incentivos, do acesso limitado a recursos socioprodutivos e da carência de processos de formação, dentre outras razões. Essa invisibilidade no interior das cadeias de valor agrícola perpetua as desigualdades de gênero, revelando um paradoxo: embora sejam o alicerce da produção familiar, o trabalho das mulheres é frequentemente silenciado ou reduzido à categoria de 'ajuda'. Essa construção social impede que assumam o status de sujeitos de direito e alcancem a plena autonomia (Paulilo, 2004; Hirata, 2014; Rodrigues, 2021).

Compreender a agricultura familiar implica reconhecer não apenas sua relevância econômica e social, mas também as relações de poder e as desigualdades de gênero que permeiam sua organização. Como apontam Saffioti (2013) e Federici (2019), o capitalismo depende da incorporação de atividades domésticas e de cuidado como dimensões essenciais à reprodução da força de trabalho, ainda que essas tarefas permaneçam invisíveis e desprovidas de valor econômico. No contexto da agricultura familiar, essa lógica se expressa nas múltiplas jornadas das mulheres rurais, que acumulam funções produtivas e reprodutivas, conciliando o trabalho na terra com as responsabilidades do lar e da comunidade; essa gama de tarefas, em algumas

situações, ainda se conjuga ao trabalho remunerado externo ao estabelecimento agropecuário.

Essa sobreposição de tarefas revela que, mesmo em sistemas baseados na cooperação e na solidariedade, persistem formas de desigualdade que limitam a autonomia feminina e restringem o reconhecimento pleno de sua contribuição para a manutenção da vida e da economia no campo.

2.2 Trabalho e assimetrias de gênero

Marx (2013) definiu o trabalho como a atividade pela qual o ser humano transforma a natureza e, concomitantemente, produz a si próprio como ser social. O trabalho é, portanto, a base da sociabilidade e o elemento central do processo de produção e de exploração capitalista, já que o capital se apropria da força de trabalho e do excedente produzido pelo trabalhador. Em sua análise, contudo, Marx (2013) concentrou-se no trabalho produtivo, aquele que gera valor de troca e mais-valia, deixando de fora outras formas de trabalho que, mesmo não produzindo mercadorias, são fundamentais para a reprodução da vida e da força de trabalho. Essa omissão teórica e histórica endossou a secundarização do trabalho doméstico e de cuidado, realizado majoritariamente por mulheres, que sustentam a reprodução social e econômica das sociedades. Essa ausência, posteriormente questionada pelas teóricas feministas marxistas, evidenciou os limites da economia política clássica em compreender o papel da reprodução social na manutenção do capital.

Além disso, ao analisar os efeitos da maquinaria sobre o trabalho, Marx observou que o desenvolvimento técnico e científico poderia reduzir o tempo de trabalho necessário à produção (Marx, 2013). No entanto, sob a lógica capitalista, esse potencial libertador da técnica e da ciência é revertido em seu oposto: as máquinas não diminuem o trabalho humano, mas intensificam sua exploração. Para Marx (2013), o tempo livre seria transformado em tempo excedente, e a tecnologia, em vez de emancipar, serviria à ampliação da produtividade e do lucro, afinal, tudo gira em torno disso.

Nesse contexto, a análise marxiana evidencia as contradições do capitalismo, mas permanece restrita ao espaço da produção, sem considerar o papel das mulheres na sustentação cotidiana desse sistema. No caso das mulheres, essa contradição se torna ainda mais evidente. O avanço das tecnologias e a inserção feminina no mercado de trabalho não significaram a superação da desigualdade de gênero, mas a

reconfiguração da subordinação. As mulheres foram incorporadas ao trabalho assalariado em condições de precariedade e baixos salários, ao mesmo tempo em que permaneceram responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado. Assim, mesmo com a modernização dos meios de produção, o trabalho executado pelas mulheres segue desvalorizado e explorado em todas as esferas.

Como ressaltam autoras do feminismo marxista, entre elas Saffioti (2004) e Silvia Federici (2019), o capitalismo se apropria da força de trabalho das mulheres tanto na esfera produtiva, quanto na reprodutiva. As inovações tecnológicas não alteram essa lógica, pois o sistema continua a depender do trabalho não remunerado, invisível e emocionalmente desgastante das mulheres para manter sua própria reprodução. A promessa marxiana de que o desenvolvimento das forças produtivas levaria à libertação do trabalho só poderá se materializar, portanto, quando forem transformadas também as relações patriarcais que garantem a perpetuação do capital.

Entre os séculos XIX e XX, as classes capitalistas da Inglaterra e dos Estados Unidos, pressionadas pelas revoltas e greves da classe trabalhadora, implementaram um conjunto de reformas que transformaram não apenas as fábricas, mas também os lares. Nesse contexto, consolidou-se a figura da “dona de casa em tempo integral”, resultado de um processo social e político que redefiniu o papel das mulheres. A retirada das mulheres do espaço produtivo industrial e sua vinculação exclusiva à esfera doméstica foram justificadas como medidas de proteção moral e familiar, mas, na prática, serviram para reorganizar o sistema de trabalho e disciplinar a força de trabalho masculina.

A criação desse novo modelo familiar teve implicações diretas na estrutura salarial: os homens passaram a receber salários ligeiramente mais altos, o chamado “salário familiar”, suficientes (supostamente) para sustentar esposas e filhos, enquanto as mulheres eram desvalorizadas e excluídas da produção formal. Como explica Federici (2019), essa transformação institucionalizou o trabalho doméstico não remunerado e naturalizou a dependência econômica das mulheres em relação aos homens, ao mesmo tempo em que garantiu ao capital uma força de trabalho masculina estável e socialmente reproduzida.

Essa exclusão das mulheres das fábricas, portanto, não beneficiou apenas os capitalistas. Em certa medida, também favoreceu os homens trabalhadores, que viram reforçada sua posição de provedores e chefes de família. Nesse ponto, como observa

Federici (2017a), houve uma convergência de interesses entre patriarcado e capital, pois ambos se sustentaram na exploração e no controle do trabalho feminino.

As mulheres da classe trabalhadora inglesa do século XIX, segundo Mies (1986), não demonstravam interesse em reproduzir a próxima geração de trabalhadores, resistindo à lógica que as confinava à função reprodutiva e doméstica. Elas não aceitavam permanecer excluídas da esfera produtiva, e seus modos de vida, muitas vezes considerados “masculinos”, representavam uma ameaça à moralidade burguesa e à ordem social vigente. Diante disso, a burguesia e o Estado passaram a investir na construção de um novo regime social e moral, cujo objetivo era disciplinar tanto o corpo feminino quanto a força de trabalho masculina.

O investimento na reprodução da classe trabalhadora tornou-se, então, uma estratégia essencial para assegurar maior produtividade e estabilidade social. Nesse modelo, a “dona de casa” emergiu como figura central, responsável por administrar o lar, garantir que o salário fosse bem gasto, manter o trabalhador saudável e produtivo e educar as crianças para que se tornassem futuros operários. Como analisa Federici (2019), pode-se compreender que o trabalho doméstico gratuito das mulheres se tornou o pilar invisível da acumulação capitalista, ao assegurar a reprodução cotidiana da força de trabalho sem custos diretos para o capital.

No entanto, quando a sobrevivência da família passou a depender exclusivamente do salário masculino, instaurou-se uma nova tensão dentro dos lares. As mulheres, privadas de renda própria e do reconhecimento de seu trabalho, tornaram-se mais dependentes economicamente dos homens e progressivamente isoladas, sem autonomia financeira, sem delimitação de jornada e submetidas à lógica da obediência doméstica. Assim, a aparente “proteção” do lar revelou-se um mecanismo de controle e subordinação, que consolidou a desigualdade de gênero como fundamento da reprodução social no capitalismo (Federici, 2019).

Essa nova estratégia, que articulou a estrutura patriarcal às exigências de reprodução do capital, foi analisada por Saffioti (2004) por meio do conceito de “patriarcado do salário”. A autora evidencia que o capitalismo incorporou e modernizou o patriarcado ao transferir para o salário masculino a função de sustento da família, reforçando a dependência das mulheres e a naturalização/normalização de seu trabalho gratuito. O salário, portanto, não representa apenas uma forma de remuneração, mas também um instrumento de poder e de controle, que garante ao homem a posição de provedor do lar e à mulher o papel de dependente. Essa estrutura,

forjada na Europa industrial, encontrou ressonância em outras formações sociais, inclusive nas latino-americanas, onde a divisão sexual do trabalho e a desigualdade salarial seguem sustentando a base material e simbólica do patriarcado capitalista.

Às múltiplas atividades que ficaram sob responsabilidade das mulheres corresponde ao que Nancy Fraser (2016) denomina de “crise da reprodução social”, na qual a lógica do capital transfere às mulheres a responsabilidade pela sustentação cotidiana da vida. Federici (2019) amplia essa análise ao argumentar que o trabalho reprodutivo é um pilar oculto da economia capitalista, essencial para a manutenção da força de trabalho e, dessa forma, parte constitutiva do processo de acumulação. No contexto do espaço rural, as jornadas duplas e triplas das mulheres evidenciam a permanência dessa estrutura de exploração, na qual o trabalho gratuito ou desvalorizado assegura tanto a sobrevivência familiar quanto a reprodução do sistema econômico mais amplo. A omissão teórica aqui discutida explica as razões que fundamentam a exclusão do trabalho doméstico do campo da economia política clássica. Como resultado, as mulheres, embora centrais à reprodução da força de trabalho, foram excluídas das análises sobre valor e produção.

Essa articulação entre patriarcado e capitalismo se expressa, de modo particularmente evidente, no meio rural, onde as mulheres acumulam funções diversas que garantem a reprodução material e simbólica das famílias. Nesse contexto, a pluriatividade, entendida como a combinação de diferentes atividades produtivas e reprodutivas, agrícolas e não agrícolas, constitui uma estratégia central de sobrevivência e autonomia das unidades familiares. Como destaca Schneider (2003), a pluriatividade não deve ser compreendida apenas como diversificação de renda, mas como expressão da complexidade do trabalho camponês, especialmente o feminino, que transita entre o cuidado, a produção, a comercialização e a participação comunitária. Entre as mulheres assentadas, essa multiplicidade de papéis revela tanto a sobrecarga, quanto a potência transformadora de suas práticas, que desafiam a cisão entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, conferindo novo significado à organização do trabalho no contexto rural.

A divisão sexual do trabalho, conforme explicam diversas autoras feministas (Kergoat, 2002; Albuquerque, 2023), é uma construção histórica fundamentada em dois princípios: o da separação, que delimita esferas distintas para homens e mulheres, e o da hierarquia, que confere maior valor e prestígio ao trabalho masculino. Esse processo de naturalização da desigualdade encontra eco na célebre afirmação de Simone de

Beauvoir (2016, p. 11), para quem 'não se nasce mulher, torna-se mulher'. Ao situar a condição feminina como resultado de práticas sociais e simbólicas, Beauvoir revela que o confinamento das mulheres ao espaço doméstico e à reprodução não é um dado biológico, mas um mecanismo de dominação. Assim, as competências e qualificações femininas são sistematicamente desvalorizadas ou lidas como 'inatas', transformando a diferença sexual em uma hierarquia social que condiciona o acesso ao poder e à autonomia (Biroli, 2018; Azevedo *et al.*, 2021).

De acordo com Faria (2009), a presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alterou em nada a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidado. Para as mulheres, a realização do trabalho doméstico e de cuidados se coloca como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar.

Em consonância, as mulheres consolidam-se como produtoras de bens fundamentais para a reprodução da vida, o que se materializa em suas práticas cotidianas como trabalhadoras e geradoras de renda, tanto monetária quanto não monetária. Elas afirmam-se como sujeitos econômicos e políticos, atuando como guardiãs da agrobiodiversidade e gestoras de saberes técnicos essenciais para a manutenção dos agroecossistemas. Nesse sentido, sua agência é o que assegura a soberania alimentar de suas famílias, comunidades e territórios (Siliprandi, 2015; Jalil, 2021). Nesse sentido, cabe o reconhecimento de que as mulheres rurais devem ser os sujeitos centrais nos debates que envolvem a sociobiodiversidade. Isso apresenta relação com uma série de fatores que envolvem a vida dessas mulheres, como o fato de viverem em contato com as plantas nativas, por trabalharem na agricultura e por serem detentoras de muitos saberes que fazem parte dessa prática (Costa, 2019).

É fundamental destacar que o trabalho doméstico possui uma lógica distinta das relações de mercado, uma vez que sua finalidade transcende a busca por benefícios monetários e está profundamente ancorada na dimensão subjetiva. Segundo Faria (2009), a manutenção da vida humana e do bem-estar exige um conjunto de necessidades que envolvem afetos e segurança emocional, dimensões que compõem o núcleo das atividades realizadas pelas mulheres.

Sob essa ótica, Erazo *et al.* (2020) discutem como a figura feminina na agricultura familiar foi historicamente condicionada aos papéis de matrimônio e reprodução, sendo socialmente construída como um sujeito destinado quase exclusivamente aos afazeres domésticos e ao cuidado da família. Essa estrutura de

subordinação reflete-se, inclusive, na restrição dos tempos e espaços de lazer. Como aponta Andrade (2009), a jornada feminina não se interrompe aos finais de semana e suas possibilidades de fruição social permanecem limitadas à esfera doméstica ou condicionadas à presença constante do marido e dos filhos, evidenciando uma permanência da mulher na esfera privada mesmo quando ocupa espaços públicos.

Assim, a mulher, socialmente fadada ao espaço privado, encontra grandes dificuldades para se libertar das responsabilidades domésticas que lhe são atribuídas. Isso impede que ela tenha tempo suficiente para se dedicar ao trabalho remunerado, caso assim deseje. Além disso, por não dispor do mesmo tempo que o homem para se dedicar ao trabalho fora de casa e por estar historicamente associada ao ambiente doméstico, o trabalho feminino é desvalorizado e mal remunerado. Isso se deve à concepção histórica de que o lugar da mulher não está no espaço público e nas relações de trabalho, mas sim nas dinâmicas familiares (Azevedo *et al*, 2021).

A escolha de ser dona de casa não é apenas uma opção individual, mas um desdobramento da construção social da “condição feminina”. Ela está enraizada nos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, na maternidade frequentemente imposta, e na autoridade masculina ainda predominante no âmbito conjugal e familiar. Essa realidade também evidencia uma dimensão dos interesses socioeconômicos que são direcionados às mulheres, os quais, ao serem internalizados, acabam por restringir suas existências, modos de vida e formas de estar no mundo. Os impactos dessa sobrecarga se manifestam, muitas vezes, por meio de transtornos emocionais decorrentes do estresse gerado pelo acúmulo e, frequentemente, pela exclusividade das múltiplas tarefas que lhes são atribuídas (Funari, 2020; Santos; Diniz, 2018).

Embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido para que se atinja o verdadeiro reconhecimento econômico e a igualdade de gênero, é fundamental destacar que, especialmente no meio rural, há processos de resistência e construção de alternativas populares lideradas por mulheres. Essas iniciativas trazem contribuições essenciais para a formulação de um projeto de soberania que só será viável com a conquista da autonomia feminina. Além disso, em um contexto marcado por persistentes desigualdades de gênero, ganha relevo o papel dos movimentos sociais e políticos na luta pela redução da desigualdade baseada no gênero. Para que a superação das desigualdades, que caracterizam as relações entre homens e mulheres, possa se tornar realidade, é indispensável a conscientização coletiva sobre

a importância da proteção, equiparação e valorização das mulheres em condições equitativas a dos homens (Azevedo *et al.*, 2021; Faria, 2009).

No contexto rural, a divisão sexual do trabalho se mantém não apenas por meio de mecanismos econômicos, mas também por formas sutis de dominação simbólica. Pierre Bourdieu (2012) denomina esse processo de violência simbólica, ao se referir à imposição de significados e valores que naturalizam as desigualdades de gênero e as fazem parecer legítimas. Nessa lógica, as mulheres internalizam as normas sociais que as vinculam ao cuidado, à domesticidade e à subordinação, interpretando tais funções como expressão de amor, dever ou vocação. Essa naturalização é o que garante a longevidade da divisão sexual do trabalho, pois faz com que as relações de poder sejam reproduzidas no cotidiano sem necessidade de coerção explícita. Assim, a violência simbólica atua como o cimento ideológico que sustenta a hierarquia entre os sexos e assegura a continuidade da dominação patriarcal e capitalista.

A contribuição da obra de Bourdieu para os estudos rurais, no Brasil e internacionalmente, revela-se rica e diversificada, ampliando significativamente as possibilidades de análise sobre as dinâmicas sociais no campo (Ferreira, 2006; Fiúza, 2022). A vida das mulheres no espaço rural é marcada por uma constante luta e esforço de resistência. No entanto, é comum perceber, em seus discursos, a reprodução da violência simbólica, uma violência invisível, que muitas vezes é negada tanto por aqueles que a exercem quanto por aqueles que a testemunham/sofrem. Nessa direção, é possível entender que as relações de poder estão intimamente ligadas à violência simbólica, pois é por meio da imposição do poder entre diferentes grupos sociais que se consolidam as dinâmicas de subordinação e as formas sutis de violência simbólica (Silva, 2024a).

Os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, desempenham uma função política fundamental ao atuarem como meios de imposição ou legitimação da dominação. Eles contribuem para garantir a subordinação de uma classe sobre a outra, reforçando as relações de poder que as sustentam. Esses sistemas não apenas servem como meios de dominação, mas também transmitem a ideologia dominante de maneira que a sociedade a reconheça como natural. A classe dominante não exerce poder apenas pelo controle do Estado ou pelo uso legal da violência física, mas também pela capacidade de impor sua ideologia como algo naturalizado. Os dominados, por sua vez, não têm consciência de serem vítimas dessa violência simbólica, que é internalizada como parte da cultura dominante.

Segundo Bourdieu, essa cultura é absorvida pelos dominados por meio do conceito de habitus (Bourdieu, 2007):

O habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é o bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (Bourdieu, 2007; p. 22).

Assim, o habitus opera como mediação entre estruturas sociais e práticas individuais, permitindo interpretar por que determinadas desigualdades persistem mesmo quando não há coerção explícita, inclusive em contextos rurais onde a cooperação comunitária convive com assimetrias de gênero (Ferreira, 2006; Fiúza, 2022).

Segundo Bourdieu (2012), a violência simbólica é mantida pela sociedade por meio de uma série de práticas e atitudes que a naturalizam, sendo percebida como algo legítimo por estar respaldada por instituições sociais como a família, o casamento, a religião, a educação e pelas estruturas corporativas. Como já mencionado anteriormente, por serem os homens os detentores das normas dominantes, a organização social acaba por restringir as mulheres, impedindo-as de exercer certas atividades que não se enquadram nos papéis que lhes foram socialmente atribuídos. Em muitos casos, as atividades realizadas pelas mulheres no campo são vistas como menos importantes ou como algo inato, desvalorizando sua contribuição econômica e social.

2.3 Políticas públicas e as mulheres rurais

Historicamente, as políticas voltadas para o campo centralizaram-se na figura masculina, reforçando estereótipos que negligenciam o trabalho produtivo das mulheres ao categorizá-lo como ajuda (Siliprandi, 2015). Por um lado, essa herança machista tardou o reconhecimento jurídico e econômico do segmento feminino, por outro, a emergência de políticas direcionadas a elas tornou-se fundamental, assegurando-lhes condições reais de reprodução social e emancipação.

Um entrave histórico central residiu na luta pelo acesso a documentos civis básicos, como CPF e RG, além da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) com o nome da mulher. De acordo com Brumer (2004), a conquista desses registros permitiu que as agricultoras rompessem com a invisibilidade estatística, passando a figurar como sujeitos de direito nos censos e cadastros oficiais. Sem essa regularização, as mulheres permaneciam à margem do Estado, enfrentando severas barreiras para acessar políticas públicas e benefícios previdenciários. Nesse sentido, como reforçam Heredia e Cintrão (2006) e Foro (2010), a documentação constitui um instrumento político de emancipação, indispensável para que a mulher possa gerir seu próprio crédito e consolidar sua autonomia no território.

A partir de 2003, com o início do governo Lula, as mulheres rurais ascenderam ao centro da agenda das políticas públicas brasileiras. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi um marco institucional que viabilizou a elaboração do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Nesse cenário, a mobilização ativa das mulheres do campo foi determinante para evidenciar que suas demandas possuem especificidades territoriais e produtivas, que as distinguem das pautas urbanas, exigindo respostas estatais diferenciadas (Siliprandi, 2015).

O Pronaf, instituído na década de 1990, operou em seus anos iniciais sob uma lógica masculinizada. Esse cenário era agravado pela invisibilidade jurídica das agricultoras, que muitas vezes careciam de documentação básica e não eram reconhecidas como titulares da terra. Somava-se a isso uma extensão rural de viés machista que, alinhada à lógica do mercado, aprofundava as assimetrias de gênero. Essa realidade começou a ser tensionada com a reconfiguração do cenário político e a criação de ações afirmativas, culminando no surgimento do Pronaf Mulher, linha de crédito estratégica para contornar exclusões históricas e fomentar a autonomia econômica feminina no campo. Ademais, começou-se a investir mais em diversificação como hortas, pequenos animais e processamento de alimentos mudando a forma de produzir e comercializar, dialogando com o que chamamos de agroecologia.

No histórico de conquistas das mulheres assentadas, programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) figuram como marcos decisivos. Além de garantir mercados institucionais para a agricultura familiar, essas políticas incorporaram diretrizes que favorecem o recorte de gênero,

geração, raça e etnia. Em consonância com essas ações, a extensão rural passou a fomentar práticas agroecológicas junto aos coletivos femininos, promovendo a circulação de alimentos livres de agrotóxicos. Essa articulação não apenas fortalece a saúde no território, mas também consolida a organização produtiva das mulheres, conferindo-lhes maior protagonismo na segurança alimentar local.

A canalização da produção dos quintais para os mercados institucionais contribui para superar a invisibilidade do trabalho feminino e impulsionar novas dinâmicas no interior da estrutura familiar. O acesso direto ao crédito e à remuneração, seja via conta individual ou cooperativa, fortalece a autonomia da agricultora e interrompe a dependência financeira histórica frente aos parceiros masculinos, conferindo-lhes poder de decisão sobre sua vida e produção (Paulilo, 2004; Grisa, 2012; Siliprandi, 2015).

Todavia, apesar dos avanços conquistados, as mulheres rurais ainda enfrentam obstáculos estruturais significativos. Entre os principais desafios, destacam-se a precariedade da infraestrutura no campo, as limitações no acesso a serviços de saúde e educação e a falta de renda própria. Soma-se a isso, o histórico de invisibilidade de sua condição de trabalhadora, a dificuldade na titulação de terras em nome próprio e o acesso tardio tanto à documentação civil básica quanto às políticas públicas de desenvolvimento (Heredia; Cintrão, 2006; Siliprandi, 2015).

Como Foro (2010) bem observa, a luta pela documentação e o ingresso nas políticas públicas tornam-se desafios ainda mais profundos em territórios onde a articulação dos movimentos sociais é frágil. A ausência de uma rede coletiva capaz de pressionar as esferas estatais e municipais acaba por deixar essas mulheres desamparadas frente aos entraves burocráticos, o que aprofunda o seu isolamento institucional. Essa realidade é nitidamente percebida nos assentamentos aqui analisados; sem o suporte de movimentos sociais, como o MST, a trajetória das agricultoras assentadas do município de Selvíria-MS rumo à autonomia é marcada por uma caminhada solitária e (ainda mais) desafiadora.

No entanto, para que as mulheres do campo possam ter acesso às políticas públicas aqui abordadas e para que essas revelem as suas potencialidades ligadas à promoção da equidade de gênero, é imprescindível o domínio sobre o recurso primordial: a terra. Nesse sentido, a luta das mulheres na Reforma Agrária é a garantia de um território, que venha a constituir o espaço da consolidação de sua autonomia.

Sendo assim, compreender a Reforma Agrária sob uma perspectiva feminista significa reconhecer que o título da terra é o sustentáculo das políticas de emancipação.

2.4 A luta das mulheres pela reforma agrária

O pertencimento a um determinado território extrapola a dimensão da ocupação geográfica e ganha fundamento nas redes de sociabilidade e nas trocas simbólicas que conferem sentido à existência das pessoas. Como postula Milton Santos (2006), o lugar é o espaço onde as 'horizontalidades' (as relações de vizinhança, cooperação e solidariedade) se fortalecem frente às pressões externas. No contexto dos acampamentos, essa busca por um lugar no mundo manifesta-se como uma estratégia de resistência. Para muitas famílias, o engajamento na luta representa a possibilidade de uma 'segunda chance'. Assim, o território é vislumbrado como um projeto que visa romper com ciclos de exclusão.

A reforma agrária transcende a distribuição de lotes, constituindo-se como uma conquista histórica de gênero. Embora as narrativas sobre a luta pela terra tenham priorizado o protagonismo masculino, tais discursos frequentemente omitem a resistência cotidiana das mulheres que, lado a lado com seus companheiros, sustentaram ocupações e acampamentos. Para muitas famílias, e especificamente para as mulheres, o acesso à terra representa uma via de ruptura com a dependência urbana e a submissão doméstica. Contudo, é um equívoco supor que a entrada na luta camponesa neutralize as assimetrias de gênero; pelo contrário, as barreiras do patriarcado atravessam as cercas do campo, revelando que a desigualdade não é um fenômeno restrito ao ambiente da cidade, mas uma estrutura que persiste e se reconfigura na vida rural (Paulilo, 2004; Nobre, 2013).

A Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) consolidou-se como uma das principais vias de inserção das mulheres no meio rural, ganhando força sobretudo após o marco institucional da titulação conjunta. Conforme analisam Heredia e Cintrão (2006), essa mudança na legislação foi crucial para confrontar a invisibilidade feminina, já que antes o Estado tendia a reconhecer apenas o homem como o legítimo beneficiário das políticas de terra. Em contrapartida, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) opera sob uma lógica mercantil que, frequentemente, impõe entraves ao acesso feminino. Assim, faz-se necessária uma análise crítica sobre esses

programas para que não atuem como reprodutores de desigualdades, impedindo que as agricultoras obtenham autonomia financeira e direito à terra.

Nesse sentido, a participação feminina na luta pela terra não ocorreu de forma passiva, mas foi o resultado de uma mobilização intensa e estratégica. Graças a esse protagonismo, consolidaram-se vitórias fundamentais já discutidas anteriormente, como a regularização da documentação civil e a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra, instrumentos essenciais para a segurança jurídica e autonomia das agricultoras. Tais avanços reforçam a premissa de que a reforma agrária só será verdadeiramente efetiva quando for orientada por uma perspectiva feminista, capaz de contemplar as especificidades e as demandas das mulheres rurais.

Nesse cenário de incidência política, a Marcha das Margaridas consolidou-se como a maior mobilização coletiva de mulheres trabalhadoras rurais da América Latina, abrangendo as populações do campo, das florestas e das águas. Segundo Aguiar (2015), o movimento constituiu um novo sujeito político, transpondo demandas antes restritas ao âmbito doméstico para o centro das políticas públicas nacionais. Dentre seus êxitos fundamentais, destacam-se a gratuidade da documentação civil e a prioridade na titulação da terra, evidenciando que a agência feminina possui o poder de reconfigurar as prioridades da agenda de desenvolvimento rural no país.

Embora a legislação tenha avançado com a implementação da titulação conjunta, os dados do Censo Agropecuário (IBGE) ainda evidenciam uma profunda disparidade de gênero no campo. No cenário nacional, o número de estabelecimentos rurais sob gestão feminina permanece inferior ao masculino, tendência que se ratifica na caracterização fundiária de Selvíria-MS (município onde estão localizados os assentamentos alvo desse estudo). Essa assimetria revela as barreiras históricas que dificultam o acesso das mulheres à terra. Tais indicadores transcendem a métrica estatística, expondo os legados de uma estrutura patriarcal que sempre focou e fomentou o protagonismo masculino, deixando marcas profundas na configuração do território (Medeiros, 2014a). A ausência da titularidade feminina historicamente retirou das mulheres o direito ao crédito e à assistência técnica, reforçando a invisibilidade dos sujeitos femininos, na agenda de políticas públicas voltada para o campo.

A conquista do lote não encerra a luta, mas inaugura uma nova fase de desafios. Frequentemente, a chegada à terra é marcada por uma precariedade em termos de infraestrutural e pela ausência de políticas públicas eficazes, fatores que comprometem a permanência no campo. Nesse cenário, as mulheres enfrentam múltiplas jornadas de

trabalho que sobrecarregam sua saúde física e mental, evidenciando as contradições da divisão sexual do trabalho. Todavia, mesmo com essas adversidades, as agricultoras consolidam-se na linha de frente da produção agroecológica, garantindo a oferta de alimentos livres de agrotóxicos e promovendo a saúde e a sociobiodiversidade, em seus territórios. Dessa forma, a agroecologia não é apenas uma forma de produzir, mas uma estratégia feminista de luta, resistência e emancipação frente à hegemonia das monoculturas.

2.5 As mulheres do campo e a perspectiva agroecológica: contribuições para a conservação da agrobiodiversidade e fortalecimento da ação coletiva

A monopolização do território pelo capital ocorre quando o capital não produz, mas comanda toda a produção, determinando quanto, como e o que será produzido, recriando e reproduzindo as formas não capitalistas de produção, como a camponesa que vende o resultado do seu trabalho e não sua força de trabalho (Malina, 2013). Esse cenário pode ser compreendido pelo avanço das políticas neoliberais, na América Latina, que resultaram em consequências sérias à população trabalhadora e ao meio ambiente (Borzzone, 2019).

Na sociedade capitalista, a vida se torna o tempo da venda de força de trabalho, ainda agravado pelo sucateamento dos direitos sociais. Essa é uma sociedade que produz crises, de forma recorrente, em consequência do fosso entre necessidades (sempre renovadas por novas mercadorias) e a impossibilidade da satisfação das necessidades essenciais da grande maioria, além da crise pela ruptura do sociometabolismo existente entre o ser social e a natureza, gerando devastação do ambiente necessário à vida (Fontes, 2017).

Somado a isso, existem os reflexos nas questões de gênero, segundo Woortmann e Woortmann (1997), o modelo familiar tradicional delega ao homem o domínio do 'mundo de fora'; será ele que enfrentará o desconhecido, seguindo os caminhos da dominação, lidando com as tarefas de atuar no meio político/econômico e nas relações com os centros urbanos. Já as mulheres responsabilizam-se pelo 'mundo de dentro'. Longe de restringir-se meramente ao isolamento doméstico, essa esfera abrange a complexa articulação dos serviços da casa, a manutenção de redes de cuidado e a garantia da reprodução social. Nela, a atenção à saúde reprodutiva e ao sucesso da gestação assume um caráter estratégico, assegurando a continuidade do

legado familiar e a sucessão no campo. Nesse sentido, faz-se, cada vez mais urgente, a construção de novas formas de organização social e de economia, baseadas no combate às desigualdades sociais e de gênero; formas de organização que priorizem as pessoas acima do lucro (Borzzone, 2019).

A preservação da agrobiodiversidade está intimamente relacionada ao trabalho cotidiano das mulheres, que selecionam, trocam e conservam sementes, garantindo a continuidade dos cultivos locais e a soberania alimentar. Como destaca Vandana Shiva (2016), as mulheres são as principais guardiãs da biodiversidade agrícola, pois seu trabalho baseia-se na lógica da cooperação e do cuidado, em contraste com a racionalidade produtivista do agronegócio.

De acordo com Borzzone (2019), as mulheres que vivem no campo têm sido as grandes protagonistas dessas mudanças, pautando-se na agroecologia, que se revela um movimento político de muita resistência. Referente a relação das mulheres com a agroecologia, Siliprandi cita que:

Quando as famílias mudam para modelos de produção mais ecológicos, são frequentemente as mulheres que induzem a essas mudanças, por conta de suas preocupações com a saúde da família, e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente (Siliprandi, 2007, p. 847).

Essas abordagens permitem entender a agroecologia como uma ciência, cujo (re)surgimento relaciona-se com os questionamentos críticos acerca das consequências do processo de modernização da agricultura. Conforme defendem Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia não se restringe a um conjunto de técnicas produtivas, mas consolida-se como um movimento social e político que promove o diálogo entre o saber tradicional, acumulado historicamente pelos agricultores, e o conhecimento técnico-científico contemporâneo (Silva, 2019).

No Brasil, a agroecologia estrutura-se nos anos 1970, em resposta aos problemas causados pela Revolução Verde. A agroecologia apresenta-se como alternativa para transformar sistemas agrícolas convencionais em sustentáveis. Essa sustentabilidade contempla não apenas mudanças no âmbito das técnicas agrícolas, mas também nas formas de organização social, política e econômica, trazendo mais justiça espacial aos diferentes povos (Borzzone, 2019).

Além disso, a atuação das mulheres no movimento tem impulsionado sua presença em espaços de comercialização, como feiras e programas vinculados a políticas públicas, o que fortalece sua autonomia tanto econômica quanto social. Em muitos casos, para acessar determinados mercados, essas mulheres se organizam

coletivamente, formando grupos que não apenas facilitam a comercialização, mas também se consolidam como células de resistência, troca de saberes e estímulo ao pensamento crítico. A organização das mulheres em feiras agroecológicas confirma a ideia de horizontalidades proposta por Santos (2012, p. 110), evidenciando a chamada 'solidariedade de lugar', em que a proximidade e a cooperação mútua criam novas dinâmicas de poder no campo.

A participação em movimentos sociais desempenha um papel decisivo nesse contexto, ao incentivar o protagonismo feminino e a superação da rígida divisão tradicional de papéis, desafiando os limites impostos historicamente à sua atuação na família, no trabalho e na sociedade. Esses movimentos constituem, assim, espaços inovadores de enfrentamento e transformação das relações de poder, criando novas formas de reivindicação e de diálogo com as instituições formais (Sales, 2007). Silva *et al.* (2018) já apresentaram argumentos sobre a importância desses espaços para as mulheres rurais:

As feiras agroecológicas são espaços que fortalecem suas relações, por estarem tendo contato direto com seus consumidores, negociando e estreitando relações com outras mulheres. Essas feiras pressupõem relações sociais de uma produção mais justa e igualitária, já que antigamente o ato da produção, venda e compra era "tarefa masculina", e as feiras agroecológicas quebram esses paradigmas, onde é um indicador que soma para contribuir com a agroecologia. (Silva *et al.*, 2018, p.5).

Os quintais produtivos cultivados por mulheres desempenham um papel relevante no fortalecimento da sustentabilidade do território. Além de contribuírem diretamente para a segurança alimentar, esses espaços geram renda e se consolidam como estratégias eficazes de enfrentamento da pobreza e de permanência das famílias no campo. Quando associados aos conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade, esses quintais reforçam a importância da agricultura familiar como modelo de produção capaz de oferecer alimentos em quantidade, diversidade e qualidade, promovendo também a valorização dos saberes e práticas locais (Cardoso *et al.*, 2021).

A pesquisa realizada por Kergoat (2002) corrobora as perspectivas teóricas anteriormente mencionadas, ao evidenciar que a consciência adquirida por meio da organização coletiva tem provocado transformações significativas nas dinâmicas intrafamiliares, impactando toda a estrutura familiar. Um dos aspectos mais relevantes observados foi a socialização das crianças com base na igualdade de gênero, revelando-se como um instrumento potente de mudança nas comunidades, especialmente naquelas em que os coletivos femininos já alcançaram a segunda

geração de participação. Nota-se que as jovens, filhas de mulheres engajadas nesses coletivos, são capazes de estabelecer relações mais igualitárias, confrontando diretamente práticas patriarcais enraizadas e desafiando normas culturais locais que, em muitos casos, sustentam formas de violência simbólica.

As práticas das mulheres na conservação da agrobiodiversidade e na organização de espaços coletivos expressam uma forma concreta de resistência ao capitalismo e ao patriarcado. Ao cuidar da terra, das sementes e da comunidade, essas mulheres reafirmam o valor da reprodução da vida como fundamento da economia camponesa. Nessa perspectiva, as práticas observadas no assentamento evidenciam aquilo que Federici (2019) denomina reprodução da vida e resistência política, que desafia a lógica da mercantilização e propõe um outro modo de relação entre seres humanos e natureza (Fraser, 2016).

O trabalho das mulheres, portanto, não é apenas produtivo, é político, cultural e ecológico. Ele traduz a capacidade de reconstruir a vida em condições adversas, de reinventar o uso da terra e de sustentar a esperança no cotidiano. Assim, a agrobiodiversidade e os espaços coletivos constituem o núcleo vital da reprodução social no campo, reafirmando que cuidar da terra e das pessoas é, em si, um ato de resistência e transformação. Toda essa complexidade teórica que envolve a agrobiodiversidade e a resistência feminina materializa-se nas vivências concretas observadas durante o trabalho de campo nos assentamentos de Selvíria

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA-MS

3.1 O município de Selvíria-MS e os assentamentos alvo do estudo

O município de Selvíria, onde foi desenvolvido o presente estudo, está localizado na região leste do estado de Mato Grosso do Sul e pertence à Região Geográfica Imediata (RGI) de Três Lagoas. O município apresenta uma população estimada em 8.142 pessoas, sendo que 49% desse total é constituído por mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022).

Foram observadas, nos últimos anos, na região onde se encontra o município em questão, em decorrência, sobretudo, da implantação de indústrias de papel e celulose e das extensas áreas cultivadas com eucalipto, para atender às demandas dessas unidades industriais. A substituição das pastagens pelos eucaliptais provocou impactos socioespaciais, com reflexos na dinâmica, também, do núcleo urbano, além também de desequilíbrios de cunho ambiental, provocado pela chegada massiva do eucalipto com a eliminação de espécies do cerrado (Raoul; Almeida, 2022).

As características relacionadas à distribuição da propriedade da terra e as últimas mudanças socioculturais, em Selvíria-MS, lançam luz sobre a importância dos projetos de reforma agrária, os quais tendem a contribuir para a desconcentração fundiária e para a resistência da agricultura familiar. Em Selvíria, foram criados três Projetos de Assentamento (PA), a partir de ações do governo federal, por meio do INCRA: o PA Alecrim, o PA São Joaquim e o PA Canoas.

O Projeto de Assentamento Alecrim está localizado a aproximadamente 40 km do município de Selvíria (MS), com acesso pela rodovia MS-444, no sentido do município de Inocência. Esse projeto de reforma agrária recebeu o mesmo nome da fazenda, que configura a área de origem do assentamento; desapropriada em 2005, conforme a Portaria nº 31, de 07 de dezembro de 2006, sendo formalizada a imissão na posse em 29 de novembro de 2006. A área total do assentamento é de 1.503,54 hectares, dividida em 87 lotes com, em média, 11 hectares cada, destinados às famílias assentadas. Um dos destaques da organização territorial é a presença de uma ampla área denominada "societária", destinada (inicialmente) à exploração coletiva e voltada à realização de atividades produtivas compartilhadas entre os beneficiários (Laluce, 2012; Laluce, 2013).

Criado em 2008, o Assentamento São Joaquim ocupa uma área aproximada de 3.500 hectares, reunindo 182 famílias (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária – INCRA, 2025). Localiza-se entre as coordenadas geográficas 20°05'00" e 20°10'00" de latitude sul e 51°45'00" e 51°50'00" de longitude oeste (Medeiros *et al.*, 2014b). O projeto foi originado da desapropriação da Fazenda Alecrim, e tornou-se realidade por meio da mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra, que garantiram o direito de acesso ao território e atraíram famílias de diferentes regiões do estado (Pontin; Nardoque, 2016).

A criação do PA Canoas, em 2007, também partiu de um processo de desapropriação, viabilizado por meio das ações do INCRA. A sua área total compreende aproximadamente 4.774ha e abrange 183 famílias (Laluce, 2012; Laluce, 2013). O PA Canoas dista cerca de 90km do centro da cidade, sendo, dentre os casos aqui analisados, ao assentamento mais distante do centro urbano (Selvira-MS).

As desapropriações que culminaram nos espaços de reforma agrária em Mato Grosso do Sul revelavam-se necessárias e urgentes, dada a histórica concentração fundiária do estado. No caso particularmente do Território Rural do Bolsão, onde está localizado o município de Selvira, essa urgência ganha destaque no trabalho desenvolvido por Borzone e Almeida (2019); essas autoras apontam a hegemonia dos monocultivos de eucalipto, sublinhando, a partir dessa característica, a essencialidade do acesso à terra para a garantia da reprodução social das famílias agricultoras da região.

3.2 Características gerais da atividade agropecuária desenvolvida em Selvira-MS

O Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, constitui uma importante base empírica para a análise da realidade agropecuária brasileira, permitindo a realização de leituras quantitativas e qualitativas sobre diferentes territórios. Os dados produzidos possibilitam o cruzamento de variáveis importantes para pesquisas de caráter social, especialmente aquelas voltadas à compreensão das dinâmicas produtivas, das formas de gestão e das desigualdades presentes no meio rural.

A partir desse conjunto de informações, torna-se possível analisar, entre outros aspectos, a distribuição dos estabelecimentos agropecuários, segundo o sexo da pessoa responsável, bem como relacionar essa variável a elementos como orientação técnica, tipo de produção e formas de manejo. Esse tipo de análise adquire maior densidade quando se considera a distinção entre agricultura familiar e não familiar,

permitindo evidenciar especificidades estruturais e desigualdades que marcam o espaço rural brasileiro.

Com o objetivo de sustentar empiricamente os argumentos centrais desenvolvidos ao longo deste trabalho, buscou-se detalhar aspectos da atividade agropecuária, no município de Selvíria-MS, com especial atenção aos estabelecimentos agropecuários chefiados por mulheres. A análise articula variáveis como escolaridade das responsáveis, área dos estabelecimentos, tipologia produtiva, principais culturas e acesso à orientação técnica, buscando compreender as dinâmicas internas e as formas de organização da produção no território estudado.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (Brasil, 2017), o município de Selvíria possui 606 estabelecimentos agropecuários, dos quais 364 enquadram-se na categoria de agricultura familiar, representando aproximadamente 60,1% do total. Esse dado evidencia a centralidade da agricultura familiar na configuração produtiva local. Contudo, essa predominância numérica não se converte, necessariamente, em maior controle sobre a terra ou sobre os recursos produtivos. Entre os estabelecimentos familiares, 274 (75,3%) são dirigidos por homens, enquanto apenas 90 (24,7%) têm direção feminina, revelando uma expressiva assimetria de gênero.

Tal assimetria revela um descompasso recorrente entre a titularidade formal dos estabelecimentos e as dinâmicas cotidianas de gestão e tomada de decisão. São comuns situações nas quais as mulheres desempenham papel central na administração da produção, no controle financeiro e na organização do trabalho familiar, mesmo sem constarem oficialmente como responsáveis pelos estabelecimentos. Essa discrepância reforça os limites dos dados censitários para captar integralmente a atuação feminina e aponta para a necessidade de articular análises quantitativas e qualitativas.

A Tabela 1 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários e sua relação com a condição do produtor em relação às terras sob ótica da agricultura convencional e a agricultura familiar. Neste capítulo, adota-se AC = agricultura não familiar/convencional e AF = agricultura familiar.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários por tipo de direção e tipologia

Direção da propriedade	Nº de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor da AC (Unidades)	Nº de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor da AF (Unidades)	Total
Produtor(a) titular diretamente	156	284	440
Casal (codireção)	21	60	81
Produtor(a) titular através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo	56	18	74
Produtores (explorações comunitárias)	-	-	-
Outra pessoa	2	2	4

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017)

A Tabela 1 permite aprofundar essa discussão ao evidenciar quem dirige efetivamente os trabalhos nos estabelecimentos agropecuários de Selvíria. A direção direta pelo produtor ou produtora titular constitui a forma predominante de gestão, presente em 440 estabelecimentos, o que corresponde a 73,45% do total. Desse conjunto, 131 estabelecimentos (29,8%) são dirigidos por mulheres, indicando que uma parcela significativa figura formalmente como responsável pela condução das atividades produtivas. Ainda assim, a desigualdade de gênero permanece evidente, uma vez que 309 estabelecimentos (70,2%) sob essa forma de direção são conduzidos por homens.

A codireção por casais está presente em 81 estabelecimentos, correspondendo a 13,5% do total. Esse dado é particularmente relevante, pois evidencia formas de gestão compartilhada que nem sempre são plenamente captadas quando se observa apenas a titularidade formal dos estabelecimentos.

Ao considerar a tipologia produtiva, os resultados apontam que a agricultura familiar concentra a maior parte dos casos de direção direta e codireção. Dos 364 estabelecimentos familiares, 284 são dirigidos diretamente pelo produtor ou produtora, sendo 83 dirigido diretamente por apenas produtoras, e 60 estabelecimentos totais funcionam sob regime de codireção. Conforme tabulação por sexo do responsável na

modalidade de codireção, apenas dois casos estão formalmente registrados como codireção feminina, o que reforça a sub-representação das mulheres nos registros estatísticos, mesmo diante de sua atuação efetiva.

Por outro lado, a direção exercida por encarregados ou por pessoas com laços de parentesco ocorre em 74 estabelecimentos, o que representa 12,3% do total. Essa forma de gestão concentra-se majoritariamente na agricultura não familiar. Nesse grupo, a presença feminina mostra-se inferior àquela observada no contexto da agricultura familiar no município. Tal padrão sugere a existência de arranjos organizacionais mais complexos, nos quais as funções de propriedade, trabalho e gestão tendem a se diferenciar, estando frequentemente associados a unidades produtivas de maior escala e com maior disponibilidade de capital.

Ao considerar o conjunto dos dados analisados, a agricultura familiar em Selvíria caracteriza-se pela centralidade do trabalho familiar, pela gestão direta dos estabelecimentos e pela participação das mulheres, ainda que parcialmente invisibilizada. Já a agricultura não familiar apresenta maior separação entre titularidade, gestão e trabalho, associada à concentração de recursos e de grandes extensões de terra.

No município de Selvíria, a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total evidencia um grande número de pequenas unidades produtivas e uma quantidade reduzida de estabelecimentos com extensas áreas de terra. As maiores concentrações de estabelecimentos ocorrem nas faixas de 10 a menos de 20 hectares e de 20 a menos de 50 hectares, nas quais predomina a agricultura familiar (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares)

Grupos de Área Total (Hectares)	Nº de Estabelecimentos da AC	Nº de Estabelecimentos da AF	Total
De 0 a < 1,0	1	-	1
De 1 a < 2	1	-	1
De 2 a < 3	-	-	-
De 3 a < 4	-	-	-
De 4 a < 5	-	1	1
De 5 a < 10	-	7	7
De 10 a < 20	71	315	386
De 20 a < 50	-	20	20
De 50 a < 100	3	14	17
De 100 a < 200	10	7	17
De 200 a < 500	43	-	43
De 500 a < 1.000	43	-	43
De 1.000 a < 2.500	47	-	47
De 2.500 a < 10.000	19	-	19
Igual ou acima de 10.000	3	-	3
Produtor Sem área	1	-	1
Total	242	364	606

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

À medida que se avançam para faixas de área superiores, observa-se uma redução significativa da presença da agricultura familiar, inexistente em áreas acima de 200 hectares. Em contrapartida, a agricultura não familiar concentra integralmente os estabelecimentos de grande extensão territorial. Essa configuração revela uma forte assimetria entre o número de estabelecimentos e o controle da terra. Embora a agricultura familiar seja numericamente predominante, ela permanece restrita às menores faixas de área, enquanto a agricultura não familiar detém as maiores extensões territoriais, expressando a permanência de uma estrutura fundiária concentrada.

A análise da condição do produtor em relação as terras evidenciam contrastes importantes entre a agricultura familiar e a não familiar, além de revelar desigualdades de gênero no acesso e no controle da terra (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor com relação às terras, segundo gênero e tipologia

Condição do produtor em relação às terras	Nº de Estabelecimentos da AC (Mulheres)	Nº de Estabelecimentos da AC (Homens)	Nº de Estabelecimentos da AF (Mulheres)	Nº de Estabelecimentos da AF (Homens)
Proprietário(a)	20	140	11	54
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	34	36	79	219
Arrendatário(a)	-	3	-	-
Parceiro(a)	-	-	-	-
Comodatário(a)	-	1	-	1
Ocupante	-	-	-	-
Produtor sem área	-	1	-	-
Total	54	181	90	274

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

No segmento da agricultura não familiar, a distribuição evidencia o predomínio da condição de proprietário(a), majoritariamente masculina. Já entre concessionários(as) e assentados(as), a participação feminina é mais expressiva; esses números sugerem que as políticas públicas de acesso à terra têm contribuído para ampliar a inserção formal das mulheres no território, ainda que de forma limitada e desigual.

No caso da agricultura familiar, observa-se forte dependência de mecanismos de concessão e assentamento, com participação feminina relevante, porém minoritária, na chefia formal dos estabelecimentos. A titularidade da terra permanece concentrada entre os homens, aspecto que se reflete em diferentes níveis de acesso a políticas públicas, crédito e instrumentos de apoio à produção.

Em continuidade à análise, das modalidades de gestão e das desigualdades de gênero no meio rural de Selvíria, a distribuição etária e o nível de escolaridade dos produtores agropecuários oferecem elementos centrais para compreender as condições de reprodução social da atividade agrícola no município.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos agropecuários por classe de idade, gênero e tipologia

Classe de idade do produtor	Nº de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor AC (Mulheres)	Nº de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor AC (Homens)	Nº de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor da AF (Mulheres)	Nº de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor da AF (Homens)
Menor de 25 anos	2	4	1	2
De 25 a menos de 35 anos	7	8	6	13
De 35 a menos de 45 anos	9	15	23	55
De 45 a menos de 55 anos	18	40	25	81
De 55 a menos de 65 anos	7	49	25	56
De 65 a menos de 75 anos	6	38	7	56
De 75 anos e mais	5	27	3	11

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Os dados etários dos produtores agropecuários de Selvíria-MS indicam um padrão marcado pelo envelhecimento, tanto na agricultura familiar quanto na não familiar, associado a uma baixa renovação geracional. Em ambos os segmentos, a participação de jovens é reduzida, especialmente na faixa etária de menos de 25 anos, indicando dificuldades para a permanência e inserção das novas gerações no meio rural. Na agricultura não familiar, apenas seis produtores encontram-se nessa faixa etária, enquanto na agricultura familiar esse número é ainda menor. Mesmo ao ampliar o recorte para o grupo de 25 a menos de 35 anos, a participação permanece limitada, indicando baixa renovação geracional. Esse cenário deve ser compreendido à luz de múltiplos fatores, como o êxodo rural, as barreiras estruturais de acesso à terra e ao crédito e a fragilidade de políticas públicas voltadas à sucessão rural.

Em contraste, os dados etários indicam maior concentração de produtores nas faixas intermediárias, especialmente entre 45 e menos de 55 anos e entre 55 e menos de 65 anos. Na agricultura familiar, essas faixas etárias reúnem a maioria dos responsáveis pelos estabelecimentos, o que indica que a gestão produtiva está predominantemente a cargo de produtores de meia-idade. Padrão semelhante é observado na agricultura não familiar, reforçando a tendência de envelhecimento da população rural no município.

A presença expressiva de produtores com 65 anos ou mais à frente dos estabelecimentos, em ambos os segmentos, aponta para entraves adicionais à sucessão familiar. A permanência prolongada desses produtores na gestão pode ser interpretada tanto como ausência de alternativas geracionais, quanto como estratégia de manutenção do controle sobre a terra e os meios de produção em contextos de elevada insegurança socioeconômica.

De forma geral, a estrutura etária dos produtores agropecuários de Selvíria revela um cenário de envelhecimento e baixa renovação, o que coloca desafios importantes à continuidade da atividade agrícola no município, sobretudo no âmbito da agricultura familiar.

Complementarmente, a análise do grau de escolaridade dos produtores agropecuários evidencia desigualdades educacionais significativas entre agricultura familiar e não familiar, bem como entre homens e mulheres (Tabela 5).

Tabela 5 - Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade, gênero e tipologia

Escolaridade do produtor	Nº de estabelecimentos da AC dirigidos por mulheres	Nº de estabelecimentos da AC dirigidos por homens	Nº de estabelecimentos da AF dirigidos por mulheres	Nº de estabelecimentos da AF dirigidos por homens
Nunca frequentou escola	-	-	3	28
Classe de alfabetização - CA	-	1	7	24
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	-	2	2	7
Antigo primário (elementar)	7	8	11	23
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	17	24	30	36
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	9	29	21	106
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	1	7	-	3
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	2	3	-	1
Regular de ensino médio ou 2º grau	6	34	11	38
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	1	6	-	2
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	1	1	-	-
Superior - graduação	10	58	5	6
Mestrado ou doutorado	-	8	-	-
Não se aplica	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Na agricultura familiar, destaca-se o número expressivo de produtores com ensino fundamental incompleto ou completo, resultado de trajetórias acarretado pelo ingresso precoce no trabalho rural, pelas limitações históricas de acesso à educação formal e pela baixa permanência no sistema escolar. Trata-se de um padrão que não pode ser analisado de forma isolada, mas que se articula às condições estruturais do meio rural e às exigências impostas à reprodução das unidades familiares.

A presença de produtores que retomaram os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos aparece de forma mais recorrente na agricultura não familiar, ainda que em números absolutos reduzidos. Esse dado sugere tentativas de reinserção educacional em fases posteriores da vida.

O ensino médio regular também apresenta números relevantes em ambos os segmentos, indicando um nível intermediário de escolarização que pode favorecer maior acesso à informação, tecnologias e programas de assistência técnica. Contudo, as diferenças tornam-se mais evidentes nos níveis mais elevados de escolaridade. Na agricultura não familiar, os dados sugerem uma concentração significativa de produtores com ensino superior e pós-graduação, predominantemente homens, evidenciando esse privilégio que acentua as assimetrias.

Na agricultura familiar, a presença de produtores com ensino superior é limitada e não há registros de formação em nível de pós-graduação, o que mostra a persistência de desigualdades estruturais entre os diferentes segmentos produtivos. Essas disparidades no acesso à escolarização formal tendem a se expressar em distintas condições de inserção em políticas públicas, acesso a crédito, tecnologias e mercados, contribuindo para a reprodução de assimetrias já observadas.

Contudo, o menor nível de escolarização formal não implica ausência de produção de conhecimento. Ao contrário, pode-se constatar a presença de um amplo repertório de saberes empíricos, construídos no cotidiano do trabalho agrícola e transmitidos intergeracionalmente, que compõem formas legítimas de conhecimento. Esses saberes, frequentemente invisibilizados pelas métricas formais, desempenham papel central na sustentação das unidades produtivas.

Em consonância com as análises anteriores, formas de gestão e perfil socioeconômico dos produtores, a produção agropecuária em Selvíria revela padrões produtivos distintos entre a agricultura familiar e a não familiar, especialmente no que se refere à diversificação e à escala de produção, e à orientação para diferentes mercados.

A produção de lavouras temporárias no município é fortemente marcada pela predominância da agricultura familiar, tanto em número de estabelecimentos quanto na diversidade de produtos cultivados. Dos 159 estabelecimentos com esse tipo de produção, 100 (62,8%) pertencem à agricultura familiar, enquanto 59 (37,1%) enquadram-se na agricultura não familiar (Tabela 6), evidenciando o papel central desse segmento na produção de alimentos voltados, sobretudo, ao abastecimento local e regional.

Tabela 6 - Produção e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários por tipologia

Culturas Temporárias	Nº Total de Estabelecimentos da AC (Unidades)	Nº Total de Estabelecimentos da AF (Unidades)	Área Colhida Total da AC (Hectares)	Área Colhida Total da AF (Hectares)
Abacaxi	27	48	6	93
Abóbora, moranga, jerimum	11	14	3	3
Amendoim em casca	1	-	-	-
Cana-de-açúcar	1	-	-	-
Feijão de cor em grão	4	6	18	2
Feijão fradinho em grão	5	5	-	-
Mandioca (aipim, macaxeira)	52	95	15	317
Melancia	6	14	1	50
Milho em grão	6	6	122	13
Soja em grão	3	-	2748	-
Sorgo em grão	1	-	-	-
Milho forrageiro	1	-	-	-
Outros produtos	1	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Entre os produtos cultivados, destaca-se a mandioca (aipim/macaxeira), presente na maioria dos estabelecimentos, com predominância da agricultura familiar (Tabela 6). Esse resultado indica que a mandioca ocupa posição central na organização produtiva local, associada a sistemas tradicionais, de menor escala e fortemente vinculados ao consumo doméstico e à comercialização em circuitos curtos como as feiras.

A fruticultura temporária também apresenta relevância, com destaque para o abacaxi, além de culturas como abóbora, moranga, jerimum e melancia, nas quais a agricultura familiar é majoritária. Esse conjunto de cultivos evidencia uma produção diversificada, típica de sistemas agrícolas de pequena escala, orientados à segurança alimentar e à geração de renda alternativa.

No que se refere à produção de grãos, identifica-se um padrão relativamente equilibrado no número de estabelecimentos entre a agricultura familiar e a não familiar, ainda que com menor expressão em termos absolutos. Culturas como milho e feijão encontram-se distribuídas entre ambos os segmentos, o que reforça seu caráter alimentar e estratégico. Na agricultura familiar, parte dessas culturas também é

destinada à alimentação animal, especialmente como forma de suplementação do gado em períodos de estiagem, quando o pasto se torna insuficiente. Em contraste, culturas associadas a sistemas produtivos mais capitalizados e de maior escala, como a soja em grão, aparecem de forma exclusiva na agricultura não familiar, evidenciando a especialização desse segmento na produção de *commodities* agrícolas.

A análise da quantidade produzida aprofunda a compreensão desses padrões ao evidenciar a dissociação entre o número de estabelecimentos e o volume efetivamente produzido. Embora a agricultura familiar concentre a maior parte das unidades produtivas envolvidas nas lavouras temporárias, os maiores volumes físicos nem sempre correspondem a esse segmento, revelando diferenças estruturais de escala, tecnologia e produtividade.

No caso da mandioca, nota-se convergência entre número de estabelecimentos e volume produzido, com predominância da agricultura familiar tanto na condução quanto na produção efetiva. Padrão semelhante é identificado na melancia, na qual a agricultura familiar responde pela quase totalidade da produção, reforçando o caráter estratégico dessas culturas para a reprodução social das famílias rurais.

Em contraste, culturas voltadas à lógica do agronegócio apresentam forte concentração produtiva na agricultura não familiar. A soja em grão, apesar de presente em poucos estabelecimentos, concentra elevado volume de produção apenas nesse segmento. Situação semelhante ocorre com o milho em grão e com determinadas variedades de feijão, nas quais a produção efetiva se concentra na agricultura não familiar, mesmo quando há presença de estabelecimentos familiares.

De forma integrada, a articulação entre as duas variáveis que a agricultura familiar desempenha papel central na diversificação produtiva e na produção de alimentos básicos, enquanto a agricultura não familiar concentra a produção em maior escala, especialmente em culturas voltadas ao mercado.

Embora os dados do Censo Agropecuário indiquem baixa expressão da produção de hortaliças no município, observações de campo revelam uma dinâmica distinta daquela captada pelos registros oficiais. Nas últimas décadas, verifica-se um crescimento expressivo da produção olerícola, impulsionado por projetos de incentivo à agricultura familiar e pelo fortalecimento de canais institucionais de comercialização, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a criação de uma feira local. Esses elementos evidenciam a importância crescente da produção de hortaliças na organização produtiva e na

geração de renda das famílias agricultoras, ainda que essa realidade não seja plenamente refletida nos dados censitários, reforçando a necessidade de análises que articulem informações quantitativas e qualitativas.

Referente à silvicultura, em 2017, a área total cortada atingia 4.231 hectares, integralmente ocupada pelo cultivo de eucalipto e exclusivamente vinculada à agricultura não familiar (IBGE, 2017). A inexistência de registros dessa atividade na agricultura familiar evidencia que a cultura segue associada a grandes empreendimentos empresariais, fortemente capitalizados e articulados a cadeias industriais externas ao município, especialmente à indústria de papel e celulose.

Esse padrão produtivo reforça a lógica de concentração do uso da terra, na medida em que extensas áreas são destinadas a uma monocultura de ciclo longo, reduzindo a diversidade de usos agrícolas e limitando o acesso da agricultura familiar aos recursos produtivos. Embora o Censo Agropecuário retrate a situação de 2017, há indícios consistentes de que a área ocupada pela silvicultura tenha se expandido nos anos subsequentes, impulsionada pela ampliação da demanda da indústria papeleira e pela incorporação de novas áreas ao cultivo de eucalipto no leste de Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, a expansão da silvicultura assume caráter territorial, com impactos diretos sobre a estrutura fundiária, a dinâmica do mercado de terras, o uso da água e a reorganização das atividades agropecuárias locais. Assim, ainda que os dados censitários subestimem a dimensão atual da atividade, eles indicam que a silvicultura desempenha papel central na redefinição do território rural de Selvíria, com efeitos que extrapolam a esfera econômica e alcançam as dimensões social e ambiental.

Apesar da importância das lavouras temporárias para a diversificação produtiva, os dados do Censo Agropecuário indicam que a pecuária ocupa posição central na organização produtiva do espaço rural de Selvíria. Em termos de número de estabelecimentos e abrangência territorial, a produção animal configura-se como o principal eixo das atividades (Tabela 7).

Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária e número de cabeças por tipologia

Espécie da pecuária	Nº de Estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária AC	Nº de Estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária AF	Número de cabeças da AC (cabeças)	Número de cabeças da AF (cabeças)
Bovinos	223	284	183101	7009
Equinos	155	47	2496	173
Muare	14	-	86	-
Ovinos	38	9	1498	378
Suínos	64	66	1275	544
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	85	91	5389	4973

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Ao todo, Selvíria contabiliza 549 estabelecimentos com efetivo de pecuária, dos quais 315 (57,4%) pertencem à agricultura familiar e 234 (42,6%) à agricultura não familiar. Esse resultado reforça que a atividade pecuária está amplamente difundida entre os estabelecimentos familiares.

A bovinocultura destaca-se como a principal atividade no contexto da produção animal, presente na maioria dos estabelecimentos de ambos os segmentos (Tabela 7). Essa ampla difusão confirma a importância da criação de bovinos na organização produtiva local, ainda que as escalas de produção e os volumes de rebanho sejam desiguais, refletindo a concentração fundiária e os diferentes níveis de capitalização já discutidos anteriormente.

Outras atividades pecuárias apresentam padrões diferenciados. A criação de equinos concentra-se majoritariamente na agricultura não familiar, sugerindo associação com estabelecimentos de maior porte e manejo extensivo de grandes áreas. A suinocultura, por sua vez, apresenta distribuição relativamente equilibrada entre agricultura familiar e não familiar (IBGE, 2017).

A avicultura destaca-se pela predominância da agricultura familiar, reforçando seu papel como atividade típica desse segmento, frequentemente vinculada ao autoconsumo, à comercialização em pequena escala e ao abastecimento de mercados locais. As demais atividades pecuárias aparecem de forma ínfima, indicando práticas produtivas mais específicas e com menor peso na estrutura produtiva geral do município.

A centralidade da produção animal torna-se ainda mais evidente quando se analisa especificamente a pecuária leiteira, a partir da articulação entre o número de estabelecimentos produtores e a quantidade efetivamente produzida (Tabela 8).

Tabela 8 - Número de estabelecimentos que produziram leite de vaca, quantidade de vacas ordenhadas, volume produzido (mil litros) e percentual da Agricultura Familiar

Variável	Total	Agricultura Familiar	% da Agricultura Familiar
Nº de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca (Unidades)	146	121	82,88
Vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários (Cabeças)	1269	963	75,89
Quantidade produzida de leite de vaca (Mil litros)	2.721	2.088	76,74
Produtividade	2,144	2,168	1,011

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 146 estabelecimentos produziram leite de vaca em Selvíria. Desse total, 121 (82,8%) pertencem à agricultura familiar, enquanto apenas 25 (17,1%) enquadraram-se na agricultura não familiar (Tabela 8). Esse resultado reforça o papel predominante da agricultura familiar na condução da atividade leiteira, evidenciando que a produção de leite funciona como uma estratégia fundamental de geração contínua de renda.

A distribuição dos estabelecimentos por grupos de cabeças de bovinos indica que a pecuária leiteira familiar está majoritariamente associada a rebanhos de pequeno e médio porte. Observa-se concentração significativa nas faixas de 6 a 10, 11 a 20 e 21 a 50 cabeças, o que evidencia sistemas menos intensivos, articulados ao trabalho familiar e à utilização combinada da terra para outras atividades agrícolas e pecuárias. Em contraste, os estabelecimentos com rebanhos superiores a 200 cabeças são restritos à agricultura não familiar (IBGE, 2017).

Essa diferenciação estrutural torna-se ainda mais perceptível ao se analisar a quantidade de leite produzida. Do total de 2.721 mil litros registrados em 2017, 2.088 mil litros foram produzidos pela agricultura familiar, o que corresponde a 76,7% do total (IBGE, 2017). Esses dados demonstram que, mesmo operando com rebanhos menores, a agricultura familiar responde pela maior parte da produção leiteira do município, o que mostra a importância econômica e social dessa atividade.

A análise da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários de Selvíria (Tabela 9) revela um quadro de forte desigualdade no acesso à assistência

técnica, com implicações diretas sobre os padrões produtivos observados ao longo do capítulo.

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários por origem da orientação técnica recebida, gênero e tipologia

Origem da orientação técnica recebida	Nº de estabelecimentos agropecuários da AC	Nº de estabelecimentos agropecuários da AF
Recebe	133	127
Governo (federal, estadual ou municipal)	30	56
Própria ou do próprio produtor	58	-
Cooperativas	33	56
Empresas integradoras	3	24
Empresas privadas de planejamento	1	5
Organização não-governamental (ONG)	-	-
Sistema S	7	35
Outra	19	4
Não recebe	109	237

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

A análise da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários de Selvíria apresenta um quadro de forte de assimetrias no acesso à assistência técnica, com implicações diretas sobre os padrões produtivos observados. Do total de estabelecimentos, menos da metade recebe algum tipo de orientação técnica, indicando que a maior parte da produção agropecuária do município ocorre sem acompanhamento de cunho técnico (Tabela 9).

Essa limitação atinge de forma mais intensa a agricultura familiar. Embora o número absoluto de estabelecimentos familiares que recebem orientação técnica seja semelhante ao da agricultura não familiar, a maioria dos estabelecimentos familiares permanece sem qualquer tipo de apoio técnico. Esse contexto oferece elementos para interpretar porque a agricultura familiar ainda é marcada por limitações no acesso a tecnologias, crédito e mercados.

Entre os estabelecimentos que recebem orientação técnica, destaca-se o papel do poder público e das cooperativas, especialmente no atendimento à agricultura familiar. Esse dado mostra a importância das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural e das formas coletivas de organização como mediadoras do acesso ao conhecimento técnico em contextos de menor capitalização. Em contraste, a orientação técnica obtida por iniciativa própria do produtor ou por meio de empresas privadas concentra-se na agricultura não familiar (Tabela 9).

A análise da dimensão de gênero permite ver de forma mais aprofundada esse quadro de desigualdade. Os homens concentram a maior parte do acesso à orientação técnica, enquanto uma parcela significativa das mulheres responsáveis por estabelecimentos, especialmente na agricultura familiar, permanece sem esse tipo de apoio segundo informações compartilhadas no grupo focal. Esse dado dialoga diretamente com as análises anteriores sobre a sub-representação feminina nos registros formais de gestão e indica que as desigualdades de gênero também se expressam no acesso aos serviços técnicos. A limitação no acesso à orientação técnica tende, portanto, a restringir as possibilidades de ampliação da inserção produtiva e de mercado das mulheres.

Quanto à mecanização agrícola, considera-se que a disponibilidade de tratores nos estabelecimentos agropecuários, contribui para consolidar os padrões produtivos e territoriais. Ao observar o número de estabelecimentos com tratores e a quantidade de máquinas existentes, torna-se possível compreender de forma mais precisa as desigualdades no acesso à tecnologia (Tabela 10).

Tabela 10 - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores e quantidade total de tratores existentes, com recorte por gênero e tipologia

Tipologia	Nº de estabelecimentos agropecuários da AC com tratores	Nº de estabelecimentos agropecuários da AF com tratores	Nº de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários da AC (Unidades)	Nº de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários da AF (Unidades)
Total	123	32	284	33
Homens	103	21	221	22
Mulheres	15	11	29	11

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário, 155 estabelecimentos agropecuários em Selvíria possuem tratores. Desse total, 123 (79,3%) pertencem à agricultura não familiar, enquanto apenas 32 (20,6%) estão vinculados à agricultura familiar (Tabela 10). Resultado esse que reforça que o acesso à mecanização permanece fortemente concentrado nos estabelecimentos não familiares, em consonância com as análises anteriores sobre concentração fundiária e produção agropecuária em maior escala. A agricultura familiar, apesar de numericamente predominante no município (mais frequente), apresenta participação limitada no acesso

a esse tipo de tecnologia. Em muitos casos utiliza apenas o trator da associação quando está disponível, o que pode comprometer o calendário produtivo.

A desigualdade torna-se ainda mais perceptível ao se analisar o número total de tratores existentes. O município contabiliza 317 tratores, sendo 284 concentrados na agricultura não familiar e apenas 33 na agricultura familiar (Tabela 10). Esse dado mostra que, além de menos estabelecimentos familiares possuírem tratores, aqueles que os possuem tendem a operar com menor intensidade de mecanização, o que impacta diretamente a produtividade, o manejo do solo e a capacidade de ampliação da escala produtiva.

A dimensão de gênero também evidencia importantes assimetrias. Entre os 155 estabelecimentos que possuem tratores, 124 (80%) são dirigidos por homens, enquanto apenas 26 (16%) estão sob direção feminina. Em termos de máquinas disponíveis, os homens concentram 243 tratores, ao passo que as mulheres controlam apenas 40, o que corresponde a 12,6% do total; na agricultura familiar, esse número se reduz ainda mais, chegando a apenas 11 tratores sob direção feminina (Tabela 10). Esses dados dialogam diretamente com as análises anteriores sobre direção dos trabalhos e acesso à orientação técnica, evidenciando que as mulheres, mesmo quando participam ativamente da gestão dos estabelecimentos, enfrentam maiores restrições no acesso a bens de capital e tecnologias produtivas.

De forma geral, as análises desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que a estrutura agropecuária de Selvíria é marcada por fortes desigualdades no acesso à terra, à tecnologia, à assistência técnica e aos recursos produtivos. A agricultura familiar destaca-se pela diversificação das atividades agrícolas e pecuárias e por sua importância social e econômica, especialmente na produção de alimentos e na pecuária leiteira. Contudo, permanece, majoritariamente, restrita a pequenas áreas, com baixo acesso à mecanização e à orientação técnica constante.

Em contraste, a agricultura não familiar concentra as maiores extensões de terra, os maiores volumes de produção, a silvicultura empresarial, a mecanização agrícola e os serviços técnicos privados, reforçando uma lógica de produção em escala e de forte inserção em cadeias agroindustriais que causa danos relevantes ao território.

As desigualdades de gênero atravessam ambos os segmentos, manifestando-se tanto na titularidade formal quanto no acesso a tecnologias e bens de capital, ainda que a atuação feminina na gestão dos estabelecimentos seja mais ampla do que os dados censitários conseguem captar.

Embora os dados analisados ao longo deste capítulo sejam provenientes do Censo Agropecuário de 2017, esses apresentam relevância analítica, uma vez que permitem identificar padrões estruturais da organização produtiva e territorial do município. As visitas presenciais e as observações realizadas *in loco* indicam que, apesar de transformações pontuais e da intensificação de determinadas atividades ao longo dos anos recentes, os padrões fundamentais observados nos dados censitários permanecem vigentes. Dessa forma, os dados de 2017 não devem ser compreendidos como um retrato estático ou superado da realidade local, mas como uma base estruturante de análise, cuja validade é reforçada pela convergência com as evidências empíricas obtidas em campo, conferindo consistência às interpretações desenvolvidas nesta pesquisa.

4 METODOLOGIA

4.1 Estratégias metodológicas e as etapas da pesquisa

Os métodos utilizados neste estudo estão ancorados na abordagem qualitativa, convergindo para as características destacadas por Muylaert *et al.* (2014). Conforme apontam esses autores, a pesquisa qualitativa possibilita apreender a complexidade dos fenômenos sociais, ao permitir que as tensões presentes no campo empírico sejam reveladas por meio das falas, das narrativas e das interações estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa. Nessas circunstâncias, as ressonâncias e dissonâncias de sentidos que emergem nos discursos tornam-se centrais para a compreensão das experiências vivenciadas, dos significados atribuídos às práticas cotidianas e das relações sociais, que estruturam o território investigado, com destaque (neste estudo) para as relações de gênero.

Os sujeitos principais desse estudo compreendem mulheres agricultoras dos projetos de assentamentos rurais localizados no município de Selvíria-MS (PA São Joaquim, PA Alecrim e PA Canoas). A pesquisa de campo foi desenvolvida entre os anos de 2023 e 2025, a partir da (na resposta a questionário e atuação em grupo focal) participação direta de 20 mulheres pertencentes aos espaços de reforma agrária citados.

A primeira fase da pesquisa consistiu na realização de uma revisão bibliográfica sistemática, com vistas ao aprofundamento teórico e metodológico acerca dos principais eixos orientadores do estudo. Essa etapa contemplou produções acadêmicas relacionadas, principalmente, aos seguintes temas: desenvolvimento rural, agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais e políticas públicas, agroecologia e, concomitantemente, desigualdade de gênero.

Na segunda fase, desenvolvida ainda no primeiro semestre de 2023, foi elaborado e aplicado um questionário (APÊNDICE A) na feira livre do município de Selvíria (MS), espaço estratégico de sociabilidade, circulação e comercialização da produção oriunda dos projetos de reforma agrária do município. O instrumento teve como finalidade principal a caracterização e o (re)conhecimento dos sujeitos da pesquisa, permitindo identificar aspectos socioeconômicos, produtivos e organizativos das mulheres participantes. Ainda nessa etapa, foram realizadas visitas aos lotes das agricultoras, o que possibilitou uma aproximação mais direta do cotidiano dessas mulheres e de suas práticas socioprodutivas; tal procedimento permitiu uma

compreensão mais ampla acerca das condições de vida dos sujeitos da pesquisa, de modo a favorecer a contextualização dos dados coletados e o estabelecimento de vínculos com as mulheres participantes (Gil, 2002). Adicionalmente, realizou-se uma caracterização do município de Selvíria, fundamentada nos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Embora se trate de uma base de dados relativamente *antiga*, essa fonte constitui o único conjunto de informações quantitativas oficiais disponível, que permite a contextualização socioeconômica da atividade agropecuária no município e território.

Na etapa subsequente deste estudo, foram organizados três grupos focais ao longo do período que compreendeu a execução da pesquisa de campo. No segundo semestre de 2024, foi organizado um grupo focal no Assentamento São Joaquim, que contou com a participação de sete mulheres. O desenvolvimento dessa estratégia metodológica seguiu as orientações propostas por Trad (2009), as quais permitiram a sistematização do processo e nortearam os esforços das pesquisadoras no âmbito das atividades/métodos grupais.

O grupo focal constitui uma modalidade de entrevista coletiva baseada na comunicação e na interação entre os participantes, cujo objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tema específico a partir de um conjunto selecionado de sujeitos. Trata-se de uma técnica particularmente adequada para a compreensão de percepções, crenças e atitudes, bem como das dinâmicas sociais que permeiam o cotidiano dos grupos envolvidos (Kitzinger, 2000).

Os outros dois grupos focais foram organizados durante o primeiro semestre de 2025, abrangendo os assentamentos Alecrim e Canoas. No Assentamento Alecrim, o grupo foi composto por sete mulheres, enquanto, no Assentamento Canoas, participaram seis agricultoras. A realização dos grupos em diferentes momentos permitiu ampliar e aprofundar as análises, incorporando distintas experiências e percepções das mulheres assentadas nos três assentamentos investigados.

O processo de seleção e mobilização das participantes foi intermediado pelas principais lideranças femininas de cada assentamento, que se responsabilizaram pela articulação e organização das mulheres em ambientes acolhedores, os quais propiciassem condições para que os sujeitos participantes do estudo se sentissem à vontade para compartilhar suas histórias, enfrentamentos e anseios. Durante a realização dos grupos focais, não foi verificada a participação masculina; em alguns momentos pontuais, houve a participação de filhos menores. Para a composição dos

grupos, buscou-se reunir agricultoras que já mantinham relações prévias de confiança, condição considerada fundamental para estimular o intercâmbio de experiências, visões e narrativas durante os encontros. Ademais, a maioria dessas mulheres eram participantes da feira livre de Selvíria.

O roteiro que orientou (APÊNDICE B) os diálogos nos grupos focais foi estruturado com o objetivo de estimular reflexões acerca das condições de vida e de trabalho das participantes, no anseio de apreender elementos do cotidiano das agricultoras que refletissem a dinâmica das relações de poder entre os gêneros, nos estabelecimentos agropecuários e nos projetos de reforma agrária.

4.2 Sistematização e análise dos dados

Os relatos, intercambiados durante o grupo focal, foram gravados com autorização prévia das participantes, com auxílio de um aparelho gravador. Primeiramente, as falas foram integralmente transcritas, utilizando-se a ferramenta *Transkriptor*, que permite converter áudio em texto por meio da inteligência artificial. A ferramenta foi utilizada exclusivamente como apoio técnico, sendo todas as transcrições revisadas manualmente. Em seguida, realizou-se uma revisão minuciosa, a partir do confronto das transcrições automáticas com o áudio original; isso possibilitou o registro fidedigno dos relatos orais. Essas transcrições foram divididas em categorias temáticas e, posteriormente, compuseram a base da argumentação aqui priorizada.

Para preservar a privacidade das mulheres, optou-se aqui pelo uso de pseudônimos, atribuindo-se a cada participante um *nome de flor* (essa ideia foi sugerida pelas mulheres que conformaram o primeiro grupo focal, sendo aprovada pelos sujeitos dos demais grupos). Dessa forma, os relatos foram vinculados a nomes simbólicos, evitando-se a divulgação das identidades dos sujeitos participantes do estudo.

Os dados obtidos por meio do questionário foram organizados, tabulados e analisados com base em estatística descritiva. Isso favoreceu a sistematização das informações e a identificação de padrões gerais entre as participantes. As respostas abertas do questionário, assim como os dados qualitativos provenientes dos grupos focais, foram examinadas por meio da análise de conteúdo do tipo temática (Caregnato; Mutti, 2006), estabelecendo-se diálogos com a literatura centrada na perspectiva de gênero, a partir das contribuições de alguns/algumas dos/das principais autores e autoras dedicados à temática central deste estudo.

De forma complementar, recorreu-se à técnica da análise de discurso, conforme proposta por Orlandi (2009), com o intuito de examinar não apenas o conteúdo literal das falas, mas também as estruturas discursivas, as condições de produção dos enunciados e os contextos sociopolíticos que conformam e dão sentido à comunicação das participantes. A análise temática foi utilizada para organização e categorização inicial dos dados, enquanto a análise de discurso permitiu aprofundar a interpretação dos sentidos produzidos.

Ao considerar as especificidades dos assentamentos Alecrim, São Joaquim e Canoas, localizados no município de Selvíria, Mato Grosso do Sul, buscou-se aqui evidenciar tanto aspectos comuns, quanto particularidades que atravessam as trajetórias dessas mulheres, reconhecendo a diversidade de experiências, condições de vida e formas de inserção social e produtiva presentes no território.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Os sujeitos da pesquisa: características gerais e participação social

Este tópico apresenta traços do perfil socioeconômico das agricultoras que compuseram o público participante (direto) deste estudo, bem como, contextualizar elementos que aludem à atual condição desses sujeitos no respectivo assentamento.

Como é possível observar, por meio da Tabela 11, as mulheres participantes da pesquisa, pertencentes ao Assentamento São Joaquim, apresentam, predominantemente, um perfil etário relativamente maduro, com idades variando entre 26 e 68 anos e maior concentração na faixa que supera os 50 anos. Tal configuração reflete o importante papel das mulheres com idade mais avançada na sustentação do cotidiano produtivo, reprodutivo e comunitário do Assentamento.

Tabela 11 - Caracterização das participantes - Assentamento São Joaquim

Flor	Idade	Escolaridade / Formação
Rosa do deserto	58 anos	Ensino médio completo
Margarida	55 anos	Ensino Médio Incompleto
Girassol	61 anos	Fundamental incompleto
Orquídea	68 anos	Magistério
Lírio	61 anos	Fundamental incompleto
Tulipa	48 anos	Fundamental incompleto
Azaleia	26 anos	Fundamental completo

Fonte: Elaborado pela autora.

Destaca-se, ainda, a variação das trajetórias educacionais, observando-se que a maior parte não completou o Ensino Fundamental, mas com a presença de mulheres com Ensino Médio e formação em magistério. Essa diversidade educacional tende a refletir-se nas formas de participação social, na capacidade de interlocução com instituições externas e na apropriação de políticas públicas.

No Assentamento Alecrim (Tabela 12) foi possível perceber um perfil mais jovem e diversificado em comparação aos demais assentamentos, com idades entre 24 e 66 anos. Essa amplitude etária evidencia a coexistência de mulheres em diferentes momentos do ciclo de vida, o que se reflete em distintas experiências de inserção produtiva, vínculos com o assentamento e expectativas quanto à permanência no campo.

Tabela 12 - Caracterização das participantes - Assentamento Alecrim

Flor	Idade	Escolaridade / Formação
Antúrio	61 anos	Ensino Fundamental Incompleto
Juá Amarelo	42 anos	Ensino Médio Completo (EJA)
Petúnia	34 anos	Ensino Superior Incompleto
Cravo	66 anos	Não informado
Copo-de-leite	46 anos	Ensino Médio Completo (EJA)
Crisântemo	47 anos	Ensino Fundamental Incompleto
Hibisco	24 anos	Ensino Médio Completo

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme detalhado na Tabela 12, os registros indicam um contraste geracional relevante: enquanto as participantes com idade mais avançada possuem o Ensino Fundamental Incompleto, as gerações mais jovens apresentam maior progressão escolar.

As participantes do Assentamento Canoas, Tabela 13, apresentam um perfil etário mais maduro também, com idades concentradas entre 51 e 68 anos, o que evidencia um contexto marcado pelo envelhecimento no campo e por seus desdobramentos sobre o trabalho, a saúde e a sucessão dos lotes. No que se refere à escolaridade, predomina o Ensino Fundamental Incompleto, com exceções pontuais de mulheres com formação em magistério e curso técnico, o que contribui para a diversidade de percepções sobre autonomia, trabalho e participação social no assentamento.

Tabela 13 - Caracterização das participantes - Assentamento Canoas

Flor	Idade	Escolaridade / Formação
Brinco-de-princesa	55 anos	Técnico em Enfermagem
Begónia	56 anos	Ensino Fundamental Incompleto
Verbena	68 anos	Ensino Superior Completo
Kalanchoe	51 anos	Magistério (Ensino Médio)
Onze-horas	55 anos	Ensino Fundamental Incompleto
Hortênsia	67 anos	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: Elaborado pela autora.

À luz das observações realizadas em campo e do levantamento prévio, as mulheres do Assentamento São Joaquim apresentam maior inserção em associações,

cooperativas e outros espaços coletivos de participação e interação social, quando comparadas às participantes dos demais assentamentos investigados. Essa inserção se manifesta de forma direta na complexidade das discussões produzidas durante o grupo focal, no qual emergiram reflexões mais amplas e profundas acerca das relações de gênero, do trabalho no lote, da divisão sexual das tarefas e do acesso a políticas públicas (comparativamente às discussões observadas nos outros grupos). As falas indicam que a participação em instâncias coletivas não apenas amplia o repertório informacional dessas mulheres, mas também contribui para o fortalecimento da capacidade crítica e para a construção de leituras mais abrangentes sobre suas próprias condições de existência e inserção social.

Essa dinâmica encontra respaldo na presença de lideranças femininas nos assentamentos São Joaquim e Alecrim, cujas atuações se mostram centrais na dinâmica da vida coletiva e no fortalecimento da participação das mulheres nesses territórios. Ao estimular outras mulheres a se reconhecerem como sujeitos ativos na construção do assentamento, essas lideranças favorecem processos de empoderamento simbólico e político. Assim, a presença de referências femininas nos espaços de decisão e poder emerge como um fator estruturante na conformação de dinâmicas mais participativas, críticas e politicamente engajadas entre as mulheres assentadas.

Outro eixo analítico central refere-se à distância geográfica dos assentamentos em relação ao núcleo urbano e a outros espaços de circulação, comercialização e interação social. Os assentamentos situados em áreas mais periféricas e distantes tendem a impor uma situação de maior isolamento territorial às mulheres, condição que impacta diretamente a circulação de informações, as possibilidades de participação social e, de maneira significativa, a dinâmica de comercialização da produção agrícola. As dificuldades de escoamento e de acesso a mercados acabam por reforçar estratégias produtivas mais restritas e, simultaneamente, limitam as oportunidades de articulação coletiva. Esse isolamento reflete-se, também, em um perfil de participação social mais reduzido e em discursos menos articulados em termos coletivos, quando comparados aos assentamentos com maior proximidade de redes de apoio, espaços coletivos e fluxos institucionais. A análise da participação social das agricultoras participantes do estudo corrobora os elementos aqui contextualizados, no que se referem à questão do isolamento territorial, com destaque para a condição vivenciada pelas mulheres do Assentamento Canoas (localizado a aproximadamente 90 km do

centro urbano), que enfrentam desafios (ainda mais contundentes) para adentrar e resistir nos espaços de decisão e poder.

De modo geral, as análises indicam que cada assentamento apresenta particularidades próprias, seja em sua configuração geográfica, seja nas formas de atuação das mulheres, e que essas especificidades se expressam em dinâmicas distintas de produção, de interação social e em outros aspectos que incidem diretamente sobre o cotidiano dessas mulheres.

Por fim, é importante destacar que os assentamentos analisados neste estudo não mantinham, no período da pesquisa, vínculo orgânico com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou outra organização de luta pela terra. Essa condição exerce influência direta sobre os processos organizativos locais, as formas de mobilização coletiva e o acesso a redes políticas e institucionais mais amplas. A ausência de articulação com um movimento social estruturado contribui para a conformação de dinâmicas diferenciadas de organização e participação, favorecendo, por exemplo, uma maior dependência de políticos locais e um certo grau de clientelismo. Tais elementos impactam diretamente a construção de distintos níveis de mobilização coletiva, aspectos que se expressam de maneira desigual nos discursos, práticas e estratégias mobilizadas pelas mulheres entrevistadas.

5.2 Elementos da luta pela terra e sua conquista: enfrentamentos, protagonismo feminino e significados

O processo de constituição de um assentamento se dá em meio a uma gama diversa de trajetórias, necessidades e aspirações; os acampamentos, ambientes de lutas e resistência, refletem a complexidade dessa diversidade. Para Souza (2009), o acampamento ultrapassa a barreira física da ocupação, constituindo-se como um território de reinvenção do imaginário daqueles que buscam a reforma agrária. No âmbito das famílias camponesas, a experiência do acampamento é a materialização da resistência coletiva. Sob a lona, as adversidades convivem com a construção de redes de solidariedade e aprendizado político, processos nos quais as mulheres exercem um papel central. Nesse cenário, o cotidiano da luta forja vínculos que redefinem identidades e fortalecem o protagonismo feminino na esfera pública (Sigaud, 2002; Paulilo, 2004; Medeiros, 2014a).

Os diálogos compartilhados ao longo da pesquisa de campo evidenciam aspectos que corroboram o entendimento de que a luta pela terra transcende o domínio material; as mulheres consideram a conquista da terra, como uma oportunidade de recomeço, um espaço de liberdade (não somente no que tange ao uso e ocupação desse, mas sobre as suas próprias vidas). Para algumas, é um espaço de sonho que, finalmente, permitirá relações de pertencimento a um grupo e a um dado lugar. A oportunidade de *começar do zero* faz com que algumas mulheres concebam a conquista da terra como uma ruptura com as histórias de violência e sujeição, que marcaram os seus passados; a terra conquistada é percebida por muitas trabalhadoras do campo como a via material e simbólica para o alcance de sua autonomia (Paulilo, 2004). Assim, a luta deixa de ser apenas um meio de subsistência para se tornar um divisor de águas na subjetividade feminina.

Sou uma mulher que morou seis anos na beira da rodovia no acampamento. Não tinha energia, não tinha água. O caminhão vinha uma vez por semana trazer água, encher às caixas. E a gente não podia nem tomar aquela água a gente aparava a água da chuva para encher os potes encher às vasilhas para tomar e cozinhar. Depois de seis anos que estava lá na beira da rodovia, foi obrigada a desmanchar o barraco e caçar um lugar para guardar a madeira porque não podia mais ficar acampado na beira da rodovia. Fiquei um ano rodando procurando um lugar para eu morar. Fui em outro assentamento, não me dei lá. Assim, rodei, rodei e não achei. Deus não tocou no meu coração lugar nenhum. Eu vim aqui umas três vezes e aonde eu to eu não comprei, eu não ganhei do Ministério, do Governo né, do INCRA, eu entrei. O lote estava lá parado, *estava* tomado pelo mato, eu entrei no lote. A primeira proprietária ficou sabendo e foi lá várias vezes. Até as primeiras vezes que ela foi ela não me encontrou porque eu resolvia algumas coisas na cidade então ficava meu esposo e meu filho. De lá para cá, ela fez boletim de ocorrência, ela vinha lá, a gente acaba discutindo porque ela também é uma serva de Deus assim como eu, mas eu não entrei por minha conta e risco. Eu busquei a palavra, eu pedi a Deus e Deus me mostrou que era ali, eu vim, eu gostei. Só que eu fiquei buscando de Deus o dia, a época de eu vir. Sempre que eu buscava a palavra Deus falava que ainda não era tempo. O dia que Deus falou para mim que era o tempo na palavra saiu pega sua cama e anda então eu senti no meu coração que era a resposta que eu estava buscando que podia vir. Ainda esperei mais 60 dias convencendo o esposo para poder a gente vir. Ele não queria vir, porque Deus não tinha falado com ele. Viemos esse mês de setembro, 28 de setembro faz 11 anos que eu estou no lote. 11 anos. Deus já me deu o documento, a concessão de uso, já tenho documento de concessão de uso. E eu trabalho, eu tiro o leite, eu planto horta, eu faço artesanato com fibras naturais. Lá em casa eu sou a mulher e o homem da casa porque o esposo não aguentou o trabalho do campo e foi embora para a cidade e a gente divorciou. Então, eu sou a mulher e o homem da casa, a mulher e o homem do sítio (Margarida).

O relato de Margarida expõe que a vida na "beira da estrada" é marcada por uma precariedade que transcende a falta de infraestrutura, atingindo profundamente as dinâmicas familiares e a subjetividade feminina. A resistência por seis anos em condições de extrema escassez não lhe garantiu, de imediato, a estabilidade; ao

contrário, sua entrada no Assentamento São Joaquim revela a face da insegurança estrutural que perpassa a reforma agrária no Brasil, marcada pelo que Sauer (2012) define como a precarização dos assentamentos e a dificuldade de acesso a políticas públicas. A disputa com a beneficiária original, culminando em Boletins de Ocorrência, expõe as tensões internas nos assentamentos. Sem o reconhecimento formal do INCRA, Margarida viu-se inserida em um cenário de conflito e vulnerabilidade jurídica que, conseqüentemente, retardou seu acesso a políticas públicas e direitos sociais básicos.

Ademais, a trajetória da entrevistada evidencia as tensões de gênero inerentes ao cotidiano camponês. A partida do companheiro, que "não aguentou o trabalho do campo", transfere para a mulher a totalidade da responsabilidade reprodutiva e produtiva. Esse fenômeno reforça o papel da mulher como a guardiã da permanência no território (Deere, 2004); diante da urgência de viabilizar o sustento dos filhos, ela assume o que denomina ser o "homem e a mulher da casa". O papel de 'guardiã da permanência' assumido por Margarida reflete as análises de Siliprandi (2015), que identifica na resiliência feminina o pilar de sustentação dos assentamentos, em que a gestão do cuidado se funde à gestão da produção diante da ausência masculina.

Embora resulte em uma rotina exaustiva, é precisamente nessa relação simbiótica com a terra, por meio do trato com o rebanho, a horta e o artesanato, que Margarida forja sua emancipação. Sua trajetória demonstra que a autonomia feminina no campo é, muitas vezes, conquistada a duras penas, emergindo da necessidade de converter a privação em resistência e a terra ocupada em um espaço de soberania e dignidade.

As experiências de Margarida e de outras mulheres participantes desse estudo, marcadas pelo declínio da participação dos homens nas lutas que envolvem o processo de resistência nos assentamentos e/ou o abandono das famílias por parte dos maridos/companheiros, reafirmam a relevância da Portaria nº 981 de 2003 do INCRA (Brasil, 2003), que estipulou a obrigatoriedade da titularidade conjunta (mulheres e homens). Dentre outras implicações, esse marco legal prevê que em caso de separação, a terra conquistada ficará com a mulher, uma vez que ela detenha a guarda dos filhos. A referida portaria representa um marco na luta pelos direitos das mulheres do campo e constitui uma reivindicação, por anos, presente na pauta de movimentos sociais, com destaque para a Marcha das Margaridas, cuja luta foi fundamental para o alcance de tal conquista. O uso do pseudônimo de uma das colaboradoras desta

pesquisa foi Margarida assim como a líder paraibana Margarida Maria Alves, pois a Margarida deste estudo personifica a resiliência, transformando o luto e a precariedade em luta política e autonomia produtiva.

Lobregat (2021) descreve que os acampados vivem em habitações conhecidas como barracos, e com mínimo de conforto necessário e com ausência de diversos itens considerados vitais no cotidiano. Além disso, a autora relata a vontade recorrente que os moradores têm de realizar melhorias como alterar pisos ou fazer pequenas modificações, mas que acabam desistindo por saberem a provisoriedade da estadia daquele espaço, por isso usam lona preta como solução temporária. No entanto, o "sonho da terra" opera como uma força que ressignifica tais limitações; a precariedade física do barraco não é um fim, mas uma etapa onde o desejo pela posse definitiva sobrepõe-se às privações do cotidiano.

Faz uns 3 a 4 anos já, aí eu trabalhava no frigorífico há 6 anos, depois ela me indicou para ficar na beira da estrada com ela, aí falei "olha não gosto de ficar sozinha", ela disse: então vamos para lá que tem muita gente, respondi: Olha Lírio sozinha não iria pegar terra não, mas ela para se divertir e não pegar depressão, aí eu vim, no dia do sorteio eu não quis vir, mas ela pediu para eu ir, aí eu fui e depois de 2 anos que peguei a terra eu arrumei um marido, fiquei morando 10 anos com o marido e depois foi embora, agora está eu e Deus, minha filha vem de 15 em 15 dias, e eu fico ali, e eu gosto (Girassol).

Aí meu marido quando fizemos 1 ano e 7 meses que estava com ele, teve que operar do coração porque infartou e operou, fiquei quase 3 meses com ele no hospital, aí ele sarou e eu fiquei cuidando, trabalhei em uma firma e fiquei 3 anos, ajudei a construir a casa, aí depois de 6 anos da cirurgia ele teve que cortar a perna, perdeu a perna e eu fiquei cuidando dele 2 anos, ele recebeu 30 mil lá, ele achou que ficou milionário, largou eu, catou o carro e foi embora, está eu e Deus, tá 4 anos eu e Deus ali. (Girassol)

A trajetória de Girassol guarda semelhanças marcantes com a de Margarida, ao passo que evidencia as fragilidades das redes de apoio no contexto rural. Além de lidar com todas as adversidades inerentes ao processo de chegada à terra conquistada, também não pôde contar com o respaldo do marido nesse momento; situação que reforça a proeminência do papel desenvolvido pelos sujeitos femininos, nos enfrentamentos relativos à luta pela terra.

No caso de Girassol, o abandono adquire contornos de maior perversidade, pois foi precedido por um longo período de dedicação exclusiva aos cuidados com a saúde do marido, o que, inclusive, impôs fortes dificuldades ao desenvolvimento das atividades produtivas no lote conquistado pela agricultora, explicitando o que Hirata (2014) caracteriza como a divisão sexual do trabalho. Para Hirata, as mulheres são sobrecarregadas com o "trabalho de cuidado", uma dinâmica assimétrica onde o

esforço feminino é tratado como um recurso inesgotável e gratuito, sendo descartado assim que a reciprocidade se torna necessária. Além disso, a situação analisada denota uma fragilidade nas redes de apoio concretas, com ausência de relações permanentes que permitam o compartilhamento das responsabilidades e das ações centradas no cuidado; circunstâncias comuns na realidade vivenciada por muitas mulheres rurais, que lidam (sozinhas) com a falta de apoio da família e do Estado.

Em seus estudos Guedes e Daros (2009) já denunciavam que na construção da sociabilidade burguesa, as mulheres são proibidas da realização de projetos livres, uma vez que o ato de cuidar está atrelado às normas historicamente criadas e interpretadas como inerentes à natureza feminina. Sendo assim, são impostas às mulheres, mesmo que alheias às atividades profissionais de cuidadoras, a responsabilidade de cuidar dos seus. Muitas mulheres, como Girassol, dedicam longos momentos de suas vidas aos cuidados com os seus familiares sem obter a reciprocidade dessa dedicação, que leva ao esgotamento físico e mental. O fato de ela permanecer no lote após o abandono ("tá 4 anos eu e Deus ali") reforça que a terra, para essas mulheres, torna-se espaço de estabilidade e reconstrução da própria dignidade após o rompimento de laços de sujeição.

As mulheres que chegaram após o período de acampamento passaram a enfrentar desafios de outra ordem, caracterizados, sobretudo, pelo medo e pela vigilância constante. Nessas situações, observa-se a tentativa de antigos proprietários em exercer um poder coercitivo sobre as famílias assentadas, com o intuito de desestimulá-las e forçá-las a abandonar o território ocupado. O caso de Crisântemo é exemplar nesse sentido, evidenciando a persistência de conflitos fundiários mesmo após a instalação das famílias no assentamento:

Ele colocou mesmo a faca na cintura atrás e ficando andando, que ele tinha colocado um gado lá, ele tinha o gado dele, ele não tinha tirado ainda. E ele ficou, me intimidado, mas eu não consigo ser intimidado. Eu te juro por Deus, eu não baixo a cabeça para lá. Eu morro lutando, mas eu não paro, eu não deixo a pessoa coisar. Enquanto ele estava ali para mim, tanto faz, tanto fez. Só que de noite, vinha tudinho aqui, porque eu fiquei sozinha com ele. É a hora que eu vou dormir, eu não durmo. Eu estava pensando na cena que eu vi, não que iria acontecer se uma hora vim de traição, era isso. Isso me afetou muito no começo, assim, nessa situação do começo daqui. Foi complicado, não foi fácil, não foi fácil (Crisântemo)

O trecho revela o constante sentimento de medo vivenciado pela agricultora, provocado pelas ameaças que sofria ainda dentro do próprio quintal. O depoimento de Crisântemo descortina a dimensão corporal da luta pela terra. A imagem da faca na cintura do antigo assentado e o gado mantido indevidamente no lote não são apenas

infrações agrárias, mas táticas de terrorismo cotidiano que visam o esgotamento psíquico da mulher assentada. A recusa de Crisântemo em 'baixar a cabeça' subverte a lógica da dominação latifundiária, que historicamente utilizou a intimidação para desterritorializar famílias camponesas.

Além disso, ela enfrentou diversas dificuldades de acesso a benefícios, frequentemente negados pelo fato de ter ingressado no assentamento de forma "irregular":

O começo foi muita luta. E eu também não tive oportunidade só por eu ter entrado desse jeito. Não me foi dada a oportunidade. Todas as coisas que vinham, para mim, eu não tinha direito. Tinha direito aqueles que chegaram e receberam a terra ou investiram na terra. Para mim, não tinha aquele direito. A terra ficou muito tempo parada, porque eu não consegui fazer. Porque eu não tinha recurso. Não tinha nada. O Ricardo saiu pra trabalhar, ele teve que ficar na cidade e eu fiquei sozinho com esse aqui há dois meses. Quando aconteceu tudo, ele tinha dois meses que eu vim pra cá. Então, eu passei tudo. Eu nunca tive ajuda da associação, eu não tive nada, eu não tive nada. Quando cheguei agora, uns tempos, que a Juá Amarelo assumiu a associação, então, eu tenho muita gratidão com ela. Quando eu falo dela, é porque ela foi especial, entendeu? Porque ela acreditou e ela me deu oportunidade, porque se não fosse por ela, eu ainda estava... Lá, quando começo, entendi? O papel do INCRA. Eu não recebi, ela está de prova. Eu não recebi o papel do INCRA. Eu fiz inscrição, nós fizemos todas as coisas, eu levei todos os documentos, eu fiz documento, fiz documento, mas não ia vir pra mim o papel do INCRA. Porque, de fato, não veio. Ela foi atrás. Ela se juntou com a esposa do boiadeiro, ela buscou o papel do INCRA para mim. Mas que eu fosse receber a sala da cidadania, eu não ia receber, não ia. Na verdade, eu nem a foto eu tirei do papel. Ela lá foi dita que estava sendo legalizada, lógico. Mas a Crisântemo não foi legalizada. Ela me pediu que todo mundo batia a palma, que todo mundo... Eu não tive. Porque as pessoas que estão à frente disso não me deram oportunidade porque entrei errado. Eu não entrei, eu não paguei aquele voto. Eu não paguei pelo lote. Eu não recebi pelo direito de sorteio. Entendeu? Eu entrei num sonho que foi difícil para mim, que foi uma luta muito grande, não foi fácil, não foi. Mas depois dela, essa menina, ela chegou um dia lá em casa e disse assim, você tá em casa? Eu disse, não. Aí ela falou assim, Beleza. Eu tava na cidade, ela meteu um caminhão lá dentro de casa, lá no terreiro, e ela atacou um monte de esterco lá em casa. Aí, quando eu cheguei, ela falou assim, você viu aí? Pronto, produza. Levanta tua cabeça. Você é guerreira, você consegue. Você vai conseguir. Depois, Ela mandou um monte de coisa, ela tem coisa de projeto, todos, todos, ela vai, vai, vamos (Crisântemo).

As experiências compartilhadas durante a pesquisa de campo expõem medo, dor e a exclusão das mulheres e de suas famílias, como algumas das implicações dos processos pertinentes à luta pela terra e aos esforços para resistir na terra conquistada. A agricultora deixa claro que não teve sua entrada no lote de acordo com os trâmites formais, exigidos pelo INCRA, o que gerou um sentimento de desamparo e ilegitimidade, marcado até pela negação do merecimento de permanecer na terra e gozar dos mesmos direitos e benefícios dos/as outros/as assentados/as. Além disso,

por ser considerada irregular também teve dificuldade no acesso às políticas públicas que auxiliam a reprodução da vida no território.

Esse processo mostra que, mesmo dentro do próprio coletivo de luta, há relações desiguais de poder, com a reprodução de práticas discriminatórias. Como aponta Sauer (2012), a precarização das condições de assentamento e a morosidade burocrática do INCRA acabam por reproduzir, internamente, as lógicas de exclusão que a reforma agrária deveria combater. Essa dinâmica de exclusão evidencia que a Reforma Agrária não pode se limitar à distribuição de lotes; deve estar associada a uma política de permanência como já abordado na revisão bibliográfica.

O auxílio da outra assentada, por meio da doação de esterco e insumos, representa o marco inicial no processo de inclusão da agricultora, no contexto do assentamento. Esse gesto de solidariedade (de mulher para mulher) impulsionou a produtora a se reerguer e produzir. A partir desse ato, ela consegue reconstruir a sua autonomia, retoma as atividades produtivas e começa a sentir-se como parte daquele território. As redes informais de apoio são fundamentais dentro dos assentamentos, especialmente para as mulheres. Crisântemo deixou evidente que foi por meio das estratégias de fortalecimento mútuo, que ela conseguiu ter acesso a projetos e políticas públicas, evidenciando a importância da cooperação feminina, como via para fomentar a resiliência no campo, especialmente em contextos em que as estruturas formais falham. Como aponta Fraser (2016), em contextos em que o capital e o Estado retiram o suporte à vida, as comunidades, em especial as mulheres, criam formas alternativas de sustentar a existência, transformando o auxílio mútuo em uma ferramenta de sobrevivência.

A relação entre o sujeito e o espaço não é automática. As pessoas nem sempre desenvolvem um sentido de pertencimento pelos territórios que ocupam. Conforme apontam Santos e Lima (2020), a construção de uma relação afetiva com o lugar demanda o amadurecimento de sentimentos, valores e vínculos compartilhados. São essas tramas de afetividade que geram o sentimento de pertencer, sedimentado em memórias que fortalecem o elo entre as agricultoras e o meio que habitam. Sob essa ótica, o pertencimento torna-se um pilar na construção histórica e cultural do assentamento. Nas narrativas de Margarida, Girassol e Crisântemo, observa-se que a conquista da terra é carregada de simbolismo precisamente porque representa a possibilidade de recomeçar em um novo território.

As agricultoras relataram que um dos maiores desafios enfrentados ao chegar ao lote é que, embora o INCRA garanta o acesso à terra, seria escasso ou nulo o respaldo governamental voltado para a geração de renda, a partir da atividade produtiva; as incertezas associadas às questões socioprodutivas, ainda mais contundentes no momento da chegada à terra, incrementam as dificuldades e a insegurança, no cotidiano das famílias. Essa problemática é agravada pelas distorções na execução das políticas públicas, pois o recurso anunciado raramente se materializa na ponta, conforme aponta o relato de Juá Amarelo:

Está certo, a gente veio para um assentamento para produzir. Só que quando a gente chega aqui, a realidade é o quê? Quando o Incra coloca você aqui, coloca você no nada. Certo? É no nada. É na terra. Se tem lá a crítica pública, igual ela falou, o que consegue alcançar a gente aqui, eles liberam um bilhão lá. Chega dez *real* aqui. É assim que acontece na realidade. Se eles liberam, igual na construção das casas. Quando eu cheguei aqui, na construção das casas, eles liberaram madeira boa, liberou porta boa, liberou aquele cimento itaú. Lá nos documentos está tudo. Aí quando chegou aqui, chegou uma lata de sardinha. Chegou madeira de, sei lá, não sei o que, pinos, eucalipto, o que que é isso? (Juá Amarelo)

O depoimento de Juá Amarelo expõe o que Sauer (2012) caracteriza como a institucionalização de "assentamentos precários". Para o autor, o Estado muitas vezes limita a reforma agrária à distribuição de terras, negligenciando as condições de reprodução social e econômica. Essa "entrega ao nada" descrita pela agricultora revela uma face da política fundiária em que há a transferência da responsabilidade pelo sucesso do assentamento exclusivamente para as famílias, sem que lhes sejam providos os meios mínimos para tal.

As queixas que predominaram, dentre as mulheres participantes do estudo, traduzem uma política de reforma agrária fragilizada, incapaz de dar conta de alguns dos recursos essenciais para a consolidação dos espaços que configuram os assentamentos rurais, com destaque para as condições de infraestrutura, crédito, equipamentos e assistência técnica continuada. Essa ineficiência estatal atua como um fator de desterritorialização, pois a terra, desprovida de condições de fomento, pode contribuir para reprodução da pobreza em vez de emancipação.

Em sua pesquisa, Oliveira *et al.* (2023) identificaram diversas limitações que comprometem o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida das famílias assentadas, como: falta de processos de formação para produzir e vender seus produtos, alta taxa de analfabetismo, ausência de apoio institucional, falta de luz e água encanada, péssimas condições das estradas e falta de recurso financeiro para investimento. Essas dificuldades, vinculadas à ausência de políticas públicas, afetam o

escoamento da produção e restringem a perspectiva de resistência das famílias na terra conquistada.

Conforme já destacado, algumas mulheres chegaram ao assentamento em busca de uma segunda chance, fugindo de realidades marcadas por sofrimento (também) em suas juventudes. Muitas carregam histórias de invisibilidade e silenciamento, mas, ao encontrarem na terra a perspectiva de um recomeço, passaram a ocupar o lugar de protagonistas de suas próprias vidas, reconstruindo suas trajetórias com dignidade e resistência:

Eu casei, tive um filho, não deu certo com o marido e fui criar os três filhos só. [...] Dormia tudo junto comigo. Quando eu vim por aqui eu criei, trabalhei como doméstica, já trabalhei na roça, trabalhei doméstico. Não trabalhava, resistia. Eu não tenho vergonha de falar, não. Eu já ganhei até tapa na cara de uma patroa. E eu era tão simples, né? Eu era tão simples. Ficava com medo, com vergonha de falar, né? Aí, com o tempo, agora, depois, eu peguei e falei. Mas, por que você não falou? Por que não botou ela no pau. Não, eu estava precisando, né? Eu tinha que criar meus filhos. E lá a Igreja Batista ajudava, né? Vinha outras roupas, trazia roupa, trazia sexta-feira, distribuição pra nós. Eu ganhei sabe quanto? Eu ganhei oitenta contos. Oitenta conto, para criar três filhos. Ainda bem que nessa época tinha a Bolsa Escola, né? Foi na época do Lula, da Bolsa Escola. (Antúrio).

Aí que eu ganhei. E aí vim para cá, pra São Paulo. Minha prima veio para cá. Aí trouxe a mãe dela, minha tia. Aí... Me chamou para vir para cá. Eu vi pela primeira vez. A minha tia melhorou. Aí fui embora. Depois minha filha veio. Depois foi embora. Minha irmã falou, vale, minha irmã, que não sabemos no dia da manhã. Aí eu deixei meu filho, fiquei lá e vim. Fiquei aí mais ela. Aí arrumei o casamento, né? (Antúrio).

Tenho a dizer da minha pessoa, que eu amo o meu lugar, o meu Canoas [o Assentamento], e vim para trabalhar, ralar, pensei que era mais fácil, mas não está sendo fácil não, mas não desiste nunca, em nome de Jesus, né? Primeiramente. E a gente chegou, não tinha uma água direito, não tinha pasto, chegamos e fomos, ajudar meus povos, limpar o sítio, o enxadão, a enxada. Veio o projeto da horta, convidaram, entrei. Ali eu ganhei mangueiras, registrei para fazer minha hortinha, que estava difícil, não tinha dinheiro para comprar. Mas Deus já preparou, né? Fiz minha primeira hortinha. Da minha horta fui para a feira, em Selvíria, com as minhas amigas, com as minhas companheiras. Acabou de novo, mas estamos aí, esperando a hora que começarmos a continuar a trabalhar (Begônia)

Cheguei aqui no Canoas. Vai fazer um ano que eu tô morando aqui, março agora. Eu morava em Inocência, eu vim há oito anos atrás de Americana, estado de São Paulo. E aí, agora, um ano atrás, Deus preparou um casamento para mim aqui, e eu vim morar para cá. E eu tinha depressão profunda, eu só vivia deitada e tudo, e graças a Deus, Deus enviou esse servo dele que me conheceu, me tirou de lá, a partir do momento que eu cheguei aqui no Canoas, nunca mais tomei remédio. Deus me libertou por completo aos remédios de casa, como prova dos remédios, eu tomava 900 ml de remédio forte para poder controlar a depressão. E Deus me libertou por completo. E aí chegando, mexendo com... a gente começou a mexer porque antes o pai dele tinha acabado com tudo que tinha, porque o pai tinha morrido, né? E aí ele estava aí sozinho e a gente começou a criar galinha, a gente mexer com frango de corte, essas coisas. Hoje nós já temos alguma coisa plantada no quintal, tem abóbora, tem... Plantamos um milhinho, plantamos uns quiabinhos. Se Deus

quiser, logo a gente vai ter tudo isso pra comer também. E eu estou muito feliz aqui. (Verbena)

Para mim, a última casa, Deus me deu a felicidade agora no final da minha vida. Porque a minha vida foi a vida inteira só sofrimento. Casei com 17 anos, com 18 eu fiquei viúva, com 19 meu pai me obrigou a casar com um senhor que eu nem conhecia. Eu casei, vivi 12 anos com ele, mas não aguentei o ciúme dele demais da conta. Eu era evangélica, ele me tirou da igreja, mandava andar do jeito que o mundo gosta, porque ele queria que eu andasse daquele jeito. Aí depois juntou o ciúme, ciúme, ciúme. Aí eu não aguentei, separei. Aí eu fiquei sem casar muitos anos. Aí depois eu casei com uma pessoa mais velha do que eu, 20 anos. Só que também foi um verdadeiro inferno na minha vida. Nós não fomos casados. Nós não éramos marido e mulher. Nós éramos dois irmãos vivendo dentro de uma casa. Só que aquele tormento, aquele tormento, aquele ciúme... Ela mesma testemunha que ela sempre ia na minha casa. É isso que ela tá falando sobre o que ela via, né? Então, ele era muito ruim, mas só que ele não tinha quem cuidasse dele. Deus me deu força pra me aguentar até ele morrer. Aí, Deus pôs uma enfermidade nele lá, que aí ele ficou 30 dias dentro dos hospitais. Eu fiquei com ele, mas aí Deus levou. Aí, já que nós estamos comentando muito em Deus, Deus mandou uma pessoa falar pra mim, que eu nunca vi antes, falou assim, ó, Deus vai levar. Não se preocupa que Deus vai levar. Só que agora Deus tá preparando uma coisa muito boa na tua vida. Mas eu achava que era assim, que eu ia ser feliz sozinha, né? Aí eu fiquei três anos, três anos sozinha. Aí depois, eu nunca queria casar mais de jeito nenhum, porque minha vida só foi sofrimento, a vida inteira. Meu primeiro marido morreu por causa de cobra. E aí, Deus me enviou esse meu esposo aí, a gente se conheceu e graças a Deus, no fimzinho da minha vida, Deus tá me dando felicidade. Uma pessoa que trata eu como eu mereço, como a gente tem que ser tratada, como mulher. Graças a Deus, eu louvo e agradeço a Deus, que pelo menos no finzinho da minha vida eu sou feliz (Verbena).

As mulheres, apesar de vivenciarem experiências distintas, tiveram suas vidas atravessadas por situações de violência e abusos. Antúrio conta sobre sua história, pautada no fim do casamento precoce, que foi seguido pela criação dos filhos (sozinha) e um trabalho marcado por relações injustas. A falta de apoio e o imperativo de garantir o sustento de suas crianças a tornaram refém de um cenário de violência e precariedade. Ela se viu obrigada a vivenciar muitos abusos, pois precisava sustentar a família. Ao descrever o 'tapa na cara' da patroa e a impossibilidade de reagir por conta da necessidade de alimentar os filhos, Antúrio expõe a vulnerabilidade de gênero interseccionada pela classe. De acordo com Federici (2019), a desvalorização do trabalho reprodutivo e a precariedade salarial funcionam como mecanismos de sujeição que mantêm as mulheres presas em ciclos de abuso. Mudanças substanciais ocorreram a partir de sua chegada ao Assentamento Alecrim, onde ela encontrou acolhimento e pôde constituir uma nova família; isso lhe permitiu desenvolver novos vínculos e (re)significar o seu trabalho, bem como, as suas relações afetivas.

Já Begônia relata como encontrou um novo sentido para sua vida, por meio da relação com a terra. A agricultora e sua família adquiriram as benfeitorias do lote, pela *internet*, sem saber que esse pertencia a um assentamento. Foi por meio dos projetos,

como a horta comunitária, que sua jornada foi se transformando, com a ampliação dos laços de amizade dentro do assentamento e, por consequência, das perspectivas de pertencimento ao território. Ademais, esses projetos apresentam potencialidades para fortalecer a questão da segurança alimentar e fomentar o emponderamento das mulheres. A ampliação das conexões com o mercado consumidor (nesse caso, com base em experiências na feira-livre do município) refere-se a outro elemento, que tende a fortalecer os sujeitos femininos no campo, no aspecto socioeconômico e em questões que compreendem a esfera das sociabilidades, diante das novas relações sociais construídas (ou expandidas) a partir da experiência coletiva.

Em seu relato, a agricultora expressa gratidão pela rede de apoio, que encontrou no assentamento, e pelas amigas (companheiras, em sua trajetória no espaço de reforma agrária). Os processos que envolvem a troca de sementes, os mutirões e outras atividades centradas no compartilhamento de conhecimentos e vivências, dentre as mulheres do espaço de reforma agrária em questão, têm suscitado a solidariedade e a resistência coletiva. Estudos como os de Paulilo (2014) e Butto (2015) destacam que essas 'atividades de quintal' e feiras são espaços de empoderamento político, pois retiram a mulher do isolamento doméstico e a inserem em circuitos de troca de saberes e sementes, fortalecendo a segurança alimentar e a resistência coletiva no campo.

O relato de Verbena ilustra um panorama bastante expressivo, em termos de sofrimento e violências, mas, também, traz à tona aspectos (como fé, resiliência e autonomia), que remetem à esperança e aludem a melhorias nas suas condições de vida. Durante a sua trajetória, predominaram contextos de subalternização. Ainda jovem, viu-se obrigada a um casamento precoce com um homem (praticamente) desconhecido. Arelado a isso, é possível identificar (dentre outras formas de violência), a violência simbólica e psicológica, quando a agricultora discorre acerca do controle exercido pelo marido sobre a sua vida: sendo que o controle do comportamento individual (a forma de se vestir, suas práticas religiosas, sua aparência e até suas relações sociais eram determinadas pelo respectivo cônjuge) se soma à imposição social de submissão. Foi obrigada a conviver em meio a atitudes vazias de afeto e, e de forma recorrente, caracterizadas pela violência. Mesmo diante de todos os abusos experienciados, foi ela (a agricultora) quem cuidou do companheiro até a sua morte.

Segundo Stochero e Pinto (2023), a história de muitas mulheres que vivem no campo é marcada por violências relacionadas à desigualdade de gênero. Dentre os fatores concernentes a isso, é possível destacar: a dependência econômica e a

exclusão das mulheres das decisões de administração da propriedade; as longas distâncias até a cidade para acessar os serviços de saúde ou a falta de segurança, associada à ausência de transporte público, no meio rural (fator que limita ou mesmo impede a busca por ajuda).

Ademais, observa-se o isolamento/distanciamento geográfico, que diminui a convivência com amigas e familiares, de maneira a dificultar a ruptura do silêncio e desse ciclo de violência. Dessa forma, as mulheres são obrigadas a conviver com seus agressores diariamente e, recorrentemente, sentem vergonha da situação pela qual estão passando e internalizam uma culpa, construída socialmente por meio de práticas (também) institucionais, que as deslegitimam como vítima e as colocam como *merecedora de punição*. Esse cenário converge para as análises de Paulilo (2014) e Bezerra (2019), ao demonstrarem que a dependência econômica atua como um entrave decisivo ao rompimento dos ciclos de violência doméstica no campo. Em consonância, o isolamento geográfico típico do meio rural agrava essa vulnerabilidade, operando como uma barreira física que dificulta tanto a formalização de denúncias quanto o acesso efetivo aos serviços de proteção e acolhimento.

Depois de anos de dores e abusos, finalmente, a agricultora relata vivenciar relações baseadas no afeto e no respeito e discorre sobre o fato de ter encontrado um companheiro, que a trata da forma “como a gente tem que ser tratada, como mulher”; o que lhe teria permitido encontrar a “felicidade no fim da vida”. Essa fala simbólica e cheia de significado ilustra a consciência da agricultora, relacionada à sua compreensão de que respeito e dignidade não configuram privilégios para as mulheres, mas constituem direitos, sendo algo que lhe foi subtraído por muito tempo sem condenar a sua percepção crítica sobre os abusos vivenciados.

Em consonância, Rosa do Deserto compartilhou a sua experiência, relacionada à depressão; situação superada, segundo a agricultora, depois de sua chegada ao assentamento, assim como Verbena, e a sua relação com a terra (especialmente com os animais). Isso lhe propiciou uma condição de maior equilíbrio emocional e a concepção de novos propósitos:

Eu também não fiquei na beira da estrada, eu vi minha irmã, minha mãe ficou 14 anos na beira de uma estrada, esse tempo era sofrido, gente porque mulher para ficar na beira da estrada tem que ser guerreira, guerreira mesmo, porque as mulheres aguentam já os homens desistem. Minha mãe ficou 14 anos no Goiás, minha mãe era de lá, depois meus pais já foram criados na fazenda toda a vida, morava em Goiás, em Goiânia, e depois me mudei para Três Lagoas, fiz técnico em enfermagem e trabalhava, daí eu vim para cá em 2015, no final

de 2014 para 2015, cheguei aqui não tinha luz, não tinha nada, era só um pedacinho aqui, e meu marido “Eu não vou ficar neste lugar”, eu trabalhava na cidade e ele ficava aqui, e quando eu chegava aqui as plantas já tinham morrido...(Rosa do Deserto)

[...] me mudei para cá, eu trabalhava no hospital e ia e voltava, mas olha o que foi difícil dois anos assim, chegava na beira da estrada e chegava de moto e parava na beira da estrada e tirava um cochilo, chegava aqui e cuidava dos animais, toda vida eu fui apaixonada por animais. Teve uma vez que eu e meu marido quase nos separamos, ele começou a beber demais da conta e não queria saber mais de nada, era uma guerra tensa, se não fosse Deus eu tinha me separado dele. Depois de 4 anos me aposentei e eu fui trabalhar para mim, o povo falava “doida você aposentou agora você pode viajar, pode passear, eu amo o que faço. Eu fiquei em depressão e quem me tirou da depressão foram eles (animais), eu falo que os animais tem mania de conversar, eu converso com meus porcos, minhas galinhas, daí foi isso que me tirou da depressão, eu não troco aqui por nada, eu amo aqui, sabe? (Rosa do deserto)

Os relatos evidenciam que a luta pela terra é, para muitas mulheres, um legado hereditário de privações e resistências. Ao rememorar os quatorze anos de acampamento de sua mãe, a agricultora estabelece uma distinção de gênero fundamental na ocupação do território: a resiliência feminina aparece como elemento central, contrapondo-se à tendência de desistência masculina frente à precariedade inicial. A constatação de que 'as plantas estavam mortas' ao seu retorno simboliza não apenas a negligência do companheiro com a unidade produtiva, mas a centralidade da mulher na manutenção da vida no assentamento. Recai sobre ela a responsabilidade de articular o trabalho externo com a gestão do lote, resultando em uma sobrecarga que evidencia a assimetria das tarefas de cuidado e produção.

Nas experiências narradas, costumeiramente, são as mulheres que mais sofrem, em consequência das condições precárias e instáveis desses ambientes, seja pela falta de estrutura, como já colocado também por outras agricultoras, seja pelas ameaças de violência (quase que) permanentes, além das questões socioeconômicas vinculadas às limitações para gerar renda. Nesse cenário, o engajamento na luta pela terra não absolve as mulheres da imposição do trabalho relativo ao cuidado e às outras atividades de (re)produção e ainda tensiona os laços afetivos.

Nas situações em que as famílias possuem filhos (crianças e adolescentes), as condições de esgotamento (físico e mental) se revelam ainda mais recorrentes e contundentes, no contexto das mulheres. Essa carga excessiva de trabalho, responsabilidade, insegurança e preocupação contrasta com a desistência mais frequente dentre os homens na luta pela terra, nas situações aqui analisadas (aspecto salientado por Rosa do Deserto); circunstância essa que contribui para ilustrar o protagonismo das mulheres na luta pela reforma agrária. No caso da agricultora em

questão, a situação se diferencia, porque ela tinha um trabalho na cidade, o que exigia um esforço para conciliar as ações no lote (tarefas produtivas, domésticas e relacionadas ao cuidado) e a jornada de trabalho externa. Tal situação reflete a realidade de muitas famílias no âmbito rural.

Concomitantemente, a relação afetiva com os animais e a lida cotidiana emergem como dispositivos de saúde mental. A superação da depressão por meio do trabalho e da convivência com a biodiversidade do lote demonstra que o assentamento, para além de um espaço de produção de mercadorias, constitui-se como um território de cura. Como propõe Paulilo (2014), o espaço doméstico e os arredores da casa (o quintal) são os locais onde a mulher camponesa exerce sua maior autonomia e encontra sentido para a resistência na terra.

Há também mulheres mais jovens que buscam dar continuidade ao legado da sua família, mas já vislumbram algumas dificuldades para permanecer no campo. Essa problemática acende um alerta importante, em especial, devido à evasão dos jovens do ambiente rural, que ameaça a sucessão familiar nos assentamentos:

Não sei até qual tempo essa raiz vai ficar, porque assim, a minha história aqui, eu ganhei uma bolsa pela prefeitura, então hoje eu estudo, né? mas a minha ideia é me formar e voltar para onde eu sou, para a minha terra. Eu sou de Goiás, então eu vou retornar para lá. Só que a dificuldade aqui que eu vejo, que eu acompanho e que eu presenciei na minha trajetória aqui, né? Que vai ter histórias lindas de dificuldades, tá? Eu não passei tanto dificuldade quanto algumas que estão aqui, né? Porque quando eu vim, quando eu cheguei, já estava todo mundo, já tinha água, já tinha luz, já tinha casa, né? Porém, a minha maior dificuldade, e a maior dificuldade que eu vejo que o assentamento enfrenta, principalmente em relação às mulheres, é em relação a empregos, né? Os empregos aqui, ou você trabalha... Então, assim, elas saem de madrugada e aí é um serviço que não tem horário para chegar, né? Porque às vezes chega à noite, às vezes chega à tarde. Então, para as mães, para essas mulheres que são mães, porque acho que quase todas que trabalham lá são mães, né? Então, elas passam o quê? Praticamente o dia distante dos seus filhos, dos seus lares. À noite, quando chega, vão fazer as coisas que tem, vão fazer de casa. E a outra parte que tem de emprego aqui é quando tem escola. Porém, lá são empregos para pessoas escolhidas, porque é política, a gente sabe como é que funciona. Então, essa é a maior dificuldade que eu encontrei aqui. a questão de trabalho, de serviço, é muito difícil. Eu dou nota 10 para essas mulheres que trabalham no Eldorado [Empresa], porque eu falo, eu não tenho peito para encarar. Serviço deles, porque elas trabalham como homens, como os homens, não tem distinção, esse serviço é para homem, esse serviço é para mulher. E chega em casa tem que ser a mãe, mulher, tudo. Não tem horário, não tem. A não ser as voltas. E quando é as voltas, é aquela correria, né? Porque eu presenciei, né? Tive tias, amigas que trabalhavam pra essa empresa. (Petúnia).

E muitas pessoas saem daqui e muitas E muitas pessoas se mudam daqui justamente por isso, questão de emprego, questão da saúde, que é pouco assistida aqui, né? Porque geralmente essas pessoas que já vem desde lá do início, elas já estão mais velhas, né? E elas precisam de um acompanhamento contínuo de profissionais da saúde, né? Não só da gente que vai lá e vê, ou às vezes você entrar em contato com a gente, muito mais, muito maior. Não vou

falar que é 100%, mas digamos que somos assistidos 50%. Também não é ruim de tudo. Mas, porém, ainda há essa lacuna que precisa ser preenchida. Mas eu vejo que o maior problema são as políticas públicas que deveriam ter um olhar maior voltado para cá. para esse pessoal que mora aqui. Muitas pessoas já se aposentaram hoje, mas muitas encontraram grandes dificuldades para se manter nesse local financeiramente, porque realmente não é fácil. Ela ali, super nova, gente, ela trabalha aqui. Ela é minha vizinha. Então, assim, eu falo, gente, eu dou nota 10 pra ela, né? Porque eu, mesmo assim, não dou conta de trabalhar, né? (Petúnia)

Petúnia afirma ter criado raízes no Assentamento, mas as suas expectativas se voltam para o território de origem. Além disso, ela reconhece que experienciou uma situação marcadamente distinta daquela vivenciada pela maioria das companheiras, haja vista que o assentamento apresentava uma infraestrutura melhor, no momento de sua chegada a esse. As mudanças geradas ao longo do tempo, no espaço de reforma agrária, refletem em experiências distintas para quem acampou e vivenciou o processo de criação do assentamento, em relação a quem chegou depois ao local, quando esse passou a apresentar melhores condições de infraestrutura, em conformidade com o exposto por Petúnia.

A narrativa de Petúnia explicita também a realidade de muitas mulheres que, diante da insuficiência da renda gerada no lote, são compelidas a procurar emprego em empresas externas. Embora Abramovay (1998) aponte a pluriatividade como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, o relato de Petúnia demonstra o custo humano dessa dinâmica para as mulheres. Ao trabalharem 'como homens' em empresas como a Eldorado Brasil e manterem as responsabilidades domésticas, essas mulheres vivenciam uma pluriatividade que, longe de ser um indicador de modernização, é um sintoma da precariedade das políticas públicas e da exaustão dos sujeitos femininos no campo. Enquanto a ausência paterna é socialmente naturalizada, a ausência materna, imposta pela necessidade de sobrevivência, é vivenciada com culpa e exaustão, configurando uma tripla jornada que compromete a saúde física e mental dessas trabalhadoras.

A escassez de oportunidades de emprego se sobressai dentre as preocupações de Petúnia. Essa limitação associada aos desafios de cunho socioproductivo, os quais dificultam a obtenção de rendas suficientes para a permanência das famílias na terra conquistada, em muitos contextos, aumenta a susceptibilidade das mulheres assentadas às relações precárias de trabalho, quando o seu desejo seria focar nas atividades desenvolvidas no lote/assentamento. Mesmo com vínculo de trabalho formal/respaldado em lei, o emprego pode acrescentar desafios emocionais e sociais à

vida das mulheres, em face (também) dos papéis associados à maternidade. Esse aspecto dialoga com a situação já assinalada aqui, na qual a agricultora se vê impedida de participar de momentos importantes da vida dos/as filhos/as, dada a urgência de propiciar renda à família por meio do trabalho externo. As cobranças sociais em torno da condição de pai se mostram distantes daquelas que recaem sobre as mães; no caso deles, a ausência, em situações como a retratada por Juá Amarelo, é naturalizada, o que convém particularizar as condições vivenciadas pelos sujeitos femininos.

Outro ponto crítico levantado por Petúnia diz respeito a supostos privilégios, que restringiriam as poucas vagas de trabalho dentro do assentamento a pessoas indicadas/favorecidas por lideranças locais; situações como as descritas por Petúnia geram conflitos, exclusão e limitam as alternativas de inserção profissional, sobretudo, para aqueles sujeitos que apresentam (mais) dificuldades para trabalhar em pontos distantes, como no caso das mulheres que são mães de crianças.

Ademais, a participante do estudo destaca o êxodo causado pela falta de empregos, ressaltando a fragilidade econômica das estratégias socioprodutivas predominantes no assentamento. Mesmo com a conquista da terra, a permanência pode se revelar inviável, sobretudo, para os indivíduos com idade avançada, em virtude da dificuldade de acesso a serviços básicos. Segundo ela, há uma assistência deficitária que não consegue atender todas as demandas da população assentada comprometendo assim a estabilidade dessas famílias. Logo, muitas pessoas enxergam como única alternativa retornar para cidade, onde há mais oferta de serviços básicos, particularmente, o atendimento médico.

O horizonte da população rural brasileira é tensionado pela incerteza quanto à sua continuidade. A viabilidade da sucessão familiar nos assentamentos não depende meramente do desejo individual da nova geração, mas da construção de mecanismos que garantam a permanência digna no campo. Nesse sentido, conforme sustentam Breitenbach *et al* (2021), o investimento em políticas públicas transversais, com recortes específicos de gênero e juventude, é o único caminho capaz de reverter a tendência de evasão e assegurar a reprodução social desses territórios.

A narrativa de Hibisco introduz uma perspectiva geracional distinta, na qual o vínculo com o assentamento não é mediado pela memória da ocupação, mas pela afetividade e pelo cuidado. Sendo a participante mais jovem, sua trajetória é emblemática dos novos dilemas da juventude feminina no campo:

Eu sou a Hibisco. Eu não tive a luta que elas tiveram aqui, mas eu vim pra cá um tempo pra ficar com a minha vó. Eu morava na fazenda dos meus pais. Eu sou muito florenta, por isso eu me emociono facilmente. Eu morava na fazenda. Eu cheguei a morar um tempo aqui também na fazenda, só que sempre era com meus pais na fazenda. Aí eu cheguei a estudar nas escolas aqui na região. Aí quando eu terminei aqui, eu fui pra cidade. Meus pais se separaram, né? Aí, dentro desse tempo, eles voltaram de novo. Eu vim morar com ela, passei um tempo com ela. Aí, acabou que aconteceu um acidente, né? Ela ficou do lado do lote. Aí eu vim e ela foi pra cidade fazer uma cirurgia. Aí eu fiquei um tempo aqui no lote sozinha, cuidando das criações todas. Mas chegou um tempo que aí eu tive que ir embora (Hibisco).

Ele tirava o leite, entregava, eu ficava na chácara, cuidava na tarde do dia todo, aí nas cinco, seis horas da tarde eu chegava. Aí ficou assim nos últimos seis meses, mais ou menos, ele trabalhou assim. Surgiu uma oportunidade pra ir na empresa, que indicou ele nessa empresa da Eldorado. Ele fez uma entrevista, foi chamado. No começo, eles falaram que ele iria trabalhar aqui dentro. Eu trabalho aqui, sem operações. Só que mudou o planejamento deles, aí teve que ser alojado. Aí, nós conversamos, tudo é mais ou menos uma coisa. Aí, ele falou pra eu aprender a tirar leite, eu aceitei. Eu acertei porque... Eu acertei porque tinha minha tia (Hibisco).

Hibisco é a mais jovem dentre as mulheres participantes da pesquisa; a sua fala revela o dilema vivenciado no campo, com elementos comuns à gama de adversidades enfrentadas pelas mulheres jovens, no espaço rural. Apesar de não viver a luta inicial, que culminou na criação do assentamento, sua trajetória foi, em partes, moldada pelas características desse ambiente, onde cresceu com seus pais e avós.

Concomitantemente, ela quase sempre esteve dividida entre o campo e a cidade, em virtude de mudanças familiares, a necessidade de processos de formação e outras circunstâncias pessoais, que marcaram a sua vida, e lhe impuseram deslocamentos constantes (e, em alguns momentos, a permanência na cidade). Com a mudança de emprego do companheiro, ela se viu obrigada a assumir as responsabilidades, até então, atribuídas a ele.

Hibisco assume tarefas historicamente masculinizadas na região, como 'tirar o leite', sem ser desonerada das atividades domésticas e de cuidado. Apesar dessas atividades parecerem emancipatórias, elas só reforçam a sobrecarga, afinal, ela não faz porque quer, mas sim porque precisa. Essa sobrecarga precoce é acompanhada pela solidão e pelo isolamento geográfico durante a semana, que a pluriatividade da família (trabalho interno mais externo) recai, em última instância, sobre o corpo e o tempo da mulher jovem. O regime de alojamento e a instabilidade descritos funcionam como dispositivo territorial que reconfigura a unidade familiar: desloca o homem e concentra na mulher jovem a gestão do lote, do cuidado e do trabalho produtivo.

Quando questionada se tinha vontade de dar continuidade aos estudos, ela respondeu positivamente, mas revelou que só cursaria a faculdade, quando o marido

deixasse o emprego, sublinhando uma renúncia dos seus objetivos, em decorrência da situação familiar atual. Como afirma Saffioti (2013), a estrutura patriarcal impõe à mulher a gestão da vida privada, transformando seus projetos pessoais em contingências secundárias diante da carreira ou do provimento masculino. A renúncia de Hibisco aos seus projetos de formação, em prol da manutenção da unidade produtiva sob uma lógica de sobrecarga, evidencia que a desigualdade de gênero é um dos vetores silenciosos da crise sucessória.

5.3 O trabalho (re)produtivo e o protagonismo feminino no campo

Ao descreverem suas principais atividades cotidianas, bem como as formas de organização, que desenvolvem para conciliar e responder às múltiplas demandas que assumem ou que lhes são atribuídas, as agricultoras mencionaram uma gama diversa de tarefas:

Eu levanto cedo, primeira coisa antes de fazer meu café, depois da minha oração, eu vou tratar das minhas galinhas, trato da leitoa, trato do gado, aí eu venho para dentro para fazer meu café e organizando, em seguida eu ligo a bomba para irrigar a horta, aí eu passo o dia no trabalho mesmo, da horta para o artesanato, lavar uma roupa, fazer comida (Margarida).

Minha rotina também é levantar cedo, trato dos animais, tem galinha, tem porco, tem leite para tirar, mas o vizinho que tira, ele tira um dia para mim e um dia para ele, porque não dou conta de tirar leite, cuido das galinhas e vou fazendo as coisas de casa também, eu que cuido do gado, trato, estou dando silagem para eles porque não tem pasto, tenho seis vacas. (Primavera - 61 anos).

Meu horário de levantar é às 5:00, meu marido fica bravo, eu falo que a prioridade é os bichos, eu vou lá trato dos porcos, das galinhas, eu tenho uns pintinhos, eu tenho chocadeira, eu converso com eles, meu bichos são assim, quando eu saio as galinhas já gritam, daí eu vou lá trato e cuido, ligo a bomba para irrigar a horta, as partes das mangueiras que o professor deu, aí fica irrigando, aí eu vou cuidando dos bichos, quando o sol está quente, eu fico para dentro e faço meus tapetes de crochê, de cordão e de tiras, lavo roupa e é assim minha rotina (Rosa do Deserto).

Eu levanto cedo, a gente levanta quatro horas, quatro e pouco. A gente levanta três horas para orar. Três horas da madrugada a gente levanta e a gente tem ensinamento que três horas tem culto no céu. Então a gente, a oração da gente, encontra quando os anjos no céu. Então Deus ouve mais nossos pedidos. Aí a gente levanta, ora, aí depois a gente já levanta. Logo o dia já está clareando, que hoje em dia é quatro e meia, cinco horas já tá aqui. A gente já levanta e eu faço café. Vamos molhar as plantas, que a gente tá plantando agora, né? Vamos molhar todas as plantas. antes do sol nascer. Aí depois que nós acabamos de molhar tudo, aí a gente vai tratar das galinhas, dos franguinhos. A gente tem chocadeira, coloca para chocar os pintinhos. E aí depois a gente vai tratar dos porcos. E depois a gente fica de boa. (Verbena)

Porque esse marido doente agora, eu vou te falar, uns tempos para cá. Depois que veio encaminhado é que a gente anda muito agora, né, atrás de médico.

Graças a Deus que Campo Grande agora eles tiraram, está só em Três Lagoas. Tem bastante coisinha que fica sem fazer agora ultimamente. Não é fácil arrumar gente para cuidar. Todo mundo tem seu serviço, todo mundo tem suas coisas para fazer. Mas a gente dá conta também, tira um leitinho [...] a gente paga sempre para as pessoas fazerem as coisas. Se for uma coisa assim mais pesada, a gente paga. Para ir ajeitando. Mas aí eu faço. Eu carpo, aí vou, levo ele para todo lado, porque os meninos têm um punhado de filhos. Cada um é mais ocupado que o outro. Então, é uma coisa simples ou de última hora mesmo. A gente ajeita e tem que espelhar. [...]. E aí eu tô levando o barco assim, graças a deus. Mas a gente fica aqui, ele gosta de ficar aqui. (Hortênsia)

As agricultoras fazem do “ato de cuidar” (o que abrange, especialmente, familiares, as respectivas criações e as hortas) a ação prioritária de seu cotidiano. Conforme os trechos supracitados, a jornada de trabalho das participantes da pesquisa se inicia antes do amanhecer (entre 3h e 5h30, conforme os relatos) e o ponto de partida da lida diária, para aquelas mulheres que não têm filhos em idade escolar, refere-se ao cuidado e manejo dos animais, sobretudo, das aves e do gado; o que reflete a expressividade da produção animal, especialmente, da pecuária leiteira entre as atividades geradoras de renda e de bens para o autoconsumo.

O trabalho doméstico e de cuidado se mescla com as atividades de cunho produtivo. As tarefas relacionadas aos cultivos, às criações, ao artesanato e o trabalho doméstico acabam se misturando na rotina dessas mulheres, sem distinções claras entre o trabalho reprodutivo e a esfera de produção, bem como, entre o tempo de trabalho e o tempo pessoal.

Ainda que as atividades domésticas e de cuidado sejam fundamentais para a manutenção da vida familiar e comunitária, elas não são reconhecidas socialmente como trabalho. Conforme Federici (2017b) e Carneiro (1998), o capitalismo se estruturou sobre a apropriação do trabalho reprodutivo das mulheres, transformando-o em uma obrigação naturalizada e não remunerada, mesmo elas sendo responsáveis pela reprodução material da vida. Essa lógica é vivenciada no cotidiano das agricultoras entrevistadas e dialoga diretamente com o conceito de “patriarcado do salário” (Federici, 2017b). Nesse contexto, a renda gerada deixa de ser apenas um recurso financeiro para se tornar um instrumento de poder. Ao não terem seu trabalho na horta, no quintal ou no cuidado com a família traduzido em renda própria, essas mulheres veem sua autonomia restrita.

Em consonância, Saffioti (2004) argumenta que a divisão sexual do trabalho consolida uma hierarquia de gênero em que o homem ocupa o espaço público e produtivo, enquanto à mulher é reservado o espaço privado e reprodutivo, mesmo quando ela também desempenha funções essenciais à economia familiar. No

contexto rural, essa hierarquia ganha contornos específicos, pois os limites entre a unidade de produção e a unidade doméstica se fundem. Essa indistinção faz com que o trabalho feminino seja frequentemente invisibilizado, dificultando o acesso direto das mulheres aos resultados financeiros da produção. Assim, a dependência da mediação masculina para a gestão da renda e a falta de reconhecimento dessas atividades reforçam o caráter patriarcal das relações no campo.

Na maioria das situações observadas, elas cuidam dos lotes praticamente sozinhas, dentro de condições que se distanciam de relações equitativas, no âmbito dos trabalhos domésticos e aqueles relativos ao espaço de produção, o que acaba gerando uma sobrecarga a tais mulheres (elemento que será abordado posteriormente). A rotina de trabalho dos sujeitos femininos, incluem, também, atividades que reforçam o caráter pluriativo de suas famílias (produção de artesanato, processos de agregação de valor aos produtos e comercialização de cosméticos e itens domésticos), cujo protagonismo é exercido pelas próprias mulheres participantes do estudo.

O último relato evidencia que, além das funções habituais, a agricultora também assume o cuidado do marido doente, tarefa desgastante e solitária, tendo-se em vista, ainda, as dificuldades relacionadas ao tratamento médico. Esse cuidado, embora demande tempo e energia e impacte diretamente outras atividades agrícolas, não é reconhecido como *trabalho*. Soma-se a isso, a fragilidade de sua rede de apoio e a responsabilidade exclusiva pelos cuidados de longa duração, obrigando-a a “dar conta de tudo sozinha”.

A narrativa também revela a ambivalência desse papel: o cuidado é compreendido como uma função natural (obrigatória) da mulher e uma expressão de afeto, que implica em renúncias, já que o marido deseja permanecer naquele espaço, ainda que isso torne a vida dela mais difícil devido ao isolamento e à distância de serviços básicos. Percebe-se, ainda, que essa agricultora raramente se coloca em primeiro lugar, como se confirma no trecho a seguir, proferido por sua irmã, que também participou do grupo focal:

A Hortênsia, ela começou desde pequena, quando a mãe esperava bebê. Ela é a mais velha, né? Ela que criou *nós tudo*. Ajudou, porque o nosso pai, nosso saudoso pai, ele era um alcoólatra. Então, quando minha mãe separou do meu pai, eu tinha quatro anos, então eu não sei da história. Eu não vivi tanto a história porque eu era muito pequenininha, mas segundo as outras quatro que é mais velha, nós somos em cinco, dele com a minha mãe. E aí ele era muito alcoólatra, a mãe trabalhava na roça com a Hortênsia, E ele ia lá com o dono da empreita que pegava o dinheiro. Quando elas trabalhavam 15, 20 dias

pegava o dinheiro e já tinha pegado e gastado tudo, bebendo tudo. Aí no final de semana uma ia *pra* cada uma na casa dos fazendeiros lavar a roupa e dar faxina nas casas pra ganhar um pedaço de sabão, um litro de banha, um litro de arroz. Sabe? Então, a minha mãe, ela relata até hoje que ela não teve marido. O marido dela foi a Hortênsia. É, minha mãe conta uma história sempre assim, minha mãe. (Brinco-de-princesa).

O relato da irmã da Hortênsia expressa o que Tronto (1993, p. 120) denomina de desvalorização política do cuidado: uma atividade central à manutenção da vida, mas que permanece socialmente invisível e imposta às mulheres. Sua trajetória sempre esteve marcada pelo cuidado com o outro: primeiro com o pai, depois com o marido. Ao longo da vida, nunca se priorizou, apenas fazia o que era necessário em cada momento. Por ser a filha mais velha, sentia-se responsável por apoiar a mãe e cuidar dos irmãos, acumulando desde cedo o peso dessa responsabilidade. Mais tarde, assumiu, ainda, o cuidado do neto, uma vez que o pai da criança (o seu filho) *seria muito jovem* para tal incumbência; Hortênsia criou o neto até a sua formação. Fez muito por todos, mas quando acreditava que teria tranquilidade ao mudar-se para o assentamento, seu marido sofreu um Acidente Vascular Cerebral - AVC, passando a depender inteiramente dela. Hoje, sua rotina gira em torno desse cuidado, o que a obrigou, inclusive, a deixar de lado a atividade que mais a alegrava: a comercialização de roupas.

O envelhecimento da população do campo, a evasão dos jovens, a precariedade no acesso a serviços básicos de saúde e os papéis socialmente impostos às mulheres confluem para que muitas agricultoras (mesmo com idade avançada) se deparem com uma carga (ainda) maior de desafios às atividades centradas no cuidado, com o passar do tempo. A fala de Hortênsia e da sua irmã ilustram o que Brumer (2004) e Siliprandi (2015) chama de 'crise do cuidado': a precariedade no acesso a serviços básicos de saúde transforma o lote no único espaço de assistência, em que os papéis socialmente impostos às mulheres convergem para que elas, mesmo em idade avançada, assumam uma carga ainda maior de cuidados. Esse fenômeno é acentuado pela ausência do Estado, que delega às mãos femininas a responsabilidade da saúde das famílias assentadas. Enquanto o envelhecimento masculino é socialmente legitimado como um período de merecido descanso, após décadas de lida pesada, sobre as mulheres recai a expectativa de uma disponibilidade perpétua. Elas seguem sendo solicitadas para o "café sempre pronto", para o cuidado com os netos ou para o zelo pelos doentes, o que aprofunda as assimetrias de gênero. Essa naturalização do servir faz com que o corpo feminino envelheça sob o peso de uma jornada que nunca se encerra.

Mulheres nas faixas etárias correspondentes à terceira idade, também, relatam o peso que a rotina exaustiva exerce em suas vidas, cujos efeitos se traduzem tanto em dores físicas, quanto em sofrimento mental. Muitas agricultoras envelhecem carregando as marcas de uma trajetória de intenso trabalho na roça desde a juventude, muitas vezes, sem qualquer cuidado ou preocupação da parte de terceiros com os desgastes acumulados ao longo dos anos; a dor física resultante (ou intensificada) por tal condição foi um dos elementos espontaneamente citado pela maioria das agricultoras, ao descreverem a respectiva rotina de trabalho:

Eu saí, colher umas coisas... aí começa aquela dor aqui, assim, quando eu estivesse fazendo tudo, aquela falta de ar, toma água e depois volta. Quem mora em sítio sempre tem serviço (Copo-de-leite).

A gente levanta num ânimo. É engraçado, aí você levanta, você quer fazer tudo. Você para e o sangue parece que esfria, você para mesmo. Aí dói aqui, dói aqui, dói ali... (Crisântemo).

Aí eu já tô abastecendo as vacas. Abastecendo todo mundo. A hora que eu tô com a bota de barro, né, cheio de feno, cheio de lama aqui, já acabou tudo, aí eu venho para dentro, tomar banho, me ajeitar. Aí que eu vou pra cozinha, né, me ajeitar. Aí já surge outra coisa, né? Eu vou levar as vacas. É assim o dia inteiro. Mas hoje eu falei, eu vou mais devagar. Eu sou muito ansiosa e eu vou. Assim, ó, uma vez, não importa. Hoje eu falei, agora eu vou mais devagar, viu? (Cravo)

As consequências de uma vida marcada pela sobrecarga de trabalho acabam surgindo, mais cedo ou mais tarde. Essas mulheres, ao longo de suas vidas, colocaram-se em segundo plano repetidas vezes. Embora as atividades domésticas e de cuidado, muitas vezes, não sejam reconhecidas como trabalho, ele é fundamental para a reprodução da vida e para a sucessão da força de trabalho no mercado. Ainda assim, pouco se discute sobre a relevância dessa tarefa, que as mulheres exercem de forma contínua, somando-a às demais responsabilidades de seu cotidiano. Dessa forma, a rotina dessas agricultoras expressa não apenas uma divisão sexual do trabalho (Paulilo, 2004), mas uma economia moral do cuidado (Tronto, 1993), sustentada pela exploração simbólica, material e afetiva do corpo feminino (Federici, 2017; Hirata e Kergoat, 2020), sendo um corpo que cuida de todos (produz, cuida e mantém a vida), mas não é reconhecido e nem cuidado.

A análise da rotina das mulheres participantes do estudo, indicou, também, que o trabalho exercido no âmbito doméstico tende a esperar um pouco mais, quando as agricultoras não têm filhos ou esses já são adultos; nesse caso, as mulheres encontram uma relativa flexibilidade na condução dos trabalhos da casa, comparativamente, àquelas que são mães de filhos em idade escolar (condição de duas participantes do

estudo). Nesse sentido, as mulheres que têm filhos pequenos enfrentam uma rotina, que difere um pouco das demais, com mais tarefas ligadas ao trabalho reprodutivo:

Também levantamos às 5:30, tomo meu café, arrumo minha caminha, tomo meu banho, arrumo as crianças para escola, mexo na horta, das aves eu cuido também, lavo a roupa, limpo a casa (Tulipa).

A minha eu levanto cedo, faço a marmita do meu esposo, levanto os meninos para se arrumar para escola, vou cuidar dos bichos também, tenho um pouco de galinhas. Essa é a rotina mesmo (Azaleia).

Percebe-se, na fala dessas duas mulheres, um fator que não foi mencionado com tanta ênfase nos outros relatos: o cuidado com os filhos. Antes de ambas iniciarem as atividades ligadas ao âmbito produtivo, são as tarefas associadas à maternidade que ganham prioridade; logo cedo, elas precisam garantir que as crianças estejam prontas para irem à escola. Mesmo nesses casos, não há delimitações relacionadas ao espaço de atuação das mulheres, que também se dedicam a atividades que aludem ao ambiente de produção.

Esse cuidado envolve não apenas a atenção física e emocional, mas também o acompanhamento da educação, a preparação dos alimentos e a organização da rotina familiar, o que amplia significativamente a jornada de trabalho dessas mulheres. Conforme Saffioti (2004) e Carneiro (1998) destacam, o trabalho materno é frequentemente naturalizado e invisibilizado, como se derivasse de uma disposição instintiva e não de uma imposição social. Essa lógica reforça o que Federici (2017b) compreende como apropriação do trabalho reprodutivo das mulheres, sustentada pela ideia de que “cuidar” é um dever moral e não um trabalho legítimo. Assim, para as mães agricultoras, o tempo é continuamente fracionado entre a esfera produtiva e a casa, entre o sustento e o afeto, evidenciando que o cuidado com os filhos representa não apenas um ato de amor, mas também uma dimensão estrutural da exploração de gênero, que se soma às demais responsabilidades de seu cotidiano, gerando uma sobrecarga expressiva em termos de trabalho e responsabilidade.

Todas as tarefas domésticas e de cuidado configuram papéis quase que exclusivos das agricultoras. Essas mulheres, em alguns momentos, acabam relegando desejos e planos pessoais, a fim de garantir o bem-estar de todo o lar. Na análise aqui proposta, observa-se que as tarefas de cunho doméstico são compreendidas como inerentes às mulheres; as agricultoras desenvolvem atividades em ambos os espaços (doméstico e produtivo), os homens, por sua vez, na sua grande maioria, ainda se mantêm distantes das atividades domésticas e relacionadas ao cuidado.

Concomitantemente, quando o Estado falha, as mulheres do campo, muitas vezes forçadas a dar conta de tudo, assumem diversas responsabilidades, o que corrobora com sua sobrecarga de trabalho:

A gente vai trabalhar nas empresas, então eu tinha minhas duas pequenas, aí tinha a minha irmã também, tinha dois pequenos, e nós deixava esses quatro em casa só, e ia trabalhar, e voltava à noite, e era aquela dificuldade toda. Mas aí a gente tinha aquela expectativa, vamos plantar, vamos fazer isso, fazer uma horta, vamos criar porco, galinha, mas quem trabalha fora? E para trabalhar dentro do sítio, é difícil. Para poder conciliar tudo, né? E ainda conciliar filho. Aí tinha reunião na escola. Se a gente deixasse um dia de serviço, a gente pedia naquela época 100 reais. E não pegava cesta. Isso, e mais o fim de semana. Então, o que a gente optava? A não ir na reunião dos filhos. E aí eles ficavam jogados, né? E essa era a rotina da gente. Aí a gente plantava as mandioquinhas para a gente passar o ano e tal, criar uma galinha. (Copo-de-leite)

Tem um dia que tinha uma apresentação da Júlia nesse palco. Eu entrei no ônibus lá, ela falou, mãe, vem, vem. Eu falava, Júlia, mãe, precisa de ajuda. Eu devia ter perdido tudo aquilo lá. Só que a gente pensa assim, meu Deus, eu preciso dar um chinelo, uma roupa, um sapato. A gente não quer deixar faltar, né? Esse dia me arreventou ela falando, eu comecei a chorar. A gente procurou deixar pra trás. Isso dói muito na gente. A gente é a mãe. Naquele dia lá, ô Jesus! Aquele dia eu fui mãe, né? Ela ia me falar, sabe como foi? Naquele dia foi terrível. (Juá Amarelo).

Essas falas, permeadas de sentimento, retratam os conflitos vivenciados pelas mulheres rurais diante da dualidade, relacionada à questão do trabalho; uma vez que esse se revela como um imperativo para o sustento dos filhos, mas que, por outro lado, reflete em ausências e limitações, em momentos de afetividade e cuidado, no âmbito das relações concernentes ao campo da maternidade. Devido a questões financeiras, as mulheres dos assentamentos estudados são obrigadas a buscar sustento fora do lote, de forma recorrente, em empresas da região; o que compromete o tempo com a família e as atividades na terra conquistada. As agricultoras denunciam as dificuldades de conciliar tantas funções como trabalhadora (funcionária), mãe, esposa, filha e agricultora sem rede apoio. Essa sobreposição de funções, apesar de ser uma marca de sobrevivência dessas mulheres, configuram barreiras ao seu bem-estar e se somam aos desafios, em torno da saúde física e mental desses sujeitos. Para além do esforço físico, essas mulheres carregam culpa, renúncia e dor emocional por não conseguirem estar presentes na vida de seus filhos, como gostariam (e/ou como 'caberia' à condição de mãe, segundo as suas concepções). O episódio relatado por Juá Amarelo, ao recordar a ausência em um momento importante da filha, expõe os dramas da dicotomia entre o afeto materno e a obrigação de sustentar uma casa; situação essa agravada pela escassez e fragilidade das políticas públicas de apoio às trabalhadoras rurais.

Mesmo que se tente afirmar o contrário, essa sobrecarga cotidiana não é resultado de escolhas individuais, mas de uma estrutura social que impõe às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pela reprodução da vida, como apontam Chodorow (1990) e Beauvoir (2016). Dessa forma, as concepções de amor e de dedicação materna, que (supostamente) permeiam as relações no interior da família, foram historicamente construídas como obrigações morais, e não constituem expressões naturais do instinto feminino. Como observa Federici (2019, p. 26), “*o que é chamado de amor é, na verdade, trabalho não pago*”, um trabalho essencial à reprodução da vida, mas é naturalizado e desprovido de valor econômico e simbólico.

Ainda que os sujeitos femininos realizem múltiplas tarefas, as quais não se limitam ao espaço de reprodução, exercendo protagonismo (também) nas atividades produtivas, percebe-se que há uma divisão entre os trabalhos que são compreendidos como de responsabilidade dos homens e aqueles que caberiam às mulheres (Schneider *et al.*, 2020). Essa cisão entre as atividades que seriam consideradas próprias dos homens e aquelas outorgadas às mulheres configura um aspecto da divisão social do trabalho, em que as dimensões exploração, dominação, subordinação e opressão estão fortemente contidas, denotando uma hierarquia do ponto de vista das relações de poder, fundamentadas nas desigualdades entre os sexos (Rocha, 2018).

Mesmo com a ampliação da participação das mulheres em diversas atividades da esfera produtiva, o patriarcado mantém sua força por meio de reconfigurações sutis (ou não), adaptando-se às transformações sociais. Como destacam Hirata e Kergoat (2020), as relações de gênero se reorganizam continuamente para preservar a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Nesse contexto, observa-se o que Guetat-Bernard (2015) denomina de gestão simbólica dos espaços: o quintal, a cozinha e os animais de pequeno porte permanecem sob responsabilidade das mulheres, enquanto o pasto, o trator e as decisões financeiras continuam associados ao domínio masculino dentro dos estabelecimentos.

Durante as discussões, as mulheres manifestaram que a execução de certas tarefas, especialmente as domésticas, decorre de uma necessidade impositiva e não de uma escolha pessoal. Essa realidade reflete a naturalização de funções que são construções sociais impostas ao gênero feminino. Tal cenário converge para a análise de Bourdieu (2012), ao argumentar que as mulheres são socialmente obrigadas a conferir uma 'aparência de fundamento natural' à identidade que lhes são atribuídas,

assumindo quase com exclusividade as 'preocupações vulgares da gestão cotidiana da economia doméstica'.

No contexto das agricultoras de Selvíria, a percepção dessas atividades como uma 'obrigação da mulher' ilustra com clareza o conceito de violência simbólica proposto pelo autor. Ocorre uma internalização da norma social que transforma a imposição em dever moral, tornando invisível o caráter opressor da divisão sexual do trabalho no ambiente rural.

Outra situação recorrente foi sobre a responsabilidade exclusiva acerca das decisões que envolvem a casa e os filhos:

Eu faço tudo porque igual já falei como eu sou o homem e a mulher da casa, eu me sinto sobrecarregada. Também, porque não tem com quem compartilhar. Quando minha filha morava comigo a gente dividia. Eu ficava com serviço de fora da casa e ela com o de dentro de casa. Ela cozinhava, a casa é pequena, mas ela cozinhava, ela lavava banheiro, ela tomava conta da lavada da roupa *né*, era por conta dela. Agora se meu filho está em casa de folga ele ainda me atrapalha, porque ele não me ajuda e eu tenho que parar o meu serviço... Comida *tá* pronta e ele não tem a capacidade de levantar de onde ele está assistindo televisão para ir lá esquentar a comida (Margarida).

Lá é nós dois. Eu e meu esposo. *Sempre nós conversamos nós dois. Sobre a criação é só eu mesmo e a casa é eu* (Orquídea).

Eu, também, às vezes me sinto um pouco, porque além de tudo isso que nós fazemos serviço da casa, os bichos para cuidar, eu ainda tenho as crianças com as demandas que as crianças têm. É o dever da escola, é o banho, é a roupa que tem que arrumar e é tudo eu que tenho que fazer. E é que nem ela falou... quando ele *tá* de folga, está de folga mesmo (Jasmim).

No primeiro trecho, a produtora relata que o filho não faz nenhuma tarefa da casa e compara a postura dele com o comportamento de sua filha, que morou no assentamento por um tempo e apresentava uma conduta diferente, pois realizava parte das atividades demandadas na casa (o trabalho era dividido). A fala da agricultora relaciona-se com as competências atribuídas aos gêneros; desde cedo, as crianças são condicionadas a um determinado papel dentro da estrutura familiar, compreendendo-se as supostas tarefas que caberiam aos meninos/homens e às meninas/mulheres (Boldrin, 2015; Lazzarini *et al.*, 2018). Além de trazer um desabafo tão expressivo sobre o tema, a agricultora também revela o peso das tomadas de decisão, processos de sua responsabilidade, uma vez que seu filho não tem interesse em participar mais ativamente das questões relacionadas ao estabelecimento e, às vezes, chega a dificultar as atividades desenvolvidas pela mãe.

As relações sociais capitalistas legitimam e aprofundam formas de subordinação historicamente construídas, embora frequentemente justificadas como

naturais. Nesse sentido, o capitalismo se apropria de instituições como a família para perpetuar a exploração da força de trabalho feminina, convertendo o cuidado e as tarefas domésticas em obrigações invisíveis e não remuneradas (Rocha, 2018). Além disso, quando os filhos homens se sentem autorizados a não participar das atividades domésticas, enquanto as filhas aprendem desde cedo a “ajudar”, podemos compreender como habitus de gênero de Bourdieu (2012), um processo que naturaliza hierarquias de poder e desigualdades de gênero. Desse modo, as estruturas patriarcais e capitalistas não são superadas, mas continuamente aprimoradas, adaptando-se para manter as assimetrias.

O segundo e o terceiro trecho supracitados revelam aspectos relacionados ao peso das responsabilidades da criação dos filhos, que recaí (quase que exclusivamente) sobre a figura feminina. Elas colocam que, além da gama de decisões relacionadas às atividades produtivas do sítio, ficam responsáveis por todas as demandas das crianças. A mesma situação não acontece com a figura masculina, que acaba se isentando das atividades de cuidado. Essas questões observadas nos assentamentos remetem à constatação esboçada por Estébanez *et al.* (2016). Tais autoras argumentam que há uma considerável flexibilidade no âmbito das atividades de produção, que contam com a participação de homens e mulheres (ainda que o trabalho dessas não seja igualmente reconhecido), diferenciando-se da esfera das atividades de reprodução, na qual a mulher, senão é a responsável única, é aquela a quem se atribui a maioria das tarefas.

As falas das agricultoras traduzem aspectos, que remetem ao significado da negligência de muitos homens em relação às atividades rotineiras, próprias do espaço de reprodução. Em contraposição a isso, observam-se sujeitos sobrecarregados com o acúmulo de tantas tarefas (as mulheres), que são invisibilizadas. Essa invisibilidade se expressa pela relação patriarcal, por meio dessa, as atividades realizadas pelos homens representam um maior valor agregado ao capital. Enquanto isso, as mulheres continuam trabalhando na esfera doméstica, nas atividades produtivas e seguem contribuindo para o capital, seja a partir da produção de mercadorias ou possibilitando os bastidores da vida do seu marido e filhos, mesmo diante da desvalorização do seu trabalho (Araújo *et al.*, 2020).

Há inúmeras contradições internas no sistema capitalista, e uma das mais perceptíveis é que o mesmo sistema que se apoia na força de trabalho das mulheres é também aquele que desvaloriza as atividades ligadas à reprodução social como educar,

alimentar e cuidar. Fraser (2016) evidencia essa contradição ao afirmar que o capitalismo depende do cuidado e do trabalho reprodutivo para sustentar a vida, mas, paradoxalmente, os trata com invisibilidade e precariedade, relegando-os a uma esfera de menor valor social e econômico.

Além disso, algumas mulheres que, em razão da idade, já não conseguem mais desempenhar atividades produtivas no assentamento, costumam afirmar que “não fazem nada”, pois dedicam-se ‘apenas’ aos afazeres domésticos. O que muitas não percebem, entretanto, é que o trabalho doméstico, ainda que frequentemente desvalorizado ou invisibilizado, também constitui uma forma legítima de trabalho:

Eu só cuido de casa mesmo, *pra* ter que falar a verdade. É o Zé que sabe, é o marido que faz tudo. Eu faço dentro de casa. Antigamente eu capinava até lá na beira da estrada. Hoje eu não capino mais não, *pra* falar a verdade (Antúrio).

Não, eu morava lá na São Francisco, na Fazenda. Aqui, quando nós entramos, tinha uns barracos na estrada. Depois que o pessoal mudou *pra* cá. Aí, com o tempo, o fazendeiro vendeu lá. Aí, *nós viemos pra* cá. É isso aí que nós estamos vivos. E aí, eu *tô* aqui na luta aí. Trabalhando, né? Meu marido *tá*, eu só Planto Rosa. Meu marido que toma conta. Eu não aguento mais. Mas já trabalhei muito (Antúrio).

Essas falas evidenciam que o envelhecimento feminino é socialmente associado à improdutividade e que as próprias mulheres tendem a interiorizar tal noção. Como aponta Rago (1998), a mulher moderna foi moldada sobre os pilares da disciplina do trabalho e pela interiorização de normas, que definem sua utilidade a partir do sacrifício e da produtividade. Assim, quando a mulher envelhece e enfrenta limitações, sobretudo físicas, passa a ser percebida como inútil perante um sistema que valoriza o corpo, apenas, enquanto força produtiva.

Essa visão se conecta ao que Federici (2017a) identifica como a lógica capitalista de exploração dos corpos femininos, que valoriza o trabalho reprodutivo enquanto necessário e produtivo, mas o descarta quando deixa de gerar lucro ou força de trabalho. Da mesma forma, Fraser (2016) observa que o capitalismo contemporâneo se sustenta em uma contradição entre acumulação e reprodução social: depende do cuidado e da vitalidade das mulheres, mas, ao mesmo tempo, destrói as condições que permitem que esse cuidado aconteça. Assim, o envelhecimento feminino mostra o limite dessa lógica, de modo que o corpo da mulher idosa pode não ser mais “produtivo” para o mercado, mas continua essencial para manter a vida e os vínculos afetivos dentro da casa e da comunidade.

Quando foram questionadas se sentiam-se sobrecarregadas, a maioria expressou condições que revelam a sobrecarga de trabalho, em sua rotina. Essa situação faz com que tais mulheres desempenhem jornadas excessivas, sentindo-se extenuadas com a gama de atividades desempenhada:

Sim, meu marido é aquele que não tem iniciativa. Você tem que falar vai e faz isso. Ele faz e “Ah, mas eu tô cansado”, “ah você é mulher de ferro”. Não é mulher de ferro, então tem hora que sabe.... Tem coisa que o marido pode fazer e acaba como eu não tenho paciência de esperar a hora dele, eu acabo fazendo, por exemplo, eu gosto de levantar e cuidar dos meus animais para depois eu vir para dentro e ele não. Até ele tomar café são nove horas. Nove horas.... Então assim tem vez que eu sinto sobrecarga. Por exemplo, eu quero fazer um barracão para fazer farinha. Eu gosto. Eu amo fazer farinha. Tem que fazer, tem que fazer. Comprei tem que fazer. “Depois” não manda depois (Rosa do Deserto).

Nessa e em outras falas, observam-se questões, as quais sugerem que o comportamento dos homens reflete uma liberdade (maior) para definir as atividades e o tempo, em que essas serão realizadas. Por vezes, obedecendo aos condicionantes do seu *próprio tempo*, os homens se esquivam de ações, que a princípio lhes cabiam; essa conduta obriga as mulheres a assumirem outras (mais) tarefas. As situações observadas, nesse sentido, endossam a ideia de que “no campo do gênero os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta (...)” (Saffioti, 2004, p. 50). No contexto dos sujeitos femininos, participantes do estudo, a urgência das atividades relacionadas à casa, ao quintal e ao espaço produtivo se impõe com mais frequência, afastando-se a possibilidade do “*depois eu faço*”, expressão recorrente entre os companheiros e filhos das agricultoras. Tal conduta agrava a sobrecarga de trabalho do público feminino.

A realidade vivenciada por muitas mulheres do campo que cuidam dos serviços da casa sozinhas é essa (Rosenau *et al.*, 2024). Por esse motivo, frequentemente, elas acabam desviando o foco de suas atividades de preferência para realizar atividades de reprodução, que lhes são impostas (conforme observado na presente pesquisa). A divisão equitativa da carga de trabalho, abrangendo também os espaços de (re)produção, permitiria a essas mulheres uma maior liberdade para gerenciar a respectiva rotina, ampliar o tempo de dedicação às atividades de preferência e, também, para o autocuidado. Isso requer o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres, que geralmente é compreendido como “ajuda” ou algo “leve”, entretanto, conforme pontua Brumer (2004), o caráter de ‘pesado’ ou ‘leve’ da atividade, é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades, os sujeitos femininos executam todo tipo de trabalho.

Outra questão levantada espontaneamente pelas mulheres diz respeito ao fato de não dirigirem. Uma das participantes do grupo focal relatou sentir-se dependente do marido em diversas situações, especialmente por precisar dele para conduzir o veículo, quando deseja visitar pessoas de quem gosta:

Outra coisa que acho difícil é que eu não dirijo. E a gente tem a caminhonete e a moto. Aí ele pega e fala assim eu vou em tal lugar *munta* na moto e vai onde ele quer. Se eu falo eu quero ir lá na minha amiga, aí ele fala assim: que horas você quer ir que eu vou te levar. Ele se propõe a levar, mas eu quero aprender dirigir *para mim* não depender para hora que eu falar quero ir em tal lugar eu pego e vou (Orquídea).

Na maioria das situações, apenas o homem possui habilitação, de modo a restringir as condições de mobilidade das agricultoras, ampliando a sua dependência em relação ao marido e/ou filho(s); tal circunstância, em muitos casos, pode limitar as condições de sociabilidade das mulheres do campo (conforme evidenciado na fala acima), inviabilizar algumas estratégias de geração de renda/comercialização e tornar (ainda mais) desafiador o acesso a serviços básicos por parte do público feminino. Acrescenta-se que quando as mulheres não possuem liberdade de locomoção, pode-se observar o agravamento da vulnerabilidade socioeconômica do público feminino e o aumento dos riscos inerentes às situações de violência doméstica. Nesses casos, a dificuldade de sair de casa para buscar ajuda é agravada pela distância até a cidade ou até sua rede de apoio. A falta de habilitação e/ou de veículo, associada à precariedade (ou impossibilidade) no acesso ao transporte público, resulta em obstáculos, que restringem ainda mais a autonomia das mulheres do campo. Nesse sentido, os desafios em termos de mobilidade por parte das agricultoras, os quais frequentemente se revelam mais severos no contexto de vida das mulheres, comparativamente à condição vivenciada pelos agricultores (homens), não apenas limitam a sua liberdade, mas também contribuem para o isolamento social e a vulnerabilidade socioeconômica, com repercussão direta sobre a sua qualidade de vida.

Essa situação exposta pelas agricultoras materializa o que bell hooks (2000) define como base da autonomia feminina que é o direito de decidir, seja sobre o próprio corpo, o uso do tempo ou o deslocamento. Nessa perspectiva, a restrição da mobilidade constitui uma forma de controle patriarcal sobre a liberdade das mulheres, pois limita não apenas o acesso a espaços físicos, mas também o exercício de sua cidadania e o direito de escolha. Essa reflexão encontra ressonância em Vandana Shiva (2016), ao afirmar que a autonomia das mulheres também está profundamente vinculada ao direito de decidir sobre os meios de vida, o território e a relação com a natureza. Para a autora,

a perda da autonomia material é uma expressão do mesmo sistema que controla seus corpos e seus movimentos. Concomitantemente, ao somar os problemas causados por não ter o CCU (discutida anteriormente) à impossibilidade de dirigir, a dominação sobre o corpo e território é total. Assim, tanto na esfera íntima quanto na esfera produtiva, as restrições impostas às mulheres do campo revelam um padrão de dominação interligado, que atua simultaneamente sobre o corpo, o espaço e o ambiente.

Segundo Araújo *et al.* (2020), a mulher no campo sofre (ainda mais) com a exploração do capital, já que as atividades exercidas por elas não são valorizadas e nem remuneradas de forma justa. Por consequência, esse processo também acarreta em uma desvalorização por parte da família; isso pode repercutir, também, na não valorização e reconhecimento das próprias mulheres que, ao não compreenderem a relação desse sistema, aceitam condições desfavoráveis.

Não se pretende lançar mão de uma visão generalizadora sobre as mulheres rurais, reconhecendo-se que os sujeitos femininos apresentam experiências diversas, na condição de mulheres agricultoras, e que as relações de poder entre gêneros apresentam múltiplas nuances. Entretanto, é importante reconhecer que a assimetria, que permeia as relações de poder entre homens e mulheres, tende a invisibilizar o trabalho exercido pelos sujeitos femininos, sobretudo, no que tange às atividades relacionadas ao cuidado e às tarefas domésticas (Brumer, 2004; Guetat-Bernard, 2015; Araújo *et al.*, 2020; Hirata; Kergoat, 2020; Serpossian *et al.*, 2022). Esse aspecto contribui para que a sobrecarga de trabalho configure um traço do cotidiano de muitas mulheres rurais, conforme elementos aportados nesta pesquisa.

Assim, a análise das rotinas, das relações familiares e das práticas de cuidado evidencia que o patriarcado rural não é apenas uma estrutura econômica, mas também uma organização moral (Paulilo, 2004). As agricultoras de Selvíria sustentam a reprodução da vida com seu tempo, seus corpos e suas emoções, compondo o que Tronto (1993, p. 120) denomina de “moralidade do cuidado” e Fraser (2016) interpreta como a base invisível da reprodução social. Nessa economia moral, o trabalho feminino configura o eixo primordial de geração e sustentação da vida e, ao mesmo tempo, desvalorizado e invisibilizado; aspectos esses que contribuem para que as mulheres sigam vivenciando condições de sobrecarga, subordinação e subalternidade.

5.4 As atividades relacionadas à questão da pluriatividade

Nas últimas décadas, o debate sobre o trabalho rural tem evidenciado a pluriatividade como um dos elementos centrais da reestruturação socioprodutiva do campo brasileiro. Com a modernização da agricultura, a conseqüente redução da absorção de mão de obra no meio rural e as mudanças nas políticas agrárias, as famílias camponesas passaram a buscar novas formas de reprodução social, diante da drástica diminuição do trabalho assalariado disponível na agropecuária. Nesse contexto, muitas delas optaram por diversificar suas fontes de renda (Kageyama, 2003; Carneiro, 2008), a partir (também) do desenvolvimento de atividades não agrícolas.

A pluriatividade, de acordo com Schneider (2003) e Wanderley (1999), refere-se à combinação de múltiplas atividades econômicas, articulando produção agrícola, transformações caseiras e trabalhos não agrícolas. Para as mulheres rurais, tal fenômeno tem gerado significados que extrapolam a dimensão econômica, representando uma estratégia de autonomia, reprodução social e, em alguns casos, de resistência às condições de subordinação impostas pelo sistema hegemônico.

Essa gama de atividades não fica restrita somente ao aspecto econômico: ela reflete mudanças nas relações sociais, nas dinâmicas de gênero e nas formas de inserção das famílias rurais no mercado e na sociedade. Para Silva (1999), a pluriatividade representa uma alternativa que permite às famílias permanecerem no meio rural, ainda que reconfigurando o modo de vida tradicional camponês. Dessa forma, essas famílias conseguem manter-se no campo sem depender exclusivamente da produção agrícola, combinando diferentes estratégias. Tais práticas expressam a capacidade adaptativa e a resistência do campesinato, que, ao longo do tempo, tem reinventado suas formas de existir e produzir, conforme as exigências e transformações do mercado.

Dentre os casos aqui analisados, a pluriatividade manifesta-se, sobretudo, nas atividades conduzidas por mulheres, como a produção artesanal e a transformação de alimentos, práticas que visam agregar valor aos produtos e ampliar as fontes de renda. Tais iniciativas não apenas complementam o orçamento familiar, mas também expressam uma busca por emancipação feminina em um contexto no qual os homens ainda detêm a maior parte das decisões financeiras.

Como observa Paulilo (1987), o trabalho das mulheres no meio rural é frequentemente rotulado como uma simples “ajuda”, mesmo quando é ele que constitui

a base para a reprodução e manutenção cotidiana da família. Tratam-se de atividades protagonizadas pelas agricultoras; são elas que participam e gerenciam todas as etapas: como produzir, embalar, analisar as oportunidades de mercado e comercializar por meio dos circuitos curtos, de maneira a gerar renda a partir de algo concebido por elas mesmas.

Concernente a tal contexto, foram mencionadas/observadas atividades que revelam o caráter pluriativo, no âmbito da maioria das famílias das mulheres participantes dessa pesquisa. As atividades desenvolvidas dentro dos estabelecimentos, relacionadas à pluriatividade, são desenvolvidas pelas mulheres e incluem, especialmente, processos relacionados à agregação de valor aos produtos e à produção de artesanatos. Dentre os itens produzidos, destacam-se doces, compotas, conservas e itens artesanais para decoração (como tapetes de crochê, cestas e caixas confeccionadas com folhas de bananeira):

O que eu mais gosto de fazer é mexer na horta, botar a mão na terra. Essa é minha atividade principal. É botar a mão na terra. Eu gosto de artesanato, eu gosto de todos os serviços, mas botar a mão na terra lá na horta é a principal atividade (Margarida).

Parte das mulheres comercializa os seus produtos na feira, realizada no centro da cidade (Selvória-MS), e atendem a encomendas que partem (também) de famílias do próprio assentamento:

Meu horário de levantar é às 5:00, meu marido fica bravo, eu falo que a prioridade é os bichos, eu vou lá trato dos porcos, das galinhas, eu tenho uns pintinhos, eu tenho chocadeira, eu converso com eles, meu bichos são assim, quando eu saio as galinhas já gritam, daí eu vou lá trato e cuido, ligo a bomba para irrigar a horta, as partes das mangueiras que o professor deu, ai fica irrigando, ai eu vou cuidando dos bichos, quando o sol está quente eu fico para dentro e faço meus tapetes de crochê, de cordão e de tiras, lavo roupa e é assim minha rotina (Rosa do Deserto).

E você vende (Narrador)?

Vendo sim, faço doce também, é cansativo, mas quando você faz a coisa com prazer é gratificante, você faz com amor, se você for cuidar de uma coisa tem que cuidar com amor, senão não vai para frente (Rosa do Deserto).

Nesse trecho, a assentada descreve um pouco de sua rotina e revela como insere pequenas atividades que lhe proporcionam prazer ao longo do dia. Em suas falas, é possível identificar aspectos que dialogam com a reflexão de Federici (2019) sobre o trabalho não remunerado disfarçado de amor. Essa “entrega” pela paixão,

todavia, esconde uma armadilha: ele se empilha sobre as tarefas domésticas não redistribuídas.

A pluriatividade, nesse contexto, assume grande importância para as mulheres, pois representa uma estratégia que permite ampliar a autonomia e a rede de sociabilidade dos sujeitos femininos, tendo-se em consideração, também, a presença e o protagonismo conquistados nas feiras e em outros espaços de comercialização. No entanto, essa autonomia ocorre sem uma redistribuição efetiva das tarefas domésticas, o que faz com que a pluriatividade, ainda que empodere, também aumente o volume de trabalho e o cansaço diário das mulheres rurais.

Mesmo com essas questões, é importante reconhecer que a pluriatividade não apenas implica na diversificação da renda, mas pode constituir uma estratégia para a valorização dos saberes tradicionais, da criatividade e da identidade feminina no meio rural. O artesanato, além de ser trabalho, é também expressão cultural e afetiva, reafirmando o papel das mulheres como agentes centrais na manutenção da economia familiar, da cultura camponesa e das redes de solidariedade entre as agricultoras.

A fala a seguir revela uma trajetória de adaptação e diversificação produtiva. A agricultora transita entre diferentes formas de artesanato, o que mostra sua capacidade de aprender, (re)inventar e adaptar o seu trabalho às condições materiais e ao contexto local:

Eu não fazia outro tipo de artesanato, assim igual ao que eu trabalho com a fibra natural hoje, eu trabalhava com barro e com crochê, fazia biquíni, chapeuzinho e enxovalzinho de bebê, fazia de tudo de crochê, fazia vasilhas de barro, aí eu acendia o fogão de lenha e queima meus vasilhas dentro do fogão, porque eu não tinha um lugar específico para queimar, né, aí hoje quase não faço crochê, só hoje aqui que estou fazendo uma encomenda que é um sapatinho de bebê que é minha encomenda, e aí faz muito tempo que estou focada só no artesanato de fibras naturais (Margarida).

A produtora articula técnicas tradicionais do artesanato, como o crochê, com novas práticas voltadas à sustentabilidade, demonstrando capacidade de adaptação e inovação. Mesmo sem dispor de infraestrutura adequada, criou condições para desenvolver sua produção artesanal, o que evidencia o potencial criativo e a autonomia das artesãs, que transformam o espaço doméstico em um ambiente de trabalho e criação. Suas peças expressam não apenas habilidade técnica, mas também uma forma de resistência e diálogo com o meio, em que a arte se torna instrumento de expressão, identidade e permanência no campo.

Além disso, observa-se uma demanda crescente no mercado por artesanatos sustentáveis e por práticas que envolvem o reaproveitamento de materiais. Nesse

contexto, a agricultora integra, em sua rotina, os princípios da agroecologia para além da esfera da agropecuária, ao transformar resíduos e elementos produzidos em seu próprio quintal em peças artesanais, que geram renda e contribuem para sua permanência no campo. Essa prática remete ao pensamento de Shiva (2016), que associa o fazer feminino à preservação da vida e à sustentabilidade ecológica. Assim, o trabalho das mulheres rurais materializa uma ética do cuidado com a terra e com a comunidade, na qual produzir, reciclar e transformar significa resistir às lógicas predatórias do capitalismo.

Dessa forma, as mulheres conseguem gerar uma renda extra com o artesanato, o que impacta positivamente, também, na sua autoestima; as decisões sobre os produtos gerados por meio dessa atividade dizem respeito somente a elas, o que evidencia a relevância dessa prática para o fortalecimento da autonomia desses sujeitos.

Os casos analisados na presente pesquisa apresentam repercussões que dialogam com as constatações pontuadas por Santos e Roberti (2023). Essas pesquisadoras observam que o artesanato surge como uma maneira de conseguir maior autonomia e mobilidade das mulheres rurais para outros espaços, ampliando a comunicação com outras pessoas e redes de afetos com objetivo de aproximar, diante de tantas condições de distanciamento vivenciadas no contexto rural. É possível observar a ampliação da gama de relações e de contatos das mulheres envolvidas com a atividade em questão (dentro e fora do assentamento), como consequência da produção e comercialização de seus artesanatos, os quais foram descritos com orgulho e satisfação.

Dessa forma, a pluriatividade, ao ser protagonizada pelas mulheres assentadas, evidencia a complexidade das transformações do trabalho e da vida no campo contemporâneo. Suas práticas configuram-se como estratégias de permanência e autonomia econômica, mas também como formas de resistência simbólica às estruturas patriarcais que ainda sustentam a divisão sexual do trabalho. Como postula Carneiro (2008), é por meio da pluriatividade e da valorização de seus saberes, que as mulheres camponesas constroem novas formas de pertencimento e resistência, ressignificando o trabalho como prática de autonomia e continuidade da vida rural.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a pluriatividade em Selvíria não é apenas uma estratégia econômica de sobrevivência, mas um ato de (re)existência. Embora reconhecida como caminho de autonomia, ainda é marcada por contradições

profundas. As mulheres assumem múltiplas frentes de trabalho, mas a redistribuição das tarefas domésticas e o reconhecimento pleno de seu papel na esfera produtiva continuam limitados. Essa constatação reforça a urgência de políticas públicas que valorizem de forma efetiva o trabalho das mulheres no campo e contribuam para a ruptura com a lógica que naturaliza a sobrecarga e a invisibilidade do seu esforço diário.

5.5 O vínculo afetivo com a terra e a racionalidade do cuidado

A diversidade produtiva, característica dos lotes das mulheres participantes do estudo, fomenta a dinamicidade da rotina de trabalho dessas agricultoras. Ainda que em termos de área, predominem as pastagens, e a pecuária leiteira consista na principal atividade geradora de renda, os estabelecimentos, em sua maioria, caracterizam-se pela diversidade de cultivos e de criações; embora essa característica torne-se menos expressiva durante o período de estiagem.

É o trabalho delas que prevalece na lida relacionada à produção de alimentos nos quintais; a horta, o pomar e as pequenas criações são componentes mantidos por meio dos seus cuidados. As plantações que extrapolam esses espaços também são, em sua maioria, iniciadas, mantidas e administradas por elas. Os aspectos resultantes das reflexões geradas pelo grupo focal revelam o protagonismo das mulheres, também, no âmbito produtivo, como fica explícito em seus relatos. Isso contraria a tendência que caracteriza o trabalho exercido pela mulher, no contexto agrícola, como mera ajuda, e atribui ao homem o papel central no trabalho relacionado à produção, concedendo-lhes o *status* de ‘verdadeiros agricultores’ (Guétat-Bernard, 2015; Serpossian *et al*, 2022).

A menção à participação masculina, no rol de atividades relativas aos estabelecimentos, ganhou contornos mais expressivos, nos momentos em que foram abordadas as ações relacionadas à pecuária; verificou-se a tendência de os homens desempenharem tarefas no campo dessa atividade, sendo as demandas referentes à bovinocultura, aquelas que se sobressaem. Isso, no entanto, não significa que as mulheres se isentam do trabalho relacionado ao gado. Em um dos casos, a agricultora participante do estudo declarou que “(...) tem leite para tirar, mas o vizinho que tira, ele tira um dia para mim e um dia para ele, porque não dou conta de tirar leite (...)” (Primavera). Entretanto, ainda que necessite do auxílio do vizinho para a execução da ordenha, essa participante do grupo focal deixa claro que o manejo dos animais é

protagonizado por ela: “(...) eu que cuido do gado, trato, estou dando silagem para eles porque não tem pasto, tenho seis vacas” (Primavera).

No caso particularmente das duas mulheres, mães de crianças, as atividades desempenhadas para além do ambiente doméstico relacionam-se, sobretudo, com a horta e as pequenas criações, ainda que realizem algumas ações tocantes ao espaço de produção. Essa característica está associada com a elevada demanda que recai sobre essas mulheres, no que diz respeito às tarefas relacionadas ao espaço de reprodução, conforme já pontuado.

Foi justamente nos relatos referentes aos papéis desenvolvidos fora de casa (nos quintais, nas roças e nas pastagens), que foram percebidos os elementos mais marcantes, em termos de afetividade, no contexto dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres. Quando questionadas sobre as atividades de cunho produtivo, especificamente, houve a seguinte resposta: “[...] é cansativo, mas quando você faz a coisa com prazer é gratificante, você faz com amor, se você for cuidar de uma coisa tem que cuidar com amor, senão não vai para frente” (Rosa do Deserto). Isso sugere que, apesar do cansaço, elas realmente visualizam um propósito no trabalho desenvolvido na esfera produtiva e muitas vezes encontram, nesse, motivos para a sua realização; condição não observada nos relatos relacionados às atividades pertinentes ao âmbito doméstico, contrariando aspectos ditados pelas relações patriarcais de gênero.

As mulheres também partilharam com a equipe de pesquisa suas atividades favoritas no estabelecimento, o que fez lançar luz, mais uma vez, sobre o trabalho desenvolvido do *lado de fora da casa*:

O que eu mais gosto de fazer é mexer na horta, botar a mão na terra. Essa é minha atividade principal. É botar a mão na terra. Eu gosto de artesanato, eu gosto de todos os serviços, mas botar a mão na terra lá na horta é a principal atividade que gosto (Margarida).

Eu também sou minhas plantas. Eu gosto de aguar de manhã, à tarde (Girassol).

O meu é cuidar da horta. Eu amo. Quando eu tô estressada, nervosa, eu vou para a horta e cuidar dos meus bichos. Não gosto de serviço de casa, eu sou meio inimiga, eu faço porque tem que fazer. Se eu pudesse, eu não faria. Mas cuidar da horta eu amo (Rosa do Deserto).

Eu, particularmente, o que eu gosto de fazer é cuidar das plantas. Tanto das plantas de comer, que eu mais gosto de fazer, como das plantas flores. Eu amo, sou apaixonada pelas minhas flores, pelas plantas de comer também. Mas se eu pudesse, eu ficaria só do lado de fora cuidando das plantas. Plantando, podando, dando amor e carinho para elas (Brinco-de-princesa).

A maioria delas relatou o contato com a terra e com as plantas como algo inegociável. A forte relação das mulheres com a terra presente nessas falas expressa o fortalecimento de uma identidade de luta e resistência (Fraga; Noronha, 2017). A trajetória das mulheres participantes desse estudo apresenta uma forte relação com o campo, que remonta aos tempos de suas infâncias. Condição que se reflete no repertório de experiências e saberes desses sujeitos, em relação aos assuntos que envolvem a agricultura.

Os relatos das mulheres evidenciam que o trabalho na terra, particularmente o cuidado com a horta, as plantas e as criações, constitui-se para elas como espaço simbólico de liberdade, autonomia e prazer. Expressões como “botar a mão na terra”, “isso é uma terapia pra mim” ou “eu também sou minhas plantas” ultrapassam a dimensão material da produção e apontam para o que Saffioti (2013) denomina a “alma do trabalho feminino”, uma prática atravessada por afetividade, cuidado e resistência, mesmo dentro de uma estrutura que historicamente subordina as mulheres à esfera reprodutiva e invisibiliza seu papel produtivo. Dessa forma, de acordo com a fala das agricultoras, o “lado de fora da casa”, surge como um espaço que desafia a lógica patriarcal que confina o feminino ao lar. A fala de Rosa, que afirma “não gosto de serviço de casa, faço porque tem que fazer”, é emblemática: ela distingue entre o trabalho obrigatório, que é socialmente imposto, do trabalho com sentido, que emerge do vínculo com a natureza (e da sua relação com a terra conquistada), o que dialoga com a sua vontade e exprime realização.

Nesse sentido, o trabalho concernente a sua condição de agricultora assume um caráter diferenciado na rotina das mulheres, pois é por meio dele que esses sujeitos redefinem o mesmo e desafiam a hierarquia patriarcal da divisão sexual do trabalho, que associa ao homem o papel de provedor e à mulher o de cuidadora (Paulilo, 2012). Ao afirmarem “eu também sou minhas plantas” ou “plantei almeirão *pra mim* comer uma saladinha”, as mulheres inscrevem-se em uma lógica de produção não voltada à acumulação, mas à vida, fundamentado no que Siliprandi (2015) identifica como racionalidade do cuidado, base das práticas agroecológicas femininas que tem como fundamento a produção voltada para a vida e não para o lucro. Assim, o ato de cultivar, alimentar e cuidar constitui uma forma de resistência. Esses elementos acentuam a terra conquistada como espaço de produção (i)material, em que a autonomia feminina é constantemente forjada e (re)significada.

Os relatos que destacam o vínculo com os animais que reforçam essa dimensão afetiva e libertadora do trabalho:

Assim, eu gosto das minhas galinhas, eu chego lá, elas parecem que conversam comigo. Eu ainda estou ali lá em casa, elas ouvem minha voz. Fala, bicho, já estão me chamando. Aí eu vou lá, e as minhas criações lá. Só de eu chamar elas, É, berra lá longe, mas responde. Eu falo, vixi, ela já tá sabendo que eu tô chamando. E as plantas, assim, mas não verdura... eu gosto de plantar mandioca, plantar as coisas assim, cenoura. Não sou muito na parte das folhas (Begónia).

E gosto também de mexer com as galinhas. Porque a gente vai, chega dentro do galinheiro, a hora que eles vêm, aí eu andando, ou eu, ou meu esposo andando no quintal, eles já vêm tudo na beira da tela. Nosso galinheiro é bem grandão, né? Vem tudo na beira da... A hora que a gente entra com a bacia cheia de... A hora que eu entro com a bacia cheia de ração, eles vêm tudo e põem em cima da bacia. E aí a gente vai indo, vai comendo umas em cima, outros embaixo. Tem que ir arrastando os pés assim, porque senão pisa neles aí. É, é. Eu amo, isso é uma terapia pra mim, eu amo. É mexer com verdura e com as galinhas (Verbena).

Prefiro tá carpindo, tá mexendo com vaca, porco, galinha do que tá mexendo com casa (Onze-horas).

Essa satisfação relatada, contudo, convida-nos a uma reflexão: até que ponto o prazer no quintal não acaba por camuflar a manutenção de uma estrutura que ainda sobrecarrega a mulher? Essas atividades não devem ser vistas como uma via de 'libertação', mas sim como partes fundamentais da esfera reprodutiva. É necessário questionar por que o trabalho produtivo é considerado superior às tarefas de cuidado que garantem a sobrevivência no campo. Ao entendermos o cultivo doméstico e o trato dos animais como extensões da reprodução, percebemos que a invisibilidade e a exploração também estão presentes ali. Assim, em vez de separar produção e reprodução, o que vemos é uma interdependência: o trabalho reprodutivo é o que sustenta a família, mesmo permanecendo sem o devido reconhecimento econômico.

Begónia expressa esse vínculo ao afirmar que gosta das galinhas porque “parece que conversam comigo”, descrevendo uma relação sustentada, também, na afeição e na satisfação, construída a partir da lida diária, alicerçada no cuidado com as criações e outros elementos, que compõem o seu quintal. De modo semelhante, Verbena narra com entusiasmo o cotidiano do galinheiro e conclui: “eu amo, isso é uma terapia *pra* mim”. Essas falas evidenciam uma forma de trabalhar que se distancia da lógica da produção industrial, apregoada pela revolução verde, centrada na exploração, no acúmulo e na produtividade, e se aproxima de um fazer pautado em vínculo e sensibilidade. Já Onze-horas sintetiza esse deslocamento simbólico ao dizer: “prefiro

tá carpindo, tá mexendo com vaca, porco, galinha do que tá mexendo com casa”, contrapondo o trabalho doméstico ao trabalho na terra, vivido como atividade livre, viva, gratificante e prazerosa.

Ao encontrar sentido e satisfação na lida relacionada à terra, essas mulheres não apenas sustentam suas famílias, mas reconstróem o significado social do trabalho das mulheres, conferindo-lhe dignidade e poder transformador. Nesse processo, o cuidado deixa de ser sinônimo de subordinação e torna-se expressão de autonomia, satisfação e resistência.

Contrastando, as falas das agricultoras revelam diferenças expressivas entre o modo como se expressam dentro de casa e nos ambientes que configuram os seus quintais, roças e áreas de criação. Muitas relataram que, dentro de casa, ainda enfrentam dificuldades para opinar sobre decisões familiares ou econômicas, como colocado nos trechos abaixo:

Tudo dele, tudo dele. Vou te falar a verdade, tudo dele. O dia que Deus me abençoar por aposentar, Se for pela vontade de Deus, aí sim, aí eu falo, eu terei meu dinheiro. Mas enquanto isso, depende tudo dele. (Antúrio)

Mais de decisão sérias mesmos, então se for a gente senta os dois, aí vale a dele. Se for uma coisa. Mesmo assim, ai coloco o dedinho (Crisântemo).

Lá é nós dois. Eu e meu esposo. Sempre nós conversa nós dois. Sobre a criança é só eu mesmo e a casa é eu (Tulipa)

Nos relatos, observa-se, inicialmente, o caso de uma mulher que, por questões de saúde, deixou de atuar na produção e passou a depender integralmente das decisões do marido, inclusive no aspecto financeiro. Sua fala expressa a ansiedade em alcançar a aposentadoria e, assim, conquistar uma fonte própria de renda que lhe garanta autonomia sobre seus gastos e escolhas pessoais. No segundo caso, descreve-se uma situação recorrente, a partir das quais as mulheres afirmam que as decisões familiares são tomadas de forma “coletiva”, mas, ao longo dos diálogos, observa-se que a palavra final pertence ao homem, sobretudo, quando se trata de decisões que envolvem valores mais altos. Por fim, surge um cenário também frequente, no qual as mulheres possuem maior liberdade decisória apenas em questões de cunho doméstico, não porque lhes é concedida autonomia, mas porque os homens se isentam das responsabilidades correlacionadas, delegando a elas o ato de cuidar e a gestão da vida familiar.

Não se pretende afirmar que inexistam casos de decisões realmente compartilhadas, mas, de modo geral, os relatos revelam que a suposta “tomada de

decisão conjunta” é, em grande medida, caracterizada por uma igualdade ilusória, que constitui um dispositivo para o mascaramento da desigualdade; condição que contribui, inclusive, para perpetuar relações de subordinação, fomentando situações de contentamento. As reflexões das agricultoras evidenciam que as regras familiares e produtivas, em um importante parcela dos casos, continuam sendo determinadas pelas figuras masculinas, reafirmando a presença do patriarcado como estrutura orientadora das relações domésticas e produtivas.

Essa desigualdade de poder nas relações entre homens e mulheres reflete o que Bourdieu (2012) denomina violência simbólica, uma forma de dominação que se sustenta pela naturalização das hierarquias de gênero e pela aceitação, muitas vezes inconsciente, de que a autoridade masculina é legítima. Assim, o vínculo afetivo com a terra não elimina as relações de poder que estruturam o espaço rural, mas revela como as mulheres constroem brechas de autonomia dentro delas, produzindo formas próprias de cuidar da terra e dos animais baseadas no cuidado, na vida e na permanência no território.

5.6 Agroecologia e produção de alimentos saudáveis como resistência

A relação afetiva com a terra, discutida no capítulo anterior, constitui um dos elementos principais (simbólico e material) a partir do qual essas mulheres forjam sua luta cotidiana. Os enfrentamentos e resistência, associados a tal luta, ganham expressividade, também, nas práticas socioprodutivas e no cuidado dedicado ao solo, plantas e animais, que se revelam contrastantes com os preceitos norteadores da agricultura hegemônica. Assim, ainda que muitas delas não utilizem o termo ‘agroecologia’, propriamente, suas ações, percepções e expectativas estão profundamente alinhadas aos princípios agroecológicos.

Além de evidenciarem sua preferência pela lida relacionada à terra, as mulheres também demonstraram preocupação com o caráter das práticas e dos insumos empregados nos agroecossistemas. Em diversos relatos, afirmaram optar pelo cultivo sem o uso de produtos químicos, priorizando o manejo orgânico. Ficou evidente que, em muitos contextos, são elas as principais responsáveis pela busca por estratégias voltadas para a produção de alimentos saudáveis.

Quando questionadas sobre o respectivo *jeito de produzir* e a respeito das motivações que fundamentariam a adoção de métodos/insumos sustentáveis, as

mulheres apresentaram respostas que revelam tanto saberes tradicionais, como conhecimentos de cunho técnico e, espontaneamente, elucidaram aspectos que traduzem a dimensão ética orientadora de suas práticas. As falas, majoritariamente, revelam uma consciência ecológica fortalecida na experiência cotidiana, norteadas pelas relações de cuidado e respeito (com a família, consumidores e o meio ambiente) e materializada, sobretudo, na produção de alimentos saudáveis com base na valorização do equilíbrio entre solo, plantas e animais:

A minha era tudo orgânica (horta), né? Tudo semi-orgânica. O dela também. Só não é orgânico por causa da vaca. Porque o esterco da vaca a gente dá sal e tal. Então a gente aplica vacina, então fica semi-orgânico, né? O resto é tudo calda, é tudo orgânico... (Juá Amarelo)

Em casa, na minha horta não entra coisa química... Não faço com adubo, não... É esterco de gado, esterco de galinha, cama de frango, aquela coisa. Pode ter química, por causa da alimentação das aves, mas tento o mais natural possível (Crisântemo)

Primeiro, pela alimentação... a gente vai vender algo de qualidade, porque até vai vir meu selo agora. É, eu tenho que ir lá pegar o selinho. Eu uso a calda da mamona, eu uso bicarbonato com vinagre, pra matar bichinho. Põe dentro e misturo com a água, pra matar. Então são todas essas coisas assim. Lá a minha horta pode ver. Vou lá, passo, daqui dois dias não viro, passo de novo. Não uso nada, nada, nada. (Brinco-de-princesa)

Não, é devido assim, agora eu não tô vendendo, né, nada, mas assim, é devido da gente já tá na roça, então a minha cabeça é assim, eu quero comer e produzir minhas coisas tudo natural. (Begónia)

Isso tudo a gente vê diferença em tudo. Na galinha, no porco, no gado, na verdura. A Antúrio queria porco. Eu criava, né? Eu parei. Agora que ele não sabe da boca que eu tenho, ele nem tem que ter mais. Mas quando eu ia criar porco, eu plantava uma roça de abóbora primeiro. Eu tinha que ter uma rocinha de abóbora. Porque eu não queria criar meu porco só no milho. Porque dá diferença, tá? Sabor da carne. Qualidade. Qualidade da carne, marmorei da carne. Eu tratava ela com a abóbora, um pouco de milho, fazia o soro natural. Todo mundo faz aqui. Fazia o soro natural e a mandioca. Você tinha uma caninha também. De vez em quando eu ia lá, batia uma caninha, dava um docinho pra ele. Vai, guarda mais depressa aí. Então assim, o porco ele tava com um outro sabor. feita em uma outra situação. (Juá Amarelo)

Eu uso caldas naturais, eu planto alho de folha me casa, ele não da cabeça só folhas, eu faço calda com esse alho, calda de pimenta de macaco, de fumo, eu planto pé de fumo, faço calda de mamona, de neem, então meu controle é tudo natural, são as caldas, e meu adubo é orgânico, eu uso cama de frango que veio lá de Brasilândia, adubo orgânico que são retirados dos restos de eucaliptos, folhas, eles fazem esse adubo que é preto, o que eu uso é isso. ? (Margarida)

Juá Amarelo explica que sua produção é “tudo semi-orgânica”, destaca a atenção aos insumos utilizados e reconhece (possíveis) limitações vinculadas ao uso de alguns recursos comerciais. Crisântemo complementa essa perspectiva ao afirmar que, em sua horta, “não entra coisa química”, preferindo o uso de esterco de gado e

galinha, práticas que expressam o princípio ecológico da agroecologia, que prioriza o manejo sustentável e o reaproveitamento de recursos internos à propriedade. Já Brinco-de-princesa, por sua vez, menciona o uso de caldas naturais, como “calda de mamona” e “bicarbonato com vinagre”, não apenas como alternativa técnica, mas também como compromisso com a qualidade do alimento que oferece. Sua fala revela uma articulação entre o pilar econômico, ao garantir valor de mercado para produtos saudáveis, e o pilar político, ao buscar certificação (“meu selo”) e afirmar a legitimidade de sua produção em um campo dominado por práticas convencionais.

Begónia reforça seu compromisso com a saúde local ao dizer que, mesmo sem vender, busca produzir “tudo natural”. Nessa fala, emerge o pilar cultural da agroecologia, que conecta o trabalho produtivo ao modo de vida e à memória camponesa. Para ela, o cultivo natural não é apenas uma técnica, mas uma forma de existir e resistir. Por fim, Margarida relata o uso de diversas caldas naturais como “de alho, pimenta, fumo, mamona e neem” e de adubos orgânicos feitos com restos vegetais e cama de frango. Essa fala denota variáveis do saber agroecológico, alimentado pelo conhecimento local, produzido e transmitido entre mulheres, e a resistência frente às supostas soluções ofertadas pela indústria de insumos agrícolas.

Ao cuidarem da terra e priorizarem práticas sustentáveis, essas agricultoras constroem, cotidianamente, alternativas ao paradigma agroindustrial, reafirmando o que Altieri (2002) denomina de caráter ecológico e autônomo dos sistemas agrícolas diversificados. Concomitantemente, as mulheres demonstram consciência crítica em relação às formas convencionais de produção, desenvolvendo e aplicando diversas receitas e práticas alternativas para o controle de pragas e doenças, baseadas em conhecimentos empíricos:

Você já temperou uma alface hidropônica e uma alface orgânica? Você lava ela, você tempera ela e ela já desaparece. Ela é murcha. Ela virou água, essa alface hidropônica. Agora, quando você pega uma alface, igual a da Mirim, igual a produzir, igual ela produz aqui, você pega ela, você come, você... Ela é crocante. E ela é doce, sabe? Você sente aquele doce natural dela. Agora, quando eu pego lá no mercado, eu pego porque, aliás, às vezes, eu não consigo...Aí, eu sou obrigada a pegar. Aí, você come um trem amargo, com a garganta, com a garganta... Então, dessa forma aqui, a gente consegue ter qualidade de comida mesmo pra gente aqui, né? (Juá Amarelo)

Eu não como um pé de alface produzido na hidroponia, porque na hidroponia eu sei que não é sustentável, tudo ali é químico, todo lugar que você vai, em alguma palestra que fala sobre hortaliças, eles mostram para você o tipo de irrigação que eles usam, o tipo de tubulação que eles usam lá, se você for colocar um adubo orgânico aquela tubulação não aceita porque ela vai entupir, então todo químico é dissolvido, eu não como e nem compro, e se uma pessoa

me der, eu agradeço, mas eu prefiro dar para um criação comer do que eu comer, porque o que eu não quero para mim, também não quero para você. Então eu não vou plantar com produto químico, uma coisa que eu gosto de comer, eu gosto de comer verdura natural, do mesmo jeito que quero comer natural também quero servir para as outras pessoas o natural. (Margarida)

Agora, você quer ter um trem poderoso. Eu até falei até pra Crisântemo, mas a gente acha que tem que fazer em duas. É a Calda Bordalesa e a sulfocálcica. você vai fazer um canteiro de horta, você põe lá a bordalesa, deixa sete dias, cinco, seis, depois deixa a sulfocálcica, joga e mexe. Não dá lagarta, não dá aquela que...aquelas bolhas na raiz. A laranja fica impecável. A laranja fica impecável. Quando eu comecei, eu comecei tratamento da minha laranja. Normalmente, aqui já deu época no gomose, né? Porque eu parei de tratar. Mas a laranja, o limão, tudo que é cítrico com a bordalesa e sulfocálcica, menina... (Juá Amarelo)

Olha aqui, as pimentas começam a enrugam. Eu cato as folhas da mamona, pico, trituro, bato no liquidificador. Aí eu ponho dentro de um balde de cinco litros com água. Depois de oito dias já pode usar. Aí eu tiro um litro daquela água ou um litro e põe na vasilha de 20 litros d'água. Aí pulverizo tudo assim. Nossa, depois de três dias... Gente, depois de três dias você vê a folhagem das plantas, tá a coisa mais linda, não é? (Brinco-de-princesa).

As falas de Juá Amarelo e Margarida evidenciam conhecimentos, cujas raízes remetem, também, à experiência sensorial, baseada no toque, sabor, cheiro e na observação cotidiana das plantas. Ao comparar a alface hidropônica com a versão orgânica, Juá Amarelo expressa um conhecimento do dia a dia, que relaciona a qualidade do alimento às suas características organolépticas. Essa percepção dialoga diretamente com os princípios sustentáveis, na medida em que (re)conhece que a qualidade do alimento reflete as características dos sistemas produtivos e percebe a importância de atributos como a saúde do solo, a fertilidade natural e o equilíbrio dos agroecossistemas para a obtenção de gêneros alimentícios de qualidade.

Ademais, as falas revelam a transmissão intergeracional de saberes tradicionais, por meio dos quais as mulheres desenvolvem uma capacidade apurada de observar e interpretar os sinais da natureza; capacidade essa que a agricultura moderna tenta frequentemente deslegitimar. A recusa a modelos de produção convencionais (como o hidropônico), baseados no uso intensivo de insumos químicos representa, assim, um comportamento de resistência ao paradigma produtivista dominante, sustentado na lógica do lucro, da dependência tecnológica e da homogeneização das práticas agrícolas.

Quando essas mulheres refletem criticamente e colocam em prática técnicas coerentes com os princípios agroecológicos, concebidas por elas ou aprendidas, seja por meio do trabalho de profissionais/extensão rural, do intercâmbio de conhecimentos ou transmitidas por suas/seus antepassadas/os, elas rechaçam a lógica hegemônica e

fazem de sua relação com a terra um componente de resistência. Como aponta Siliprandi (2015) e Borzone (2019), o protagonismo das mulheres na transição agroecológica revela uma forma de resistência ao modelo do agronegócio, valorizando conhecimentos que muitas vezes foram invisibilizados pela ciência tradicional. A preparação das caldas naturais é um exemplo expressivo nessas circunstâncias, sobretudo em um contexto histórico em que a sociedade enfrenta os impactos da intensiva utilização de agrotóxicos e da contaminação ambiental e alimentar.

Os complexos processos relacionados ao manejo de pragas e doenças, fertilidade e conservação do solo requerem conhecimentos que permitam combinar baixo custo e sustentabilidade socioambiental; as práticas e insumos priorizados nos agroecossistemas das agricultoras participantes deste estudo conectam-se com esses aspectos. Realizadas a partir, especialmente, do reaproveitamento de resíduos e de recursos disponíveis na própria propriedade, essas práticas, na sua maioria, além de econômicas, são ecológicas, reduzem a poluição e reforçam a autonomia produtiva das famílias.

Mesmo diante de todas as dificuldades, seja para produzir de forma *mais limpa*, seja para garantir o escoamento da produção, as mulheres continuam na linha de frente pela oferta de alimentos saudáveis (cuja produção não admite o uso de agrotóxicos). Essa postura reflete não apenas o compromisso com a saúde da comunidade, mas também a preocupação com a preservação do meio ambiente e a continuidade da vida no campo. Quando questionadas sobre suas motivações, as agricultoras manifestam de maneira unânime a defesa de uma forma de produzir justa, sustentável e comprometida com o bem-estar coletivo:

No meu caso eu gostaria de deixar para meus netos que o mundo fosse igual a minha cabeça, pensasse como eu penso, plantar sem agrotóxico, não pensar somente em mim e nos filhos que estão aqui, porque muitas vezes tem pessoas que não pensam na próxima geração, nos seu netos, bisnetos, tataranetos, se não der para mim hoje, penso que para o meu descendente, o descendente do meu vizinho terão para eles consumir lá na frente aquilo que eu plantei, talvez eu nem coma, mas eu sei que eu deixei um legado para o mundo sobre isso.
(Margarida)

Mas para isso a gente tem que pensar no agora, porque vemos que o pessoal só pensa no dinheiro e não em bem-estar, não importando com o amanhã, impontando somente com o agora que está bem, você tem que plantar pensando no que irá deixar para os netos, muitos pensam: aaaa vou plantar um pé de abacate, mas não vou comer, não podemos pensar desse jeito e sim no que tem que deixar para os netos, que acaba sendo lembrança também, os netos olhando para o que você plantou e falar “minha avó gostava desta fruta”.
(Rosa do Deserto)

Em suas falas, Margarida e Rosa do Deserto demonstram que o ato de produzir alimentos ultrapassa a dimensão econômica, assumindo um caráter ambiental e sociocultural, que compreende uma postura ética de cunho intergeracional. Ambas expressam o desejo de deixar um legado para seus netos, que se contrapõe à lógica de mercado baseada no lucro, defendendo a construção de um espaço saudável, com acesso à água limpa e alimentos livres de agroquímicos, no qual as futuras gerações também possam ter o direito de viver com dignidade.

Complementando essa visão, Rosa do Deserto critica o pensamento predominante da sociedade contemporânea, pautado pelo imediatismo e pelo individualismo. Ao propor uma forma de produzir que não esgote os recursos naturais, ela transforma o cultivo em um ato de cuidado, memória e resistência, capaz de garantir a permanência no campo e a preservação dos modos de vida rurais. Os fatores observados nessa direção corroboram o protagonismo das mulheres da agricultura familiar, no contexto das estratégias contra a lógica hegemônica, semeando práticas de resistência que priorizam a saúde da sua família, da comunidade e do solo, e asseguram a transmissão de saberes, valores e afetos. Assim, reforçam, a partir de suas vidas, o papel historicamente desenvolvido pelas mulheres, na condição de guardiãs da terra, das sementes e do futuro.

Ainda que o termo 'agroecologia' não seja explicitamente adotado por todas as agricultoras, suas práticas cotidianas revelam um estágio avançado de transição agroecológica. Ao priorizarem métodos de cultivo menos dependentes de insumos químicos e promoverem o reaproveitamento sistemático dos resíduos orgânicos do lote, essas mulheres materializam uma lógica de produção que rompe com o modelo convencional.

É plausível observar que a riqueza dos diálogos, estabelecidos no contexto dos grupos focais (estratégia metodológica que permitiu reunir as agricultoras), endossa o fato de que, ao se reunirem para compartilhar o respectivo cotidiano, dificuldades e estratégias de resistência, as mulheres do campo, simultaneamente, ensinam umas às outras e evidenciam que a construção do saber é, na verdade, coletiva. Esses espaços de troca revelam-se fundamentais para fortalecer o senso crítico e as estratégias de resistência dos sujeitos femininos; em muitas circunstâncias, a fala de uma agricultora provoca reflexão e aprendizado na outra. Como destaca Siliprandi (2015), esses espaços coletivos são de suma importância para que as mulheres reconheçam a

importância de seus próprios saberes, transformando experiências individuais em estratégias políticas de resistência coletivas.

5.7 Desafios produtivos, desigualdades de gênero e percepções

Se, por um lado, o contato com a terra, plantas e animais constitui um espaço de realização e liberdade para as agricultoras, por outro, o momento da comercialização revela o peso das barreiras estruturais e simbólicas que ainda limitam a autonomia econômica dessas mulheres. Estudos feitos em Selvíria mostram que 77% do público feirante é constituído por mulheres (Silva, 2024b), o que revela urgência de políticas voltadas para esse setor visando romper as assimetrias.

A exclusão das mulheres dos processos de decisão e o acesso limitado às políticas públicas configuram o que Sônia Guajajara (2021) identifica como a ausência histórica de uma perspectiva interseccional nas políticas de desenvolvimento rural, que desconsidera as múltiplas dimensões de opressão vividas por mulheres, indígenas, negras e camponesas. Essa ausência resulta em programas que, em sua maioria, embora aleguem apoio à agricultura familiar, continuam a privilegiar os homens como sujeitos centrais da produção e no que tange ao acesso a recursos socioprodutivos.

Nesse trecho Juá denuncia o acesso às políticas públicas e dificuldades de comercialização:

Então, assim, isso daí foi por quê? Porque a política pública rural, *onde* eu tinha *que* ser inserida, *onde* eu tinha que alcançar o PNAE, *onde* eu tinha que alcançar até a licitação que o prefeito faz, para alcançar a assentada, nunca chegava na gente. Aí eu voltava com a minha mercadoria pra trás, porque o que me oferecia era a feira, a gente pagava o caminhão para levar a gente, aquele monte de mulher lá em cima, lá em cima do caminhão, aí chegava, nasceu o vídeo lá, a Nega falando assim, ah, o que você vai fazer com esse pé de alface? Dá pra mim, você vai embora, eu vou dar para minhas galinhas, que tem a tamanho do seu. É, a gente é desvalorizada, a agricultura familiar é desvalorizada. A gente chega com a verdura lá, a pessoa fala assim, mas você vai. Vale R\$1,00 e você pede alface? Vende por R\$0,50 para mim. Eu falo, nossa, você entendeu? Tipo assim, espera dar o fim da feira, então assim, e não sabe o quanto, porque é difícil produzir. Ontem eu fui no mercado lá, o Marco falou assim, mas a batata tá feia. Falei, vou pegar um quilo. Mas por quê? Falei, você não sabe se dá trabalho pra produzir? Eu vou pegar um quilo. Catei um quilo. Daquela batata feia, amarela, catei (Juá Amarelo)

Nesse trecho, Juá Amarelo revela algumas dificuldades enfrentadas para comercializar seus alimentos, pontuando que as políticas públicas voltadas ao meio rural, muitas vezes, não chegam aos indivíduos que mais precisam (com destaque para a burocratização dos processos tangentes ao acesso a tais políticas). Ela ainda expõe

uma situação recorrente no âmbito da comercialização, marcada por momentos nos quais os preços ofertados são tão baixos que se torna preferível destinar os produtos às criações a vendê-los nessa condição.

Circunstâncias como essa culminam em desestímulo à continuidade das agricultoras nos espaços que configuram as feiras-livres, uma vez que, frequentemente, retornam com a mercadoria sem conseguir vendê-la. Assim, a agricultora supracitada sublinha a escassez e a não efetividade de políticas públicas que reconheçam o papel produtivo diferenciado das mulheres do campo e os gargalos que desafiam o escoamento/comercialização de seus produtos; os desdobramentos da condição enfatizada pela agricultora no processo de comercialização coadunam para o que Kergoat (2016) chama de divisão sexual do trabalho ampliada, em que a desvalorização econômica reforça a invisibilidade simbólica das mulheres do campo.

Estudos realizados no território de Selvíria por Santos (2025) revelam uma agrobiodiversidade significativa, com a identificação de 47 itens distintos comercializados nas bancadas, o que resulta numa média de cerca de seis produtos por feirante. Esta diversidade é fruto, em grande medida, dos quintais produtivos, espaços que anteriormente eram destinados apenas ao autoconsumo, mas que passaram a cumprir um papel estratégico na comercialização. Entretanto, a viabilidade econômica desta produção esbarra em entraves logísticos severos, agravados pelo distanciamento geográfico e pela precariedade das condições de mobilidade. Esta vulnerabilidade impõe uma dependência do transporte disponibilizado pelo poder público municipal, cuja falta ou ineficiência pode limitar a inclusão socioprodutiva das famílias assentadas.

Além dos obstáculos físicos, as barreiras burocráticas atuam como um entrave à comercialização. Os processos que envolvem o escoamento de produtos de origem animal são permeados por desafios que incluem o atendimento às normas dos Serviços de Inspeção e a inadequação das políticas públicas à realidade da agricultura familiar. Esta descoordenação normativa dificulta a regularização de itens como queijos e embutidos, uma vez que as exigências legais muitas vezes ignoram as especificidades da escala de produção dos assentamentos que também foi ponto de pauta nos grupos focais (Santos, 2025). Sendo assim, os problemas citados nos grupos focais não são fatores isolados, mas reflexo da realidade comprovada por pesquisas recentes feitas no Território.

Ademais, as agricultoras trazem em seus relatos uma série de outras situações que demonstram a multiplicidade de desafios enfrentados no processo produtivo e no escoamento da produção, revelando a complexidade das barreiras que atravessam o cotidiano dessas mulheres:

[...] Eu não, eu sou aposentada. A Margarida vive só do que ela produz e muitas vezes você planta e produz e não tem como você tirar, porque é duro depois eu mostro para você às *percas* de alface *ta* imensa. Quem *ta* comendo os alface é as galinhas. Aí você planta, você trabalha depois você tem que jogar fora (Rosa do Deserto).

Igual agora. Todo ano. Eu gosto demais de botar a mão na terra, de plantar, mas todo ano chega época do frio...a minha produção de mamão, a minha produção de banana está a coisa mais linda vem a geada e cozinha. Antes de acabar de dar o ponto da colheita, cozinha. Eu fico sem renda porque a minha renda é tirada dali (Margarida).

Rosa do Deserto e Margarida revelam, em seus relatos, como as condições climáticas adversas, bem como os entraves concernentes ao escoamento da produção, intensificam a vulnerabilidade socioprodutiva vivenciada por elas. No primeiro depoimento, Rosa do Deserto destaca que a falta de canais adequados de comercialização acarreta perdas expressivas de alimentos, que muitas vezes acabam sendo destinados à alimentação animal, situação que evidencia as deficiências das políticas de apoio à agricultura familiar, dentre os assentamentos alvo da pesquisa. Já no segundo relato, observa-se o impacto das geadas sobre a produção, comprometendo a colheita e, conseqüentemente, a principal fonte de renda de suas famílias.

Essa realidade é corroborada pelo estudo de Simões *et al.* (2025) realizado nos assentamentos Alecrim (Selvíria-MS) e Pontal do Faia (Três Lagoas-MS). Os autores ressaltam que a produção familiar na região é impactada por fatores climáticos externos, como longos períodos de seca e variações extremas, que comprometem a base produtiva. Além disso, o artigo identifica que as limitações de infraestrutura e a carência de assistência técnica contínua dificultam a gestão e a comercialização, validando o sentimento de desamparo estatal expresso pelas agricultoras. Assim, o que se observa é um ciclo de precariedade onde a instabilidade do clima, somada à logística ineficiente, impede a consolidação da autonomia econômica dessas mulheres (Simões *et al.*, 2025).

As experiências revelam algumas das incertezas que permeiam as atividades geradoras de renda das mulheres rurais, cuja condição socioeconômica depende diretamente do êxito da produção. De forma alheia aos cuidados e a dedicação à terra,

as intempéries climáticas podem ocorrer de forma imprevisível, comprometendo o planejamento e a estabilidade econômica dessas famílias; situação essa que é agravada pela precariedade da infraestrutura produtiva de seus estabelecimentos, vinculada à baixa capacidade de investimento. Assim, constata-se que essas mulheres enfrentam questões estruturais, econômicas e ambientais que geram uma constante insegurança socioproductiva. Essa vulnerabilidade, contudo, não é um fenômeno isolado, mas o reflexo de uma exclusão histórica das mulheres apontada por Siliprandi (2015), vinculado ao modelo de desenvolvimento rural que tradicionalmente privilegia o homem destinando a ele o crédito, a assistência técnica e as inovações tecnológicas, o que relega as mulheres a uma posição de desvantagem.

Sendo assim, uma das alternativas das agricultoras para driblar questões supracitadas é tentar vender dentro do próprio assentamento para seus vizinhos/as:

Verdura... o principal é aqui dentro, porque lá na feira eu nem levo verdura. A irmã Orquídea faz feira comigo lá, ela sabe. Do [Assentamento] Alecrim, tem cinco produtores que levam verdura, do Canoas tem uma produtora que leva verdura. Então, se eu levar verdura também, ainda tem gente da cidade lá que leva verdura também. Então, não tem como eu levar verdura. Eu até tó plantando menos verdura porque até aqui dentro tem outra produtora que também tá produzindo verdura e ela tem carro ela sai para fazer entrega aqui dentro. (Margarida)

Dessa forma, as mulheres passam a denunciar, com maior frequência, as dificuldades enfrentadas para comercializar seus produtos. Além dos obstáculos já mencionados, elas relatam que, nas feiras, o excesso de produtoras ofertando as mesmas mercadorias faz com que muitas não consigam vender o que levaram, resultando em perdas e desperdício de alimentos. Como já citado anteriormente às lacunas do serviço de ATER tendem a aumentar essa precariedade, visto que poderia contribuir com um planejamento produtivo e também auxiliar na viabilização de estratégias de comercialização no território. Essa alta concorrência local provoca uma queda nos preços. Diante dessa realidade, após tanto esforço para plantar, cuidar e colher, muitas mulheres sentem-se desmotivadas e acabam preferindo vender dentro do próprio assentamento ou buscar alternativas em outros municípios. Assim, a feira, que inicialmente surgiu com o propósito de fortalecer a agricultura familiar e ampliar as possibilidades de renda, acaba também se tornando um espaço de incerteza.

A insegurança que marca o cotidiano dessas agricultoras é profundamente agravada pela falta de um planejamento produtivo que conte com o suporte real e contínuo da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Sem esse acompanhamento, as mulheres se veem presas a entraves históricos, repetindo ciclos

de produção que não conseguem romper com as velhas barreiras da comercialização. Somado a isso, nota-se um entrave persistente no acesso a mercados institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A burocracia excessiva e as dificuldades logísticas acabam por excluir quem produz em pequena escala, tornando esses programas distantes para muitas famílias.

Apesar desse cenário de exclusão, esses programas aparecem como horizonte para a retomada da autonomia dessas mulheres. Quando funcionam, elas garantem um escoamento fixo e seguro, oferecendo a previsibilidade de renda que tanta falta no mercado convencional. Mais do que apenas vender o produto, participar desses programas fortalece o sentido de cooperação e permite que elas driblem a insegurança atual, transformando a organização produtiva em um instrumento de dignidade e resistência no campo.

As mesmas estruturas que desvalorizam o produto das agricultoras nas feiras se reproduzem nas relações de gênero no campo. O descrédito enfrentado por elas ao negociar, vender ou buscar assistência técnica remete ao mesmo sistema patriarcal, que define quem pode ser reconhecido como o “verdadeiro produtor”, concedendo credibilidade e importância aos homens, em detrimento de todo o legado das mulheres do campo.

Mesmo em face do conjunto de vivências, conhecimentos e avanços obtidos no contexto da atividade agropecuária, constituído ao longo de suas vidas, ainda são marcantes a desvalorização do seu trabalho e a subestimação de suas capacidades, nesse âmbito. As dificuldades e as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, no assentamento, foram abordadas de forma espontânea pela maioria das agricultoras participantes do estudo, tendo-se em vista a sua percepção a partir das experiências cotidianas:

Eu sinto essa diferença se eu quero vender bezerro. *Não vão lá comprar porque vai lá negociar com mulher.* Tem um mecânico lá embaixo, se eu ligo para ele ir lá ver minha moto, ele não vai. Precisa de um homem ligar para ele para mandar ele ir lá para ver minha moto porque ele vai. Então eu vejo (Margarida).

Para vender gado, mulher vai, eles não vão dar atenção mesmo, porque você é mulher eles acham que você não sabe. Eu já peço ao vizinho, Seu Francisco: “Oh Francisco dá para você ver o gado? Dá para você fazer isso?” *Ele que sempre....* A vaca caiu no buraco, ele vai lá e tira. Então precisa por soro, medicar, ele sempre ajuda na parte de vender alguma coisa assim. Às vezes, a mulher sabe melhor do que o homem, mas o homem em si acha que homem é melhor. Então ele acha melhor falar diretamente. Às vacas eu não consegui, no outro dia o vizinho vendeu às vacas, entendeu? E quando eu *estava* vendendo, ninguém (Rosa do Deserto).

Igual eu fui mandar lavar o carro. Mandei lavar o carro o cara me cobrou R\$280 e a lavagem dele foi uma porcaria. Não fez nada. Aí, o João foi lá ele cobrou R\$250, mas lavou motor, limpinho, lavou motor, lavou tudo (Rosa do Deserto)

Esses trechos exprimem a desigualdade em termos de tratamento, que essas mulheres constantemente experimentam ao realizar atividades, as quais extrapolam o espaço que lhe é socialmente outorgado (a esfera da reprodução), penetrando em ambientes que supostamente seriam de domínio masculino. As situações relatadas se devem, de acordo com a percepção das próprias participantes, ao fato de serem mulheres.

No primeiro trecho supracitado, observa-se um caso típico, no qual a mulher é subestimada e necessita de uma figura masculina para realizar a intermediação com aquele que consertaria sua moto, afinal, “homens só respeitam homens”. Já na segunda fala citada, tem-se uma mulher que encontra dificuldades para comercializar o gado, uma vez que os homens, dentro de sua pretensa superioridade, julgam-na inapta para realizar tal negociação. Dessa forma, ela, também, acaba recorrendo a um *intermediador* (o vizinho), como estratégia para vender sem os prejuízos previstos para a sua condição de mulher.

As situações colocadas por Rosa e Margarida ilustram o que Bourdieu (2012) denomina *habitus*: um conjunto de atitudes internalizadas que naturalizam o domínio masculino e a dependência feminina fundamentada na violência (também) simbólica. Mesmo quando as mulheres acumulam conhecimento e autonomia, as estruturas sociais reforçam a ideia de que somente os homens detêm legitimidade para negociar ou tomar decisões. Ao recorrer a intermediários masculinos, as agricultoras não apenas buscam superar os efeitos da exclusão, mas também revelam como essa dominação se sustenta por meio da crença, socialmente aceita, acerca da autoridade e superioridade masculina, que repercute na deslegitimação social dos seus saberes, de suas capacidades e do seu trabalho.

No terceiro caso (terceira fala supratranscrita), evidencia-se um comportamento relacionado à desvalorização da mulher no espaço público, situação em que os sujeitos femininos não são tratados com a devida seriedade por serem mulheres ou recebem tratamento inferior em serviços e negociações. A experiência relatada revela como a presença masculina, por si só, garante maior respeito e melhores resultados.

Também foi relatado a resistência dos maridos quanto às práticas agrícolas, que chegam até as agricultoras por meio do trabalho dos técnicos/as:

É verdade, tem isso. O que vocês falam pra nós, aí daí a gente vai falar pro marido, que o técnico falou que assim dava certo e ficava maior. Aí ele falou assim, não, mas desde que meu pai nasceu era desse jeito (Juá Amarelo)

Essa fala alude ao forte apego à tradição, que permanece como uma barreira mesmo diante de técnicas potencialmente mais eficazes. Embora as mulheres possam ter acesso a conhecimentos de cunho técnico, a legitimidade desses depende da aceitação masculina. Dessa forma, a participação e decisão delas, no contexto dos respectivos sistemas produtivos, acaba sendo limitada pelas dinâmicas de gênero. Além disso, o trecho mostra que, mesmo quando a mulher recebe a orientação técnica, em grande parte dos casos, a decisão final sobre sua aplicação prática ainda cabe ao homem, evidenciando restrições à autonomia feminina, mesmo em face de todo o seu protagonismo.

O diálogo abaixo mostra como algumas dessas mulheres já têm uma percepção aguçada sobre a estrutura patriarcal, na qual estão inseridas:

Respeito *né*. Forma de respeito porque você é sozinha então tem medo (Orquídea).

A gente percebe essa diferença no tratamento deles com a gente. Igual, irmã falou que no meu caso é respeito por eu estar lá sozinha. Não é a questão de respeito, é a questão de não respeitar. Essa é a questão... [de não respeitar a] minha capacidade (Margarida).

Eu acho que é essa parte do machismo, mesmo que eles acham que a gente não tem capacidade. Acha que a gente não é capaz. É um meio então de separar os dois lados (Margarida).

Os trechos trazem um momento emblemático da conversa, no qual uma agricultora disse que percebe uma diferença de tratamento, quando precisa contratar um serviço. Imediatamente, outra agricultora responde dizendo que isso se deve ao respeito dos homens por ela, uma vez que essa agricultora mora sozinha em seu lote. Depois, a mulher que trouxe a denúncia reflete sobre a fala de sua companheira e chega à conclusão de que, na verdade, o comportamento dos homens não reflete respeito, mas, sim, *falta de respeito à sua capacidade*, em virtude do comportamento machista desses indivíduos.

Analisando-se o conjunto de elementos e visões abordados e compartilhados durante a atividade junto aos grupos focais, foi possível perceber que aquelas agricultoras, que estão inseridas em locais e iniciativas, que favorecem e promovem relações de troca (como feira, associação e projetos socioprodutivos), apresentam um senso crítico maior sobre as dificuldades que lhes são impostas, em decorrência das desigualdades que configuram as relações de gênero. Muitas das agricultoras que

integraram os grupos focais fazem parte de coletivos e organizações onde a figura feminina ocupa um papel central. Em dois dos assentamentos estudados, as lideranças das associações são exercidas por mulheres, evidenciando uma ruptura com a histórica exclusão feminina dos espaços de tomada de decisão. Além da gestão comunitária, observa-se uma articulação intensa dessas mulheres com o ambiente acadêmico e com a esfera política institucional, inclusive tentando ocupar cadeiras no Legislativo municipal.

Essa presença em cargos de representação, seja na associação, na universidade ou na câmara de vereadores, carrega um simbolismo profundo para as demais agricultoras do território. Essas líderes conferem visibilidade às lutas das mulheres rurais, transformando demandas individuais em pautas coletivas. Ao ocuparem esses espaços, elas reforçam a representatividade feminina e garantem que políticas e projetos voltados ao campo considerem as necessidades específicas das mulheres, fortalecendo a autonomia de todas.

Uma barreira histórica identificada nos relatos diz respeito ao acesso ao Título de Domínio ou ao Contrato de Concessão de Uso (CCU) dos lotes. Muitas mulheres enfrentaram uma espera de anos para que seus nomes constassem formalmente na documentação da terra, que anteriormente era emitida apenas em nome de seus companheiros. Essa irregularidade documental não é apenas um detalhe burocrático; ela representa um impedimento real ao exercício da cidadania no campo. No que tange às políticas públicas, a ausência da titularidade no nome da mulher acaba por inviabilizar sua participação em uma série de projetos e linhas de crédito que teriam o objetivo de fortalecer o protagonismo feminino, perpetuando uma dependência econômica que dificulta a gestão plena de seus estabelecimentos.

Quando essas mulheres reconhecem e verbalizam as desigualdades de gênero, que atravessam suas vidas, por meio do intercâmbio de experiências, rompem com o silêncio imposto e iniciam/fortalecem processos de conscientização. Nesse movimento, deixam de interpretar as situações de desrespeito e exclusão como fatos isolados (e 'naturais'), condição essencial para a compreensão de que fazem parte de um sistema de dominação mais amplo. Esse despertar corresponde ao que Paulo Freire (2019) denomina consciência crítica, uma tomada de consciência construída em comunhão, por meio do diálogo e da reflexão coletiva. Assim, esses locais de troca de conhecimentos e experiências (entre elas) tornam-se ambientes pedagógicos e políticos, que tendem a fundamentar transformações na direção do empoderamento

feminino. A importância da ação coletiva emerge de forma explícita no relato de Rosa do deserto:

[..] eu aprendi a amar as pessoas, se eu sei e posso fazer vamos nos ajudar, a gente tem que ter mais união, é um precisando do outro e muitas vezes as mulheres estão desunidas, tem que ter mais união, juntar uma mais a outra, buscar proposta, a vamos fazer alguma coisa, porque se a gente se une a gente cresce, a gente tem que lutar uma pela outra. Eu sempre estou aqui para ajudar, é isso (Rosa do Deserto).

Outro ponto destacado por Rosa do Deserto, de forma crítica, foi a desunião das mulheres do Assentamento São Joaquim, o que sugere que parte das agricultoras reconhece a coletividade como condição necessária para o fortalecimento político e econômico das mulheres no assentamento. Apesar disso, ela se coloca à disposição para fortalecer essa rede, que se revela fundamental para a concepção de estratégias (coletivas), que permitam expandir as perspectivas de enfrentamento às desigualdades de gênero, abrindo caminho para o fomento à autonomia feminina, no respectivo assentamento.

De acordo com dados de Santos (2025), cerca de 37,5% dos feirantes comercializam produtos de terceiros para ajudar vizinhos ou amigos que não podem comparecer ao espaço, dessa maneira, a feira é um espaço para criação de vínculos e laços que ultrapassam o objetivo da comercialização.

Os espaços de sociabilidade (o que pode compreender também os espaços de comercialização) revelam potencialidades para que as mulheres possam ampliar suas percepções sobre os fatores relacionados à subordinação de gênero, de maneira a contribuir para a conscientização e fortalecimento dos sujeitos femininos, aumentando as possibilidades de enfrentamento às injustiças relacionadas a essa questão. A relevância de tais espaços é apontada em outros estudos, que abordam aspectos concernentes à perspectiva de gênero (Serpossian *et al*, 2022; Herrera *et al.*, 2024). Particularidades da vida das mulheres do campo, aqui discutidas, incorporam ainda mais sentido às experiências coletivas, inspiradas na necessidade dos (re)encontros e das partilhas, com vistas a processos de conscientização, sensibilização e resistência frente às desigualdades de gênero.

5.8 A importância das ações de assistência técnica e extensão rural

As reflexões apresentadas no capítulo anterior realçam a essencialidade dos processos de tomada de consciência acerca das desigualdades de gênero para que mudanças de caráter emancipatório possam ocorrer, no campo das relações sociais que tendem a subalternizar as mulheres e fortalecer a hegemonia do poder masculino. Contudo, a consolidação e ampliação dessa consciência (e de sua criticidade) remete à necessidade de ações respaldadas na dialogicidade e na ação coletiva; a criação de espaços permanentes de diálogo e formação, no campo, os quais fomentem a reflexão e a contextualização das problemáticas que envolvem a vida e o trabalho das mulheres rurais, ganha saliência dentre as potenciais estratégias ao enfrentamento das desigualdades de gênero. Assim, a extensão rural precisa de profissionais que reconheçam as mulheres como sujeitos ativos e não como reprodutores do discurso de isolamento doméstico (Paulilo, 2004).

É nesse contexto (também) que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pode revelar-se como o eixo central em termos de políticas públicas, uma vez que se mostre sensível às injustiças de gênero, vivenciadas pelos sujeitos femininos no campo, e seja, de fato, concebida como um instrumento para a promoção do desenvolvimento rural sustentável; concepção essa que se mostra incompatível com as injustiças de gênero. Para Siliprandi (2015), a ATER deve ser concebida como um instrumento pedagógico e crítico, capaz de fomentar o diálogo e o coletivo justamente para combater a extensão difusionista. A ATER pode constituir ponte entre o conhecimento técnico e os saberes populares, fortalecendo a autonomia das mulheres e potencializando as práticas agroecológicas e solidárias já existentes nos assentamentos.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER (Brasil, 2010), a ATER deve promover o desenvolvimento rural sustentável, articulando dimensões sociais, ambientais e econômicas, com base na participação ativa dos sujeitos do campo. Essa abordagem rompe com o modelo difusionista e tecnicista que marcou a extensão rural, ao substituí-lo por uma concepção dialógica e emancipadora, centrada na valorização dos saberes locais e na equidade de gênero, geração, raça e etnia.

A superação das condições impostas às mulheres, como resultado da injusta assimetria que caracteriza as relações de gênero, deve ser pauta constante na agenda de políticas públicas. Concernente a isso, enfatiza-se aqui a importância do papel desenvolvido no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com

iniciativas e profissionais que se mostrem sensíveis e atuantes, no âmbito das relações de gênero.

Nos assentamentos analisados, a ATER aparece como ação esparsa e descontínua. Achados de Simões *et al.* (2025) para a região indicam que a ausência de assistência técnica contínua impede que os produtores tenham ferramentas de controle sobre sua produção, o que reforça inseguranças socioproductivas. A maioria das agricultoras participantes desta pesquisa reconhece a relevância de tais ações, conforme destacado nas falas a seguir:

Mas só que são coisas que fazem diferença. Faz diferença. Os cursos fazem muita diferença pra nós aqui. Isso que tem que aumentar, tem que ter mais oportunidade aqui, né? De trabalhar aqui dentro e fazer as coisas aqui dentro (Juá Amarelo).

As vezes você vende por 10, tá valendo 30. Então, isso aí, vai para uma pessoa pra te orientar “você não vai vender assim”. Ah, não, vou fazer só 10 reais. Toda coisa tem um preço. Tem a parte de embalagem, você tem que ter cuidado com isso. Tamanho. Você pode vender um pequeno, um grande, um pequeno, um grande... E ali um valor. Não. Tem que ter... Então, já é um monte de coisa que às vezes você não sabe. Que não pode ser assim, tem que ser igual. Essas coisas são o padrão. (Crisântemo)

Então, são coisas assim que vem pra ajudar a gente. Ajuda a gente a desenvolver. Pra somar. Pra somar. Vocês falaram de uma assistência técnica... Então, eu tenho um agrônomo que dá assistência técnica em casa também. (Brinco-de-princesa)

Porque geralmente essas pessoas que já vêm desde lá do início, elas já estão mais velhas, né? E elas precisam de um acompanhamento contínuo de profissionais de saúde, né? Não só da gente que vai lá e vê, ou às vezes você entra em contato com a gente, muito mais, muito maior. Não vou falar que é 100%, mas sabemos que somos assistidos 50%. Também não é ruim de tudo. Mas, porém, ainda há essa lacuna que precisa ser preenchida. Mas eu vejo que o maior problema são as políticas públicas que deveriam ter um olhar importante para cá. para esse pessoal que mora aqui. Muitas pessoas já se aposentaram hoje, mas muitas encontraram grandes dificuldades para se manterem nesse local financeiramente, porque realmente não é fácil (Petúnia).

A ênfase de que os cursos “fazem muita diferença” e a demanda por oportunidades “aqui dentro”, presentes na primeira fala supracitada, refletem a compreensão de que os processos formativos fortalecem a autonomia das agricultoras e reduzem barreiras estruturais relacionadas ao deslocamento, ao tempo e aos custos. Quando se torna via de diálogo entre conhecimentos técnico-científicos e saberes locais, a ATER amplia as suas contribuições como instrumento promotor de desenvolvimento sustentável, a partir do intercâmbio de conhecimentos e experiências, dentro de uma perspectiva educativa, marcada pela participação e por processos contínuos, promovendo o desenvolvimento local e ampliando a equidade no acesso ao conhecimento técnico-acadêmico e a outros recursos.

Os relatos evidenciam, ainda, uma insegurança técnica que afeta diretamente a autonomia financeira das agricultoras. A necessidade manifestada de ter um acompanhante para auxiliar na precificação dos produtos revela uma lacuna crítica: sem o suporte de uma assistência técnica que oriente sobre custos e mercado, as mulheres tornam-se vulneráveis na hora da venda, muitas vezes subvalorizando o próprio trabalho. Sem repertório técnico-comercial, o trabalho realizado pelas mulheres é duplamente subvalorizado, na casa (como 'ajuda') e no mercado (como produto 'barato')

Embora o relato de Petúnia não se refira diretamente à ATER, ele evidencia a transversalidade das condições necessárias à permanência no campo, uma vez que a ausência de saúde e de mobilidade compromete, inclusive, a adoção e a continuidade de práticas produtivas orientadas pela assistência técnica. Somada às limitações de ordem produtiva, a negligência do Estado também se manifesta na fragilidade da saúde pública. Como observado na caracterização do município, o envelhecimento da população rural em Selvíria-MS exige uma atenção básica de saúde presente e contínua. No entanto, as produtoras relatam que o atendimento é escasso e muitas não são assistidas, o que expõe uma faceta severa da exclusão social. Essa ausência de serviços essenciais não compromete apenas o bem-estar físico; ela atua como um fator de expulsão, pois a falta de saúde e de suporte técnico inviabiliza a permanência no campo, forçando o êxodo rural em busca de condições mínimas de dignidade na cidade.

Nessa conjuntura, destaca-se que a falta de uma ATER dialógica e crítica, que incorpore questões de gênero, também, é um entrave ao enfrentamento das desigualdades observadas no contexto de vida e trabalho das mulheres do campo. De acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER (Brasil, 2010), um dos compromissos da extensão rural refere-se ao desenvolvimento de atividades que busquem a equidade de gênero, geração, raça e etnia; o que não acontece na maioria dos assentamentos rurais, reduzindo-se as potencialidades da ATER para a promoção do desenvolvimento rural.

Ao longo da história, a extensão rural reproduziu a lógica patriarcal ao reconhecer os homens como detentores do conhecimento e principais interlocutores das políticas públicas. Como destaca Siliprandi (2015), a ausência de uma ATER com perspectiva de gênero reforça a exclusão simbólica e institucional das mulheres rurais, negando o papel central que elas desempenham na produção de alimentos e na

preservação ambiental. Já Lopes (2020) aponta que a presença de extensionistas mulheres tem papel decisivo na construção de vínculos de confiança, no acolhimento das demandas específicas e na ampliação do protagonismo feminino nos espaços produtivos e políticos. Sendo assim, nota-se a necessidade de se ampliar o número de mulheres extensionistas, que desenvolvam atividades (também) com grupos de mulheres, uma vez que as agricultoras se sentirão mais seguras para compartilhar as dificuldades e denúncias pertinentes a sua rotina no campo.

Dessa forma, a ATER, quando orientada por princípios participativos, de gênero e centrada na perspectiva agroecológica, torna-se um instrumento de transformação social e educativa, que reconhece as mulheres como protagonistas do desenvolvimento sustentável. É na interseção entre os saberes que se constrói um novo paradigma de extensão rural feminista, emancipadora e ecológica, apto a confrontar o modelo tradicional e hierárquico que historicamente marginalizou o conhecimento feminino no campo.

Os resultados apresentados evidenciam, portanto, que o trabalho das mulheres assentadas é atravessado por contradições: ele é fonte de renda, bens essenciais, cuidado e autonomia, mas também de desigualdade, desvalorização e sobrecarga. Ao mesmo tempo, suas práticas agroecológicas e seu engajamento coletivo indicam caminhos de resistência ao patriarcado da exploração e à lógica produtivista que persistem no campo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa favoreceu o entendimento de que a "lida" das mulheres nos assentamentos de Selvíria (MS) transcende a produção agrícola combinada com o trabalho doméstico; ela constitui o alicerce que sustenta a vida nesses espaços, por meio de uma complexa gama de trabalho produtivo e reprodutivo. Ao longo deste estudo, os aspectos observados reforçam que o cotidiano dessas mulheres é marcado por uma persistente invisibilidade, fruto de estruturas patriarcais, que insistem em rotular o trabalho realizado pelas mulheres como mera "ajuda", desprovido de valor econômico e político.

A rotina exaustiva dessas mulheres revela que a 'múltipla jornada' limita processos de emancipação e de empoderamento feminino, nos espaços estudados. Essa sobrecarga é agravada pelo fato de que a dedicação a tarefas socialmente impostas consome uma importante parte dos seus dias, sequestrando o tempo que seria destinado ao lazer, ao autocuidado ou às suas atividades de preferência (que, dentre as experiências aqui analisadas, remetem, sobretudo, às ações centradas na relação das agricultoras com a terra). Observa-se, portanto, uma tendência ao silenciamento dos desejos individuais em prol da sobrevivência coletiva.

Observou-se uma relativa diversidade em termos de experiências e visões, no que tange à percepção dos sujeitos femininos acerca das desigualdades de gênero. O discurso de algumas agricultoras sugere o (re)conhecimento de comportamentos e relações baseadas na assimetria de poder entre homens e mulheres, bem como, acerca das repercussões dessas desigualdades em seus cotidianos, apresentando uma leitura crítica a respeito de situações (sutis ou não), vivenciadas dentro do respectivo assentamento, que confluem para injustiças de gênero; em contrapartida, parte dos sujeitos participantes do estudo tende a naturalizar as situações de sujeição e de violência decorrentes das desigualdades de gênero. Apesar disso, os elementos observados na pesquisa de campo reforçam o pressuposto assumido nesse estudo, sendo identificadas estratégias de resistência atreladas ao enfrentamento da subordinação, derivada das relações patriarcais; essas relacionam-se, sobretudo, com a pluriatividade, a participação em espaços de decisão e poder e ao engajamento das agricultoras em práticas agroecológicas.

Os discursos analisados revelaram que, embora ocupem papel central na promoção da segurança alimentar e na manutenção da sociobiodiversidade por meio,

especialmente, de práticas agroecológicas, as assentadas enfrentam barreiras estruturais significativas. Tais entraves manifestam-se na dificuldade de acesso a políticas públicas, com destaque para a ATER, compreendendo-se um modelo que seja de fato dialógico e crítico, orientado às especificidades de gênero.

Nos quintais produtivos e nas trocas coletivas, percebeu-se que o fortalecimento dos laços de solidariedade pode consistir em uma via para o enfretamento das condições que buscam subalternizar os sujeitos femininos no campo, tal como para o fomento à percepção crítica acerca de tais situações e suas causas. O empoderamento feminino emerge da capacidade dessas agricultoras de transformarem o espaço do lote em um território político de reivindicação e inovação socioeconômica. Ressalta-se que os próprios grupos focais configuraram como espaços de reflexão e de intercâmbio de experiências, reforçando o elo entre as participantes (condição reconhecida e valorizada pelos sujeitos da pesquisa).

Ademais, os resultados reiteram que, para as mulheres de Selvíria-MS, a luta pela terra transcende a disputa pelo espaço físico ou pelo meio de produção; ela se mantém centrada na conquista de um território de (re)existência. O acesso ao lote é narrado como um 'recomeço', representando a oportunidade de romper com ciclos de violência. No entanto, essa conquista não é isenta de conflitos, sendo marcada por um histórico de medos e enfrentamentos que forjam a identidade dessas agricultoras como sujeitos de resistência frente à hegemonia ao agronegócio. Ao articular trabalho reprodutivo, agroecologia e luta pela terra, esta pesquisa evidencia que o protagonismo feminino nos assentamentos não se limita à produção de alimentos, mas constitui uma racionalidade que reorganiza as formas de permanência no campo.

Conclui-se que, diante da escassez de ações governamentais nos assentamentos São Joaquim, Alecrim e Canoas, torna-se imperativo que o Estado (representado também pelos órgãos de ATER) reconheça a mulher rural como sujeito de direitos e protagonista do desenvolvimento sustentável. Políticas públicas que negligenciam as desigualdades de gênero estarão fadadas a reproduzir injustiças, que a reforma agrária se propõe a combater.

Esta pesquisa evidenciou questões urgentes que impactam a reprodução social desses assentamentos, como os dilemas da sucessão hereditária, a baixa escolaridade e as carências no sistema de saúde. Por fim, este estudo não se esgota em si mesmo, mas abre caminhos para que futuras investigações aprofundem temas como a saúde mental das mulheres no campo e o impacto das mudanças climáticas em suas

trajetórias de vida. Espera-se que as vozes aqui registradas sirvam de subsídio para a construção de um modelo de extensão rural feminista, agroecológico e verdadeiramente transformador.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.
- AGUIAR, V. V. P. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- ALBUQUERQUE, M. S. V. **Divisão sexual do trabalho e relações de gênero**. [S. l.: s. n.], 2023.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica científica da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- ALAOUI, S. B. *et al.* Women's role in agriculture and rural development. *In*: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 24., 2012. **Proceedings** [...]. [S. l.: s. n.], 2012.
- ALMEIDA, R. A. de. A questão agrária em Mato Grosso do Sul: a face oculta da modernização. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, p. 118-140, 2019.
- ANDRADE, D. C. **Mulheres rurais, trabalho e lazer**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ARAÚJO, J. S. *et al.* A invisibilidade do trabalho da mulher rural e a divisão sexual do trabalho. **Revista Pegada**, [s. l.], v. 21, n. 2, 2020.
- AZEVEDO, L. *et al.* **Trabalho doméstico e reprodução social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.
- AZIMA, S.; MUNDLER, P. The gendered motives and experiences of Canadian women farmers in short food supply chains: work satisfaction, values of care, and the potential for empowerment. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 96, p. 19-31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.10.007>. Acesso em: 18 fev. 2026.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 2 v.
- BEZERRA, M. J. L. Violência doméstica e isolamento geográfico: os desafios das mulheres rurais. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdade**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOLDRIN, R. **Gênero e infância**: a construção de papéis na estrutura familiar. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BORZONE, M. A. Agroecologia e feminismo: a luta das mulheres rurais na América Latina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, 2019.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006]. **Lei da Agricultura Familiar**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária - PNATER. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 12 jan. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Portaria nº 981, de 03 de outubro de 2003**. Estabelece a obrigatoriedade da titularidade conjunta para homens e mulheres nos títulos de domínio e de concessão de uso nos projetos de reforma agrária. Brasília: INCRA, 2003.

BREITENBACH, R. *et al*, L. Mulheres rurais, sucessão e o futuro da agricultura familiar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 59, n. 3, e225425, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.225425>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

BUTTO, A. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos. Brasília: MDA, 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CARDOSO, A. M. *et al*. Quintais produtivos e agrobiodiversidade: o protagonismo das mulheres na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2021.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de conteúdo versus análise de discurso. **Trends in Psychology**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 167-174, 2006.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

CARNEIRO, S. **Mulheres negras e o trabalho reprodutivo**. São Paulo: Geledés, 1998.

CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Economy**. Madison: University of Wisconsin Press, 1974.

CHODOROW, N. **Psicanálise e teoria feminista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

COSTA, B. A. L. **Sociobiodiversidade e saberes femininos no campo**. Brasília: MDA, 2019.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e à propriedade na América Latina. *In*: MAYER, C. (org.). **Mulheres rurais e autonomia**. Brasília: MDA, 2004.

ERAZO, M. A. B. *et al.* Mulheres e agricultura familiar: reflexões sobre trabalho e gênero. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 55, 2020.

ESTÉBANEZ, M. E. *et al.* **Mujeres de la tierra: género y agricultura**. Buenos Aires: Ciccus, 2016.

FARIA, N. **O trabalho doméstico e de cuidados: desafios para o feminismo**. São Paulo: SOF, 2009.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017a.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FELÍCIO, M. J. **O campesinato e a agricultura familiar**. São Paulo: UNESP, 2006.

FERREIRA, Â. B. F. O habitus na sociologia rural: contribuições para a análise das práticas sociais no campo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 521-541, 2006.

FIÚZA, A. L. C. Bourdieu e os estudos rurais: contribuições teóricas e empíricas. *In*: SOUZA, J. (org.). **Bourdieu para principiantes**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2017.

FORO, M. **Mulheres rurais e as políticas públicas: conquistas e desafios**. Brasília: CONTAG, 2010.

FRAGA, L. S.; NORONHA, A. C. A. Mulheres rurais, identidade e resistência: o protagonismo feminino no campo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 34, 2017.

FRASER, N. As contradições entre capital e cuidado. **New Left Review**, [s. l.], n. 100, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
FUNARI, N. **Saúde mental e sobrecarga feminina: os impactos da dupla jornada**. São Paulo: Summus, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISA, C. **Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e a agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GUAJAJARA, S. **Interseccionalidade e políticas públicas rurais**. Brasília: APIB, 2021.

GUEDES, M. C.; DAROS, M. E. Mulheres e o trabalho de cuidado: a naturalização de uma desigualdade. *In*: SANTOS, J. V. T. (org.). **Gênero, ética e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GUETAT-BERNARD, H. **Genre et agriculture: pour une approche située**. Paris: L'Harmattan, 2015.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *In*: NEVES, D. P. (org.). **Desenvolvimento social e mediação política**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HERRERA, K. M. *et al.* Perspectivas de gênero e o trabalho das mulheres rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 62, 2024.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado: uma perspectiva comparativa e transnacional. **Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 23, n. 1, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas fronteiras da divisão sexual do trabalho**. Brasília: UnB, 2020.

HOOKS, b. **Feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Município de Selvíria**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório de Projetos de Assentamento: Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul (SR-05)**. Campo Grande: INCRA, 2025.

JALIL, L. M. **Mulheres e agroecologia**: a construção da soberania alimentar. Recife: Ed. UFPE, 2021.

KAGEYAMA, A. A pluriatividade na agricultura paulista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 41, n. 1, 2003.

KERGOAT, D. A relação social de sexo: da divisão sexual do trabalho à divisão do trabalho entre os sexos. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2002.

KERGOAT, D. **O cuidado e a divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KITZINGER, J. Grupos focais com participantes que se conhecem. *In*: POPE, C.; MAYS, N. (org.). **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LAGRAVE, R. **Une haine de soi**: le genre dans l'agriculture. Paris: EHESS, 2021.

LALUCE, B. D. **Os assentamentos rurais em Selvíria/MS**: um estudo sobre o PA Alecrim e o PA Canoas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

LALUCE, B. D. Organização territorial e produção nos assentamentos rurais de Selvíria (MS). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2013, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2013.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1997.

LAZZARINI, A. D. *et al.* Divisão sexual do trabalho e infância em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 30, 2018.

LIMA, A. S. **Território e resistência na agricultura camponesa**. Curitiba: Appris, 2019.

LOBREGAT, C. **Mulheres e territórios de esperança**: o cotidiano das acampadas e assentadas da reforma agrária. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

LOPES, M. A. **Gênero e extensão rural**: o papel das extensionistas na construção da autonomia das mulheres. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MALINA, L. L. **A monopolização do território pelo capital**: o papel das empresas transnacionais na agricultura brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
MAYOULOU, G.; IDELHADJ, A. **Femmes et développement rural**. Rabat: Marsam, 2022.

- MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais, reforma agrária e pacificação social**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2014a.
- MEDEIROS, M. L. *et al.* Caracterização física e socioeconômica do Assentamento São Joaquim, Selvíria - MS. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 9, n. 4, 2014b.
- MENDES, J. T. G. **Economia Agrícola**. Curitiba: Zapi, 2005.
- MESQUITA, P. S. **A modernização da agricultura e a exclusão social**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- MESQUITA, R. B. **Gênero e família na agricultura familiar**. São Paulo: Annablume, 2013.
- MIES, M. **Patriarchy and accumulation on a world scale: women in the international division of labour**. London: Zed Books, 1986.
- MUYLAERT, C. J. *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. esp. 2, p. 184-189, 2014.
- NOBRE, M. **Gênero e agricultura familiar: a autonomia das mulheres em foco**. São Paulo: SOF, 2013.
- OLIVEIRA, A. S. *et al.* Desafios e perspectivas do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 61, n. 3, 2023.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, [s. l.], v. 5, n. 28, 1987.
- PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. [S. l.: s. n.], 2004.
- PAULILO, M. I. S. O trabalho familiar: uma questão de gênero. *In*: MAYER, C. (org.). **Mulheres rurais e autonomia**. Brasília: MDA, 2012.
- PLOEG, J. D. **Dez razões para valorizar a agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2014.
- PONTIN, R. S.; NARDOQUE, S. Luta pela terra e a formação do Assentamento São Joaquim em Selvíria-MS. **Revista Pantaneira**, [s. l.], v. 18, n. 1, 2016.
- RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- RAOUL, J.; ALMEIDA, R. A. Ouro branco e deserto verde: as contradições do desenvolvimento pautado na celulose em Mato Grosso do Sul. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 8, n. 2, 2022.

ROCHA, M. I. **Gênero e divisão social do trabalho**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

RODRIGUES, M. L. **Invisibilidade e trabalho feminino no campo**. Goiânia: Ed. UFG, 2021.

ROSENAU, L. *et al.* A sobrecarga feminina no campo: um estudo sobre a rotina das agricultoras. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 19, n. 1, 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALES, M. C. L. **Mulheres e movimentos sociais no campo**: trajetórias de luta e resistência. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SANTOS, J. B.; DINIZ, G. Estresse e transtornos emocionais em mulheres: a invisibilidade do trabalho doméstico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 34, 2018.

SANTOS, J. L.; LIMA, R. K. Território, afetividade e pertencimento: uma leitura geográfica sobre os assentamentos de reforma agrária. **Geografia em Atos**, [s. l.], v. 4, n. 8, 2020.

SANTOS, L. R.; ROBERTI, M. Artesanato e autonomia: as redes de afeto e mobilidade das mulheres rurais. **Revista de Extensão Rural**, [s. l.], v. 30, n. 1, 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, T. J. **Agrobiodiversidade e comercialização nos assentamentos de Selvíria-MS**. 2025. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2025.

SAUER, S. **Terra e camponeses no Brasil**: a luta pela reforma agrária e a precarização dos assentamentos. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. *et al.* **As mulheres e o desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020a.

SERPOSSIAN, F. *et al.* Women's engagement in agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 46, 2022.

SHIVA, V. **Terra viva**: minha vida em uma biodiversidade de movimentos. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

SIGAUD, L. **Ocupações e acampamentos**: sociologia de um processo de mobilização. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as águas e a vida. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres na agroecologia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2011.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, L. M. **Agroecologia e o diálogo de saberes no campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVA, R. A. **Violência simbólica e relações de poder no campo**. Curitiba: Appris, 2024a.

SILVA, R. A. **O perfil do feirante em Selvíria**: uma análise de gênero. 2024. Relatório de Pesquisa (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024b.

SILVA, R. A. *et al.* Feiras agroecológicas: espaços de sociabilidade e protagonismo feminino. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2018.

SIMÕES, L. *et al.* Vulnerabilidade climática e infraestrutura produtiva nos assentamentos Alecrim e Pontal do Faia. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 20, n. 1, 2025.

SOUZA, M. A. de. **O MST e a educação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

STOCHERO, A. D.; PINTO, M. J. Gênero, violência e ruralidades: a invisibilidade das mulheres no campo. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 11, n. 2, 2023.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

TRONTO, J. C. **Moral boundaries**: a political argument for an ethic of care. New York: Routledge, 1993.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e particularidade territorial. *In*: ABRAMOVAY, R. (org.). **Laços sociais e capital financeiro**. São Paulo: Cortez, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a vida e a arte do campesinato**. Brasília: EdUnB, 1997.

APÊNDICE A – Questionário

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

PROJETO: "Transição Agroecológica em Rede"

PESQUISA: " Percepções e ações das agricultoras familiares, de três assentamentos rurais,
em relação à manutenção ou ampliação da agrobiodiversidade"

Data do levantamento: ____/____/____

1- Dados básicos

1.1 Nome: _____ Telefone: _____

1.2 Idade: _____ anos 1.3 _____ Escolaridade:

1.4 Assentamento: _____ Lote nº:

1.5 Quais são as pessoas da sua família que moram no lote? _____

1.6 Qual a principal fonte de renda proveniente do estabelecimento rural em que vive? _____

1.7 Possui alguma fonte de renda não agrícola? () Não

() Sim , qual? _____

1.8 Recebe orientação técnica? () Não () Sim, qual? _____

2 – Questões de gênero

2.1 Pode me dizer como foi morar no assentamento? (Quais locais que já morou antes? O que fazia? Como foi a ida para o assentamento?) [fazer uma pergunta por vez] _____

2.2 Você pode me contar quais as atividades que faz desde a hora que acorda até a hora de dormir, em um dia comum? _____

2.3 Em sua casa, quem realiza os serviços domésticos e de cuidado com a família?

() Somente você () Você e a(s) filha(s) () Você e seu marido

() Todos da família () Outra resposta: _____

2.4 Quem você considera que trabalha mais na sua família, quem fica mais sobrecarregado?

() Você () Você e sua(s) filha(s) () Você e seu marido
 () Todos trabalham igual () Outra resposta: _____

2.5 Em relação à divisão dos trabalhos entre os membros da família, há algo que você gostaria que fosse diferente? () Não () Sim, o quê?

2.6 Qual(is) atividade(s) você mais gosta de fazer no lote? _____

2.7 Qual(is) atividade(s) menos gosta de fazer no lote? _____

2.8 Em algum momento você sentiu que suas ideias e/ou o seu trabalho não foram devidamente considerados por ser mulher?

(...) Não percebeu isso () Sim, descreva a situação:

2.9 Em relação à participação das mulheres nas decisões, você considera que é:

a) () Igual aos homens () Menor do que os homens () Maior do que os homens

b) () Menor do que deveria ser () Maior do que deveria ser () Igual deveria ser

2.10 (Caso considere que é menor do que deveria ser) O que poderia ser feito no meio rural para as mulheres ganharem maior espaço, voz ativa e poder de decisão? _____

3- Questões ambientais e em relação à transição agroecológica

3.1 Quais as culturas são produzidas em seu lote?

() Frutas () Hortaliças () Culturas Anuais (milho, feijão, etc.)

() Eucalipto e Florestais () Pastagem () Outra:

3.2 Como realiza o controle de pragas (insetos) e doenças nas culturas?

() Controle Químico (agrotóxicos) () Controle Biológico (inimigos naturais)

() Armadilhas/Isca () Caldas Orgânicas () Plantas Repelentes/Atraentes

() Variedades Resistentes () Rotação de Culturas () Consórcio de Culturas

() Quebra- Vento () Outros Controles. Quais? _____

3.3 Como realiza o controle de plantas espontâneas (“mato” ou “plantas daninhas”)?

() Controle Químico (herbicidas – mata mato) () Rotação de Culturas

() Cobertura Morta () Revolvimento do Solo () Roçagem Mecânica

() Outros Controles Quais? _____

3.4 Quais os tipos de criações que explora na propriedade?

() Bovinos de Corte () Bovinos de Leite () Ovinos () Caprinos

() Abelhas () Frango de Corte () Galinha Poedeira () Peixes

() Outros Quais? _____

3.5 Como realiza o manejo de ectoparasitas (carrapatos, mosca do chifre), endoparasitas (vermes) e doenças?

- () Medicamentos Químicos () Medicamentos Fitoterápicos () Armadilhas Luminosas
 () Extratos Vegetais (pó de alho, nim ou outros) () Medicamentos Homeopáticos
 () Utilização de Raças Resistentes () Controle Biológico ("rola bosta")
 () Rotação de Pastagem () Outros:
-

3.6 Você cultiva e/ou possui:

- () PANCS () Sementes Crioulas () Plantas medicinais para pessoas
 () Plantas medicinais para animais () Área com Sistema Agroflorestal (SAF)
 () Área em que fez o plantio de árvores nativas () Outra: _____

3.8 Em seu lote há um Sistema Florestal instalado? () Não () Não sei o que é () Sim

3.9 (Caso sim) Em relação ao SAF:

- () Instaram no meu lote e não gostei. Por quê? _____
 () Instaram no meu lote e foi bom. Por quê? _____
 () Minha família que implantou o SAF em nosso lote
 () Somente utilizo os produtos do SAF para o autoconsumo
 () Utilizo os produtos do SAF para comercialização e autoconsumo
 () Está abandonado
 () Teve alguma(s) dificuldade(s)? () Não () Sim, quais?

-

3.10 Em relação aos impactos da produção no meio ambiente, você considera que as mulheres rurais têm uma preocupação:

- () Maior do que os homens () Menor do que os homens () Igual aos homens

3.11 O que faz você pensar isso? _____

3.12 Em relação à qualidade dos alimentos, você considera que as mulheres rurais têm uma preocupação:

- () Maior do que os homens () Menor do que os homens () Igual aos homens

3.13 O que faz você pensar isso? _____

3.14 Em relação à participação na Feira Livre de Selvíria:

- () Tem gerado uma renda adicional importante para a família
 () Tem gerado uma renda importante para mim, para usar da maneira que eu quiser
 () Gosto de vender e de conversar com os consumidores
 () Participar da Feira é muito desgastante e difícil, não está compensando
 () Participar da Feira é difícil, mas os resultados compensam
 () Outra observação: _____

3.15 Você sabe me dizer, de forma prática, o que é Agroecologia? _____

4 Observações: _____

APÊNDICE B – Roteiro (grupos focais)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA

DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

PROJETO: “A LIDA E AS COMPLEXIDADES DO COTIDIANO DAS MULHERES ASSENTADAS EM SELVÍRIA (MS): trabalho, cuidado e desigualdades de gênero”

ROTEIRO – GRUPOS FOCAIS

(ASSENTAMENTOS SÃO JOAQUIM, ALECRIM E CANOAS)

❖ Orientações gerais

- Compartilhar as particularidades éticas pertinentes à pesquisa.
- *Nesse momento inicial explicar dinâmica e o propósito do trabalho. Deixar claro que elas têm liberdade de dar suas respostas e caso queiram trazer algumas situações sem atribuir tal fato a si própria pode ser uma opção. Se alguém quiser depois contar algo em particular, pode ficar à vontade também.*
- Solicitar autorização para gravar e
- Conhecer a realidade das mulheres do assentamento e dinâmicas do trabalho

Bloco 1 – Perguntas relacionadas a questões de gênero

- Descreva como chegou aqui no assentamento.
- Como é sua rotina?
- Há alguma divisão de trabalho na sua casa? Ou não ?
- Qual atividade você mais gosta de fazer no lote? Qual você faz?
- Você se sente à vontade para tomar decisões na sua casa?
- Tem algo que pode ser feito para superar ou melhorar as condições das mulheres nos assentamentos? (De acordo com os relatos que elas trouxeram)

Bloco 2 – Perguntas relacionadas a questões ambientais (Agroecologia e sustentabilidade)

- Você emprega insumos e/ou práticas mais sustentáveis, que não impactam a natureza e os alimentos que serão comercializados e consumidos? E como isso surgiu na sua vida? Você usa práticas agroecológicas? Como começou? E os outros familiares tem essa preocupação?
- Caso seja um lote com um sistema agroflorestral instalado, o que você achou da instalação do SAF na sua propriedade? Como está sendo a parte de comercialização e produção? Quais as principais dificuldades encontradas?
- Qual o legado (pensando no rural) você quer deixar para as futuras gerações?